

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

NÃO EXISTEM CORDAS PARA NÓS: RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E
PERTENCIMENTO DENTRO DO SISTEMA DE AVIAMENTO NA REGIÃO DO
MÉDIO PURUS

Autor: Gabriel Ozorio de Almeida Soares

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Brasília, fevereiro de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

NÃO EXISTEM CORDAS PARA NÓS: RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E
PERTENCIMENTO DENTRO DO SISTEMA DE AVIAMENTO NA REGIÃO DO
MÉDIO PURUS

Autor: Gabriel Ozorio de Almeida Soares

Orientador: Doutor Stefan Fornos Klein (UnB)

Banca: Profa. Doutor Marcela Stockler Coelho de Souza (UNB)
Prof. Marcelo Rosa (UNB)

Agradecimentos

Infelizmente não posso agradecer a todas as pessoas que deveria por nome.

Em primeiro lugar agradeço aos Apurinã do Tumiã, Catipary, Seruini, Sepatini, Mamoriá, Terra Preta, Canacuri, Vila da Paz, Mucuí, Mapuã, Acimã e Catitu. Aos Madihadeni do Viagem, Volta Grande, Kiriri, Limoeiro, Cidadezinha, Samauma, Marrekão, Sikuriha. Aos Jarawára do Canta Galo (e seu excelente senso de humor). Aos Banawá da aldeia Paraíba que conheci. Aos Paumari do Catitu e Rio Ituxi. Aos Suruwaha que visitaram quando estava em Lábrea.

Agradeço às comunidades ribeirinhas pelas quais passei, particularmente à comunidade Santa Rosa e ao Estirão da Cachoeira.

Agradeço às organizações indígenas do Médio Purus, FOCIMP (Federação de Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus) e OPIAJ (Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi).

Agradeço às muitas organizações que trabalham no Médio Purus, particularmente ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e à CPT (Comissão Pastoral da Terra). Amutsidê Vetsevi, Kamarutsi, Tabihari, Xuruhwa Kara, Pitçivetse, Doutora Cimikhapaturuva, Loebens, Chantelle, Cacique Saulo.

Agradeço a Vetsevi, pelo qual devo tamanha parte das considerações que adiante apresento, que seria até difícil numerá-las, por ser um grande indigenista, e compartilhar comigo os cigarros na hora do aperto.guardo com ansiedade sua eventual dissertação de mestrado para que possa mostrar-me quão errado estou sobre tudo. Desculpas pela malária.

Agradeço a um pequeno grupo de antropólogas que exercem perene influência sobre meu pensamento: Oiara Bonilla, Adriana Azevedo, Antonadia Borges e Marcela Stockler Coelho de Souza.

Agradeço a Jamixawi e à Doutora CimikhaPaturuva por me hospedarem e pelas muitas informações e companheirismo. E agradeço ao Achtungskinder porque sem perigo a vida não tem graça.

Agradeço meu orientador, Stefan Fornos Klein, por sua incrível disponibilidade, entusiasmo e rigor. Espero que tenha sido tão proveitoso para o senhor quanto tem sido para mim.

Agradeço à banca, Marcelo Carvalho Rosa e Marcela Stockler Coelho de Souza e ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Agradeço a Sergio

Tavolaro e Marcela Stockler Coelho de Souza pelos comentários e contribuições feitas no exame de qualificação. Agradeço a todos da minha turma de mestrado por me aturarem durante um ano de matérias, e os respectivos professores.

Agradeço a todos que leram uma versão antecipada desta dissertação para oferecerem comentários (Vetsevi, Adriana Azevedo, Joana Meroz, Sergei Soares, Saulo Pequeno).

Agradeço a Mireya Suarez e Sergei Soares por sua hospitalidade.

Por último agradeço a todos os amigos e movimentos que negligenciei durante esses últimos três anos.

Sumário

Agradecimentos.....	3
Sumário	5
Resumo.....	7
Abstract	7
Introdução	9
I.1 O Médio Purus	10
I.2 Padrões e Regatões	11
I.3 Metodologia.....	14
Capítulo 1 - Uma análise de alguns elementos históricos na implementação do aviamento	16
1.1 A Amazônia Indígena antes da chegada dos Europeus	16
1.2 Antes dos seringais.....	19
1.2.1 A Guerrilha Mura	21
1.2.2 Nota sobre Etnônimos e Nomenclatura.....	22
1.2.3 A Guerrilha Mura continuada.....	25
1.3 O início da economia gumífera	27
1.3.1 A continuação dos conflitos durante a economia gumífera.....	30
1.4 O aviamento	34
1.4.1 O Seringal.....	37
1.4.2 A Cadeia de Produção	41
1.4.3 O Regulamento.....	45
1.4.4 Contranarrativas identitárias.....	51
1.4.5 O fim do <i>boom</i>	53
1.5 A reorganização do aviamento	57
1.5.1 A diversificação do aviamento	57
1.5.2 Tentativas de cultivar a <i>hevea brasiliensis</i>	60
1.6 A economia gumífera amazônica durante a Segunda Guerra Mundial	61
1.6.1 A continuação da fixação da identidade do imigrante.....	64
Capítulo 2 - Formas de coerção no aviamento	67
2.1 Adoção e apadrinhamento.....	69
2.2 Violência	74
2.2.1 Violência na expansão territorial do aviamento	74
2.2.1.1 Os Jamamadi do Rio Pauini	74

2.2.1.2 Os Apurinã do Tumiã.....	76
2.2.1.3 A relação entre populações residentes e padrões	79
2.2.2 O empenho da violência na manutenção da terra.....	82
2.2.3 O empenho da violência como forma de controle.....	86
2.3 Saldar a Dívida.....	88
Capítulo 3 - Aviamento Hoje	90
3.1 Os Padrões.....	90
3.2 Castanha	97
3.2.1 A Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (COOPMAS) e as perspectivas da produção de castanha no Médio Purus	97
3.2.2 O Castanhal de P24	101
3.3 O papel dos cartões no aviamento contemporâneo	103
3.3.1 Os cartões Madihadeni	104
3.3.2 Práticas do aviamento contemporâneo.....	107
3.4 Mudança e Continuidade.....	112
4. Considerações Finais.....	114
4.1 Perspectivas de uma formação social e econômica pós-aviamento no Médio Purus.....	118
Bibliografia	122
Anexo 1 Regulamento de Otávio Reis	127
Anexo 2 Tabela dos Cartões Madihadeni (Cunivádenii)	140
Anexo 3 Comparação de Preços.....	148
Anexo 4 Isolados do Rio Ituxi.....	165
Anexo 5 Transcrição de Entrevista com senhor Madihadeni.....	166
Anexo 6 Copaíba.....	169
Anexo 7 Imagens.....	170

Resumo

Este trabalho consiste em uma análise do aviamento contemporâneo no Médio Purus, região localizada no sul do estado do Amazonas. A hipótese desta dissertação é que o aviamento, sistema produtivo baseado na relação patrão-freguês também conhecido como escravidão por dívida, estaria adentrando um novo ciclo, o ciclo dos cartões. Programas de transferência de renda (aposentadoria, seguro deficiência, bolsa família etc) são executados por intermédio de cartões governamentais, que por sua vez são retidos pelos patrões como forma de pagar a dívida de “seus” fregueses. Essa prática é vista como mais um desdobramento na trajetória do aviamento no Médio Purus, que teve seu início com a instalação da economia gumífera (no século XIX) mas cujas formas de sociabilidade vigoram até o presente.

Palavras Chaves: Médio Purus; aviamento; cartões; dívida; pertencimento.

Abstract

This text consists of an analysis of the contemporary form of the aviamento system in the Middle Purus, a region located in the southern part of the Brazilian state of Amazonas. The hypothesis of this dissertation is that the aviamento, a productive system based on the client-boss relationship, also known as debt slavery, would be entering a new cycle, the cycle of “cards”. Governmental programs which consist of monetary transfers (retirement, disability payments, *bolsa família* etc.) have their execution mediated by cards issued by the state, that are for their part retained by the bosses in order to pay their client’s debts. This practice is seen as another development in the trajectory of the aviamento system in the Middle Purus, which has its beginnings during the rubber boom (in the XIX century) but whose forms of sociability persist in the present day.

Keywords: Middle Purus; debt slavery; cards; belonging; aviamento



Foto de autoria própria

Introdução

Esta dissertação de mestrado revolve ao redor de uma hipótese: o sistema de aviamento na região do Médio Purus, implementado no ciclo da borracha, hoje estaria entrando em um novo ciclo econômico baseado nos cartões governamentais de transferência de renda (bolsa-família, seguro maternidade, aposentadoria). O aviamento, nesta dissertação, é entendido como a relação assimétrica de pertencimento entre duas pessoas. Em um polo encontra-se o patrão, que oferece mercadorias; no outro polo encontra-se o freguês, que, ao aceitar as mercadorias, engendra a relação de pertencimento ao patrão, devendo a ele sua capacidade produtiva, seja ela sua força de trabalho, ou, no caso do aviamento de cartões, seus benefícios sociais.

O relatório final da pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas (BRASIL 2016) constatou a frequente ocorrência da retenção de cartões de transferência por intermediários: “...se observou que os comerciantes locais ficam de posse dos cartões e sacam mensalmente os benefícios das famílias indígenas. Em um município da região Norte e outro da região Nordeste, a maioria, se não a totalidade dos beneficiários indígenas têm seus cartões retidos” (BRASIL 2016, p. 9). Nem toda retenção de cartões - que a pesquisa do MDS indica ser um fenômeno difuso - está necessariamente ligada ao aviamento, e esta dissertação não tem como foco a retenção de cartões como um fenômeno generalizado, mas busca investigar, somente, se a sua ocorrência no Médio Purus pode ser vista como parte do desenvolvimento do sistema de aviamento.

O primeiro capítulo desta dissertação é uma análise de alguns elementos históricos na implementação e no desenvolvimento do aviamento. Uma vez que apresento argumentos que corroboram a continuidade deste sistema, considero necessário explicitar quais os elementos considero vigorarem até hoje no Médio Purus.

O segundo capítulo lida com a coerção, que considero ser necessária tanto para a manutenção quanto para a expansão do aviamento. Busco explicitar como a coerção é instrumentalizada pelos patrões, e como essas formas de coerção podem ser observadas tanto no aviamento contemporâneo quanto no registro histórico.

O terceiro capítulo aborda o aviamento contemporâneo. Viso explicitar a continuidade do aviamento no Médio Purus, enquanto também apontando as mudanças que têm ocorrido dentro do aviamento. Nesse sentido, o aviamento de cartões é visto como uma, entre várias, mudanças que ocorrem na trajetória do desenvolvimento do aviamento¹.

I.1 O Médio Purus

O IBGE divide o Rio Purus em três regiões, Alto, Médio e Baixo, com a região do Médio Purus abarcando os municípios de Pauini, Boca do Acre, Lábrea, Itamarati e Canutama, sendo Tapauá definida como parte do Baixo Purus. Mas, pela minha experiência, Tapauá é considerada parte do Médio Purus pela população local, e as comunidades indígenas de Tapauá fazem parte da FOCIMP (Federação de Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus). Então, para os fins desta análise, Tapauá será considerada parte do Médio Purus.

A região do Médio Purus tem elevados índices de pobreza: de acordo com o censo de 2010 do IBGE, o Médio Purus é a sétima região mais pobre do Brasil. Pauini, por exemplo, é considerado o quarto município mais pobre do país, com 91,95% de seus 18.329 habitantes tendo uma renda familiar por pessoa de até R\$ 70,00 por mês e um IDH de ,496 (entre o de Zimbábwe ,492 e Madagascar ,498) (IBGE 2010). “... em 1997, o município possuía uma única empresa com CGC nele sediada e apenas três atuando. Somente em 2002, Pauini passou a ter algum acesso à rede bancária, através da associação do banco Bradesco com os Correios” (Schiel 2004, pp. 96-97).

Na região do Médio Purus encontram-se um grande número de comunidades ribeirinhas e povos indígenas. Separando por grupos linguísticos tem-se os Arawá (Jamamadi, Banawá, Jarawara, Madihadeni, Suruwaha, Paumari), Arawak (Apurinã), Nheengatu (Mura) e Tupi-Kawahib (Juma). Além disso residem pelo menos duas etnias isoladas (Hi-Merimã e Katawixi) e, possivelmente, os sobreviventes de pelo menos duas

¹ Apesar do aviamento, enquanto sistema, ter sido implementado na Amazônia durante o ciclo da borracha, argumento que este não necessita da borracha para se produzir. Em 1921, a castanha já se tornaria o maior produto de exportação do Pará (ver item 1.5.1). No aviamento contemporâneo do Médio Purus, os produtos mais ligados ao aviamento são a castanha, a farinha, o peixe e o óleo de copaíba. Nesta dissertação, além do que chamo aviamento de cartões, analiso a castanha (ver item 3.2) e a copaíba (ver anexo 6). Isso não quer dizer que considero a pesca ou a farinha menos importantes para o aviamento, mas simplesmente que não consegui obter dados que considero satisfatórios para servirem como uma base para análise.

etnias dadas como extintas (Katukina e Mamori), que poderiam ser considerados povos indígenas ressurgentes caso ainda se vejam como tal.

I.2 Patrões e Regatões

Nesta dissertação o termo “patrão” é utilizado para referir-se a um dos polos da relação de pertencimento do aviamento (o patrão do freguês), um termo relativo e relacional (sempre se é o patrão de alguém) que não é, *a priori*, exclusivo com o status de freguês (o patrão que fornece mercadoria aos ‘seus’ fregueses pode, ele mesmo, receber mercadorias de uma outra pessoa, ou seja, ele pode ser, simultaneamente, patrão e freguês). Esse processo é chamado de ‘a cadeia de produção do aviamento’ (ver item 1.4.2), uma série de intermediários, simultaneamente patrões e fregueses, entre o mercado nacional/internacional e os fregueses ‘absolutos’ (que não são patrões de ninguém).

Por outro lado pode-se referir a ‘os Patrões’ enquanto um grupo de pessoas historicamente engajadas dentro do aviamento que constituem a elite local. Com a estagnação da economia amazônica após o colapso da economia gumífera (ver item 1.4.5) os patrões que não emigraram ou faliram por completo continuaram a dominar a vida política e social local, e o Purus não foi, de modo algum, uma exceção:

Isolados ou não, muitos desses coronéis locais foram sem dúvida reduzidos pelo declínio a uma condição de quase-pobreza, levando-os a manterem aquelas poucas conexões políticas e comerciais que eram tudo que os separava de seus “sujeitos” empobrecidos. Dentro destas circunstâncias, o histórico familiar e as conexões tradicionais, e não a riqueza material, tornaram-se os principais determinantes do status social e proeminência política do indivíduo (Weinstein 1983, p. 259).

Existe um terceiro termo nebuloso que é frequentemente utilizado no contexto do aviamento, ‘o regatão’. Weinstein traduz regatão como ‘river pirate’ [pirata fluvial], mas isso é uma tradução que considero ser muito problemática. A resolução número 182 (que proibia regatões na província do Pará) os definiu da seguinte forma:

São canoas de regatão as que navegam fora dos portos das cidades, vilas, freguesias e povoados da província, contendo secos e molhados, como verdadeiras lojas ou tabernas flutuantes, vendendo e comprando ou permutando gêneros e objetos de

comércio pelos sítios, fazendas, fábricas, engenhos e feitorias.
(Henrique e Morais 2014)

Parece, então, que o termo regatão surge (pelo menos no contexto Amazônico) na mesma época (ver item 1.4) que o aviamento. Apesar da mobilidade, como notam Henrique e Morais, figurar como aspecto fundamental do regatão, pessoalmente considero que o atual uso do termo, em abstrato, seja virtualmente indistinguível do termo patrão, mas com uma conotação ligeiramente pejorativa. O termo regatão pode referir-se a um patrão menor: por exemplo do Cuniuá, em que dois irmãos (P51² e P52) abasteciam todos os outros patrões da região, sendo esses patrões-fregueses frequentemente referenciados como regatões. O termo também pode ser utilizado para referir-se a um patrão que não reside ou é dono de uma comunidade, mas sim transita fluvialmente pelo rio vendendo aos ‘seus fregueses’ (como foi o caso de P43 ou P38). Nesse caso, regatão se torna um verbo conjugável, em que regatear é o ato de descer ou subir o rio, providenciando mercadorias e endividando fregueses em troca de sua produção futura³. Por último o ‘regatão’ pode ser um ‘atravessador’ (ver item 3.2), aquele que atravessa a relação pré-estabelecida entre um patrão e “seu” freguês, endividando o freguês e usufruindo de sua produção a despeito de arranjos pré-existentes. É importante entender, porém, que o termo regatão nunca é utilizado para descrever um dos polos da relação: nunca se é o regatão de alguém. Na minha experiência, uma vez que a relação é estabelecida, quem providencia as mercadorias é sempre o ‘patrão’ do ‘freguês’.

É importante notar que se o status de patrão é relacional, ou seja, ele não é inerente á pessoa mas, sim, sua postura frente a outra, ele tende a indicar uma postura ética. Por exemplo, na primeira monografia escrita sobre os Madihadeni *Os Deni do Brasil Ocidental* (1983), Koop e Lingenfelter descrevem o seguinte acontecimento:

...enquanto a pista de pouso continuar mantendo um vínculo direto através do fornecimento de medicamentos, mercadorias e outros contatos com o exterior, eles permanecerão na aldeia.

Este vínculo tem gerado uma relação de dependência, semelhante a que eles mantêm com seu patrão, entre os Deni e o linguista (Gordon Koop). Os Deni dizem “você nos traz remédios; você

² Por motivos de segurança nomes foram omitidos. P# refere-se a um patrão específico (ver início do capítulo 3).

³Aviamento também pode ser um verbo conjugável: aviar alguém é providenciar mercadorias para uma pessoa de forma adiantada em troca de sua futura produção. Nesse sentido regatear é uma forma específica, semi-itinerante, de aviar.

nos traz mercadorias; você nos contrata para trabalhar na pista de pouso; você vende nossos artefatos; você é nosso patrão.” Mesmo que Gordon Koop não considere esta dependência a ideal, ela existe de fato e negá-la provocaria risos e mostraria desconfiança entre os Deni... (Koop e Lingenfelter 1983, p. 65)

Mesmo que esse não fosse o intuito de Koop e Lingenfelter (missionários americanos do SIL – Summer Institute of Linguistics) seu comportamento, e talvez mais importante, posicionamento, foi o de um patrão, antecipando mercadorias em troca da força de trabalho dos Madihadeni. E estes reconheceram tal posicionamento (já que, afinal, este é o posicionamento por excelência dos ‘brancos’ na região) e o retribuíram com o signo de patrão. Florido (2013) argumenta que “O que define um patrão aos olhos Deni não é algo muito claro. As crianças e jovens me chamavam de patrão dizendo que eu era patrão por possuir muitas mercadorias. Os mais velhos algumas vezes me chamavam de patrão e se colocavam como fornecedores de produtos como histórias, sua língua etc.” (Florido 2013, p. 79 nota de rodapé 109). Discordo desta afirmação: na medida em que a classificação como “patrão” pode parecer idiossincrática, superficialmente, mas ele se apresenta e constitui, a meu ver, uma reflexão⁴ sobre a postura ética do outro.

O termo pertencimento é utilizado de forma recorrente nesta dissertação. Este termo, teoricamente, tende a remeter a dois significados diferentes: de um lado *belonging* (constituir e ser constituído por algo) e, de outro, a redução do sujeito à propriedade (escavidão). Considero que atrelar o aviamento, enquanto relação de pertencimento, diretamente a qualquer um desses dois polos seria uma sobre-codificação indevida: muitos fregueses e ex-fregueses consideram que foram ou são escravos, mas muitos também mantêm um laço ou lembrança de afeto ou *belonging* com seus patrões ou ex-patrões. De um lado, um senhor Apurinã descreveu seu tempo de freguês como “trabalho escravo mesmo” (e este esteve longe de ser o único a utilizar esse termo), mas, de outro, há igualmente uma nostalgia, por exemplo entre os Paumari (mas eles não são os únicos) por um tempo de convivência, afeto, comensalidade etc. com estrangeiros (Bonilla 2013, p. 247). Assim, considero que a relação de

⁴Reflexão aqui utilizada em dois sentidos: primeiro, na medida em que o signo reflete (como um espelho) o comportamento da pessoa em questão de volta para este. Segundo, porque o processo de atribuir o signo de patrão é fruto de uma reflexão teórica sobre o comportamento, ideal e atual, de seres humanos e não humanos.

pertencimento do avianamento abarca ambos os polos, ou seja, que não são mutuamente excludentes.

I.3 Metodologia

O trabalho de campo que resultou nesta dissertação ocorreu durante dois momentos distintos: o primeiro se estendeu durante aproximadamente um ano, durante o período 2013-2014, quando estava trabalhando para o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), equipe Lábrea. A segunda ida a campo foi na primeira metade de 2016, de fevereiro a julho, como assessor do CIMI em relação à retenção de cartões.

Em campo meu meio de locomoção era fluvial, o indomável *Cuxiuara II*, barco do CIMI. No total devo ter visitado aprox. quarenta comunidades diferentes (algumas ribeirinhas, mas a maioria indígenas). Um efeito que considero negativo disso é que meu tempo de permanência em determinada comunidade foi pífio e com grandes diferenças entre si: passei mais tempo no Tumiã (principalmente a comunidade Canacuri) totalizando, entre duas viagens, duas semanas de permanência, mas na TI Terra Preta (perto do município de Pauini) minha permanência consistiu em quatro reuniões em um só dia em quatro comunidades diferentes.

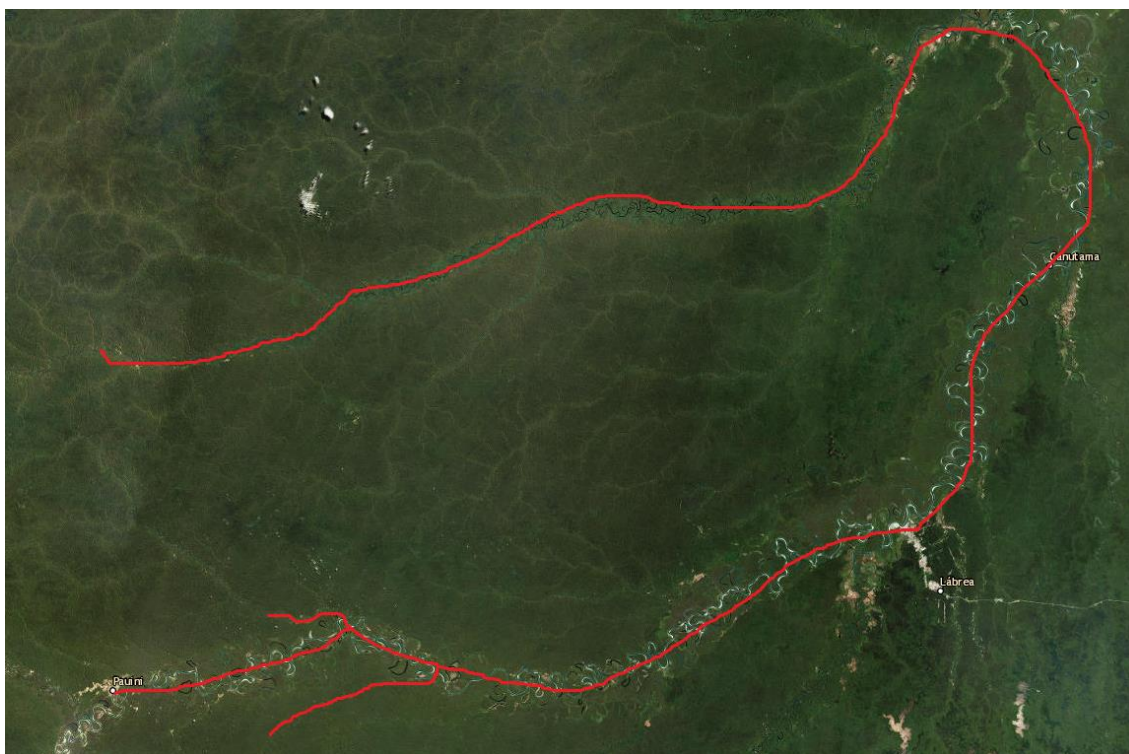


Imagem de satélite da região do Médio Purus, a linha vermelha busca demonstrar a área percorrida durante esta pesquisa.

Busquei utilizar a metodologia que me pareceu a mais adequada para as situações específicas encontradas ao longo do processo de pesquisa. Há uma grande quantidade de falas relatadas nesta dissertação, discursos que são fruto de entrevistas não-estruturadas ou discursos em sentido estrito, proferidos durante reuniões de comunidades indígenas ou entre comunidades. No capítulo dois tento traçar a genealogia das comunidades Apurinã do Tumiã para substanciar a afirmação feita por estes de que ocorreu um massacre no local. No capítulo três fiz um censo dos cartões Madihadeni para evidenciar a retenção de cartões pelos padrões, cujos dados podem ser encontrados no Anexo 2. Por fim, decidi ser necessário anonimizar grande parte dos interlocutores/informantes que confiaram em mim, algo que faço a contragosto, pois considero-os co-autores do texto⁵. Optei por não ficcionalizar seus nomes porque não quero distrair o leitor da necessidade de anonimizá-los por motivos de segurança.

⁵Gostaria de frisar que, a meu ver, a única razão por tantas pessoas terem me confiado informações e opiniões potencialmente perigosas ao seu próprio bem-estar (pessoal e coletivo) foi porque sempre deixei meu posicionamento político claro e explícito. Estava no local, junto com uma organização indigenista, para apoiá-los nas decisões que tomassem.

Capítulo 1 - Uma análise de alguns elementos históricos na implementação do aviamento

“O sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se.”

Euclides da Cunha, *À margem da História*

Não é o meu intuito, neste capítulo, fazer uma historiografia do aviamento ou da economia gumífera. Como Carvalho Junior (2011, p. 51) bem nota, já existem diversos trabalhos sobre o tema. O que busco aqui é apontar elementos, no âmbito da historiografia consolidada, que considero relevantes para uma análise do aviamento contemporâneo (ver capítulo três). A hipótese apresentada é que o aviamento estaria entrando em um novo ciclo no Médio Purus, que chamarei de “ciclo dos cartões”, de modo que considero necessário explicitar algumas particularidades do aviamento dos séculos XIX a XX que vejo como relevantes para uma análise do aviamento contemporâneo.

1.1 A Amazônia Indígena antes da chegada dos Europeus

É plausível que a ocupação humana da Amazônia tenha se iniciado ainda no final do Pleistoceno. Pesquisas realizadas por Miller nos anos 70, no abrigo do Sol, na região do rio Galera, noroeste do Mato Grosso, produziram datas que chegam até 14.000⁶ anos BP (Miller 1983). Tadeu Veiga, um geólogo que trabalhou na região do Pitinga, norte do Amazonas, nos anos 80, identificou blocos de rocha com marcas de polimento enterrados sob sedimentos do final do Pleistoceno, o que indicaria que as atividades de polimento teriam sido ainda mais antigas. Na bacia do alto Paraguai, não tão distante dos formadores do alto Guaporé, a escavação do sítio Santa Elina revelou camadas em mais de 20.000 anos associadas a osteodermes com sinais de modificação humana (Vialou & Vialou 2008). (Neves 2012, p. 69)

⁶ BP (*Before Present*) - antes do presente.



Gravura encontrada na Ponta das Lajes no encontro das águas em Manaus (E). Fonte: W. Calheiros *apud* Neves 2012, p. 34. Pinturas na Gruta da Pedra Pintada (D). Fonte: E. Pereira *apud* Neves 2012, p. 70.

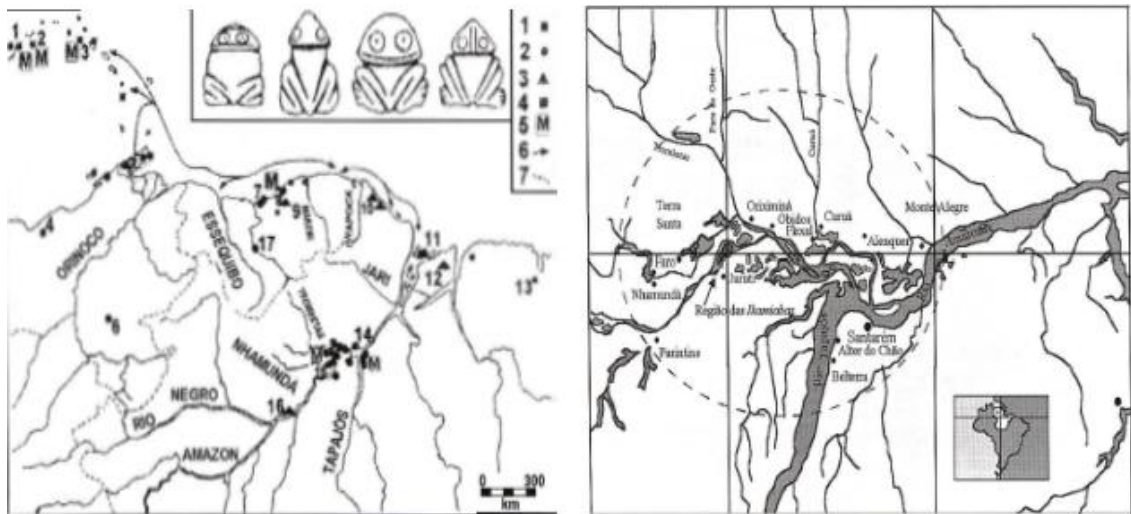
Nas últimas décadas, avanços arqueológicos têm começado a desenhar um novo modelo histórico para as sociedades indígenas que habitavam a Amazônia na era pré-colonial. Eles indicam que não aparenta ter havido um único padrão ou forma de habitação predominante: “...quando se considera o quadro da ocupação inicial da América do Sul fica cada vez mais claro que não houve uma única estratégia econômica que caracterizou os modos de vida dos primeiros habitantes do continente. [...] Desde pelo menos o início do Holoceno o que se percebe é o desenvolvimento de indústrias regionais, com tecnologias distintas, mas aparentemente expeditas” (Neves 2012, pp. 72 e 74 respectivamente).

Diferente do que anteriormente se cogitava, as culturas e sociedades amazônicas do Holoceno aparentavam viver em um regime de abundância de recursos, com poucas pressões para o sedentarismo e cultivo.

“...na Amazônia a abundância de recursos não criou pressões evolutivas, ao longo do Holoceno médio, que selecionaram para o estabelecimento antigo da vida sedentária e da estratificação social (Neves 2007). É provável que nessa época as populações

nativas da Amazônia tenham tido modos de vida baseados no consumo combinado de plantas domesticadas e de animais e plantas selvagens, sendo que a importância relativa desses componentes selvagens e naturais deve ter sido alternada ao longo das gerações. Trata-se de uma situação parecida com a já mencionada entre grupos indígenas contemporâneos que alternam ao longo do tempo entre estratégias produtivas baseadas na agricultura ou na caça e coleta.” (Neves 2012, p. 110)

Há aproximadamente dois mil anos, mudanças começam a ser observadas. Sinais de sedentarismo, modificação de paisagem e a produção de cerâmicas distintas se multiplicam e ocorrem com maior frequência. No Xingu surgem grandes assentamentos urbanos, interconectados por estradas, enquanto no Purus ocorrem os ‘geoglifos’, grandes estruturas de terra com formatos geométricos (Neves 2012). Na região de Santarém surgem centros de produção de *muyrakytã* (ou *muiraquitã*), talismãs de jade oriundos majoritariamente do baixo Amazonas, mas intercambiados em uma área muito mais ampla (Costa *et al* 2002).



Fonte: Costa *et al* 2002, pp. 476 e 480, respectivamente.



Geoglifos do Rio Purus. Fonte: Evandro Ferreira 2014

Assim, se há algo que pode ser afirmado sobre o passado pré-Colombiano Amazônico, é que academicamente pouco se sabe sobre ele. Apesar de décadas de contínuo e profundo esforço de diversos arqueólogos e arqueólogas, a maioria das afirmações passíveis de serem feitas tende a ser de caráter negativo: povos amazônicos, presentes e passados, não são entes estáticos, não são homogêneos em suas estratégias econômicas, não são restritos a pequenos grupos ‘caçadores-coletores’, etc. Para os fins desta dissertação talvez o mais importante seja notar como essa negatividade discursiva pode servir como evidência da contínua influência da narrativa de Euclides da Cunha sobre a Amazônia como ‘a-histórica’. Isso não implica necessariamente que ele (influenciado por Hegel) fundou este discurso, nem que aquelas e aqueles que trabalham com a historiografia amazônica acreditem no seu discurso: muito pelo contrário, parece-me que estes sejam cada vez mais raros. Antes, essa perspectiva, de uma forma nebulosa, ainda está ‘posta’, e aqueles que trabalham neste campo ainda sentem a necessidade de reconhecê-la, mesmo que seja somente para refutá-la.

1.2 Antes dos seringais

Previamente, ao passar pelo o rio Purus (1641:32) este mesmo cronista [Cristovão D’Acunã] alista os índios naquele rio como Cuchiguaras, Cumayaris, Guaquiaris, Cuyarigayanas, Curucurus, Quetauxis, Mutuanis e Curiguerés. Cuchiguaras ou Cuchiuaras era nome de um grupo indígena e também o nome dado ao rio Purus. Vem de cuchi, tipo de macaco, e uara, habitante de ou dono. Assim era o rio “do domínio dos macacos” ou o rio “habitado pelos índios cuchis”, a nação “poderosa” que ocupava as ilhas na foz do Purus (Cornwall 2003, p. 16).

É importante ter em mente que nenhuma das duas potências ibéricas demonstrava um interesse demasiadamente grande pelo rio Purus, sendo este de difícil acesso aos espanhóis (Cornwall 2003, p. 19). Entre os primeiros viajantes europeus está Cristovão D'Acunã (ou Cristóbal de Acunã), padre jesuíta espanhol que, em seu livro *Nuevo Descubrimiento Del Gran Rio de Las Amazonas*, refere-se ao Purus como 'Rio de los Gigantes', cujos habitantes usariam enfeites de ouro e pedras brilhantes. Se esta descrição visava estimular um interesse colonial das potências ibéricas no Purus, não foi bem sucedida: assim como em outros rios amazônicos, os primeiros esforços coloniais no rio Purus vieram de missionários católicos, principalmente os jesuítas:

Os jesuítas iniciaram seus trabalhos missionários formando aldeias e formando a fé com a língua geral. Embora participassem dos descimentos, a obra missionária deles foi mais bem caracterizada por uma defesa dos interesses indígenas e um desejo de autonomia do governo e da circunscrição eclesiástica local. Os jesuítas mantinham o controle das economias até que foram tirados do país pelo governo imperial. Outras ordens como os carmelitas participaram em descimentos forçados para poder formar um núcleo de população econômica. Os jesuítas muitas vezes brigavam com as outras ordens e muitas vezes estavam em franca oposição aos interesses governamentais. Depois, de num primeiro plano serem usados para eliminar os jesuítas, as outras ordens por sua vez foram gradativamente afastados do campo missionário e por conseguinte de posição influente entre as populações indígenas. Com o tempo, razão de pressão dos colonizadores e a falta de missionários, estas missões desapareceram (Cornwall 2003, p. 20).

Discordo da afirmação de Cornwall (importante notar que ele é um padre) de que "...a obra missionária deles foi mais bem caracterizada por uma defesa dos interesses", mas essa citação ilustra bem a situação peculiar dos missionários jesuítas, mais-ou-menos recorrente nas Américas. Eles se posicionavam contrários ao projeto colonial luso-ibérico, mas sem abrir mão de seu próprio projeto colonial (Sergio Buarque de Holanda, em direto contraste com o III Reich alemão, considera as missões jesuítas como o maior exemplo histórico de uma sociedade totalitária baseada na disciplina e obediência)⁷. Para os próprios jesuítas, esta oposição resultou em sua

⁷"Foram ainda os jesuítas que representaram, melhor de que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, deixaram disso exemplo memorável com suas reduções e doutrinas. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões" (de Holanda 1995, p. 39).

expulsão, em 1759, mas também contribuiu, em termos mais imediatos, para a falha do seu projeto colonial amazônico.

Lefévre, em a *Produção Social do Espaço* (1974), analisa a implementação e construção de cidades coloniais espanholas no ‘novo mundo’, que considera como sendo inseparável do processo de criação de um novo espaço (a América Latina).

O ponto principal a ser notado, por então, é a produção de um novo espaço social por poder político – leia-se, pela violência a serviço de metas econômicas. Um espaço social deste tipo é gerado de uma forma racionalizada e teorizada servindo como instrumento para a violação de um espaço pré-existente (Lefebvre 1974, pp. 151-152).

Já Sergio Buarque de Holanda contrasta os diferentes arranjos territoriais entre as colônias espanholas e portuguesas, sendo as portuguesas mais espoliativas/extrativistas e as espanholas de caráter mais propriamente ‘coloniais’. Mas o que é importante notar, aqui, é que tanto os missionários quanto as potências ibéricas viam no ‘novo mundo’ um espaço em que podiam projetar um modelo de sociedade diferente daquele já existente.

1.2.1 A Guerrilha Mura

O grau de sucesso ou fracasso dos diferentes projetos coloniais europeus não pode ser atribuído somente aos seus próprios méritos. Diversos povos indígenas resistiam aos avanços europeus, seja em sua forma missionária ou estatal, este avanço era, afinal, voltando à citação de Lefebvre acima, uma tentativa de violar uma organização social/espacial pré-existente. Padre João Daniel (1722-1776), em *Tesouro Descoberto no Máximo do Amazonas*, descreve os ‘Mura’:

A nação Mura também tem muita especialidade entre as mais. É gente sem assento, nem persistência, e sempre anda de curso aqui, ora ali; e tem muita parte do Rio Madeira até o Rio Purus por habitação. Nem tem povoações algumas com formalidades, mas como gente de campanha sempre anda de levante, e ordinariamente em guerras, já com as mais nações e já com os Brancos, aos quaes querem a matar ou tem ódio mortal (Daniel 1976, p. 264).

... Zombam dos brancos, e tropas de soldados, que muitas vezes tem se mandado contra eles: porque como não têm domicílio certo, ou povoações fixas, não podem as tropas alcançá-los, e

apenas apanham algum, ou alguns poucos desgarrados. São gente bem disposta, e bem encarada. Usam de uns arcos de doze, ou pouco mais, ou menos palmos de compridos, e frechas da mesma grandeza e proporção (Daniel 1976, p. 265).

Este processo de resistência, frequentemente chamado de ‘A Guerrilha Mura’, aparenta ter sido eficaz em frear o avanço europeu em grande parte da Amazônia. “Só a ameaça dos Muras em 1760, era suficiente frustrar uma tentativa de fundar uma povoação perto do Salto de Teotônio (1884: 417)” (Cornwall 2003, p. 41). Considero simbolicamente importante que a primeira exploração oficial do rio Madeira, em 1749, é repetidamente atacada por ‘Muras’ (Almeida 1874). De outro lado, vale notar que não considero o termo ‘Guerrilha Mura’ como adequado (ver *infra*, seção 1.2.3).

1.2.2 Nota sobre Etnônimos e Nomenclatura

Já no início do século XIX se começa a ter uma noção de que o termo ‘Mura’ não se refere a um grupo homogêneo. O *Dicionário do Brasil*, em 1817, refere-se aos ‘Mura’ como “tribus d’Indios que dominavam nas margens do rio Madeira, acima da villa de Borba”. Em 1892 João Barbosa Rodriguez caracteriza ‘os Mura’ como uma aglomeração de diversos povos falantes de diversas línguas:

Os Muras, cujo nome primitivo era Buhuraen mas que os civilizados modificaram, outr’ora dividiam-se em diversas tribos com dialectos diversos. Assim havia os Pirahens, Jahaahens, Burahens. De todos, os Pirahens eram os mais bravos. Os Jahaahens é que habitavam as margens do Solimões. Pelos vocabulários que deles tomei vê-se bem a diferença da linguagem. Os Burahens unidos e cruzados aos Jumas adulteraram completamente a língua a ponto de formarem um dialecto especial que participa do próprio primitivo e dos Jumas (Rodrigues 1892, p. 28-29).

Lévi-Strauss nota em *Estruturas Elementares de Parentesco* que:

...um número muito grande de tribos primitivas simplesmente referem a si-mesmos pelo termo de ‘homem’ em sua linguagem, mostrando que em seus olhos uma característica essencial da humanidade desaparece fora do seu grupo. Assim os Esquimós do North Sound descrevem a si mesmos exclusivamente como as ‘pessoas excelentes’, ou mais exatamente as ‘pessoas completas’ (Levi-Strauss 1949, p. 47).

Se uma pequena discordância for permitida com Lévi-Strauss, proponho uma interpretação diferente deste fenômeno. Pelo menos no caso arawá, a fronteira entre povo e outros tende a ser a linguagem: para os Suruwahá, Ajimarihi sopra em diferentes sementes até encontrar uma que fala uma língua que considera inteligível (as diferentes sementes se tornam diferentes povos, os que falam a língua inteligível são os Suruwaha). No caso dos Madihadeni, Tamaku e Kira vomitam os diferentes povos do mundo, Kira (irmão mais novo) vomita os *madi* (povos) que falam línguas estranhas, Tamaku (irmão mais velho) vomita os *madi* que falam línguas inteligíveis. Sendo assim, não enxergo uma perda ou desaparecimento de humanidade, algo de caráter taxonômico, mas sim o reconhecimento de uma fronteira de compreensibilidade que pode ser transposta⁸.

O que é de interesse mais imediato deste trabalho é reconhecer esse fenômeno da ‘artificialidade’ de etnônimos: muitos povos não aparentam se separar da humanidade como um todo por meio de um substantivo; a resposta a ‘quem são vocês’ é ‘gente/pessoas’. Madihadeni, em Madihadeni, significa simplesmente ‘pessoas’ (Madiha = pessoa + deni = pluralizador/coletivizador). Já Mura, na língua geral, aparenta significar algo parecido com ‘gente’ ou ‘povo’. Para dar mais um exemplo, em Lábrea assisti a um documentário (sobre os Suruwaha) com dois Suruwaha que estavam visitando a cidade por razões médicas. Em algum momento, Gunther Kroemer, que esteve no primeiro contato com os Suruwaha, em 1979, apareceu na tela. Um Suruwaha comentou ao outro ”esse o branco que inventou os Suruwaha”.

Baseado nisso, concordo com a posição, razoavelmente consensual no âmbito da etnologia, de rejeitar etnônimos amazônicos como identificadores de povos específicos, e especialmente não como autodenominação. Em vez disso, entendo esta nomenclatura como um signo reflexivo exterior ao povo: povos cujo comportamento era visto como ‘cumprindo’ uma série de critérios recebiam determinados signos. Ou seja, uma população era denominada ‘Mura’ pelos europeus se ela fosse itinerante, utilizasse

⁸Por exemplo: é extremamente comum, após um período de convivência com povos amazônicos, ser consanguinizado por uma ou mais pessoas da comunidade. A meu ver isso pode servir como um exemplo da transposição da barreira de compreensibilidade.

principalmente meios de locomoção fluviais e resistisse ao avanço territorial europeu, etc.⁹.

Em outras palavras, ‘os Mura’ (historiograficamente) são um produto da ‘guerrilha Mura’: durante esse longo período de conflito, diversos povos foram afixados com um signo, normalmente ‘Mura’ (mas também Juma, Arara, etc.). Esses signos não são descritivos, não revelam nada ‘característico’ ou ‘identitário’ desses povos. Apenas descrevem o tipo de relação que tiveram com os ‘brancos’ naquele momento histórico.

Cabe, porém, fazer algumas ressalvas importantes.

Primeiramente, esta não é uma proposta normativa. Mesmo que grande parte da nomenclatura amazônica surja como uma imposição ‘de fora’, e não uma auto identificação, isto não proclui que alguns povos desenvolvam uma autonomenclatura como parte de sua própria trajetória histórica, de forma independente.

Segundo, mesmo essa nomenclatura exterior pode, com o tempo, ser internalizada. Tive a oportunidade de conhecer e conversar com diferentes Mura da região de Borba, que se identificam, e identificam o seu povo, com essa nomenclatura. A relação com uma nomenclatura ‘imposta’ é complexa. Os Suruwaha rejeitam o nome imposto a eles, mantendo que são uma junção de diferentes *dawa* coabitando o mesmo território. No entanto, o mesmo Suruwaha que fez o comentário sobre o Gunther Kroemer depois me perguntou se eu gostava dos Suruwaha (eu respondi que sim). E em discursos com a FUNAI¹⁰ os Suruwaha utilizam essa nomenclatura. O exterior pode, com o tempo, vir a ser internalizado.

Por fim, essas confusões etnonímicas não são restritas somente aos povos indígenas. Na Amazônia, ainda no século XIX, os nordestinos imigrantes eram chamados de cearenses, mesmo que esse não fosse seu estado de origem. O Ceará foi, de fato, o estado de origem da maioria dos imigrantes nordestinos, mas de nenhuma forma foi o único.

⁹Importante notar que esse processo de nomeação do outro também é praticado pelos próprios povos. Os Madihadeni chamam os Suruwaha de *Makhukhu* (vermelhos/vermelhinhos/borboletas vermelhas), e pelo menos de acordo com Morecir, patarahu da comunidade Samauma, chamavam os Apurinã de Zava e Paumari de Abá (peixes). Já os Banawá, de acordo com Isaac Banawá, gostam de chamar os Jamamadi de *abuni* (o vocativo Madihadeni [masculino-masculino] para pessoa não marcada [cunhado potencial]) por entenderem que estes são quase como Madihadeni. Por último também é importante notar que esse processo de nomeação do outro criou uma situação na Amazônia (mas não no Médio Purus) na qual o etnônimo atual de muitos povos é o termo que seus inimigos lhes afixaram.

¹⁰Fundação Nacional do Índio.

1.2.3 A Guerrilha Mura continuada

O censo de 1814, que eles [Spix e Martius] incluem na sua obra revela a tremenda escassez da população em toda a região. Nas poucas villas a maioria é indígena com poucos escravos. Manaus conta com 1,372 habitantes, a metade é indígena.

Ainda os autores podem chamar os Muras o “flagelo” da região. São aliados ocasionais dos Toras (Turazes). Por não ceder as incursões dos europeus e por continuar sua oposição obstinada a esta presença... (Cornwall 2003, p. 46).

Em 1831, Spix e Martius (1976) publicam, em Munique, o resultado de sua expedição científica à Amazônia, feita de 1817 a 1820. Descrevem a eficácia da resistência das ‘hordas Mura’, e o desdenho destes à noção de servir aos brancos. Spix e Martius também descrevem indígenas no Purus se enfeitando com plaquetas de ouro: “Os curianés, os motuanes, enfeitados conforme a tradição de plaquetas de ouro e, a norte deles os catoses, provavelmente forma estropiada de Catauixis” (Spix e Martius 1976, p. 169). A semelhança entre essa descrição e a de D’Acuña, feita duzentos anos antes, aponta o aparente naufrágio, nos meados do século XIX, dos projetos colonizadores amazônicos no Purus.

“O Presidente do Amazonas, João Pedro Dias Vieira, revela o fracasso dos esforços do governo em aldear os índios... em 1856, há um total de 6.583 índios aldeados de 24 tribos diversos, ocupando 292 palhoças em 102 povoações distintas na Província.” (Cornwall 2003, p. 67)

O tenente norte-americano William Herndon atribui a seguinte frase a um juiz local (em 1852): “Nada pode ser esperado de um lugar que oferece nada ao comércio exceto por alguns óleos e um pouco de pissaba e onde a população local é composta por Muras e Araras” (Moreira Neto 1988, p. 98). Interessante notar que a população da Amazônia é descrita como composta por ‘Muras e Araras’. Em outras palavras, o Amazonas não contém ‘Muras e Araras’, o Amazonas é composto, demograficamente, por Muras e Araras, ou seja, povos com o signo de belicosidade ao projeto colonial.

Logo, se de um lado é necessário ter cautela para não substancializar ‘os Mura’ da Guerrilha Mura, também considero ser um erro enxergá-la como ‘guerra’ em seu entendimento ocidental. Em *O Mármore e a Murta*, Eduardo Viveiros de Castro

descreve as tremendas dificuldades dos missionários em converter e ‘pacificar’ os povos litorâneos durante o século XVI. A guerra entre os Tupinambá era de caráter constitutivo de suas sociedades, ou seja, viabilizava o seu funcionamento e permitia à pessoa transcender a humanidade/mortalidade¹¹. Lentamente os colonos e padres conseguiram desconfigurar a guerra na sociedade Tupinambá, transformando-a de um ato canibal (a incorporação do outro e o aperfeiçoamento do ser) em um ato bélico (a destruição do outro). Com isso, conseguiram modificar outras práticas e crenças consideradas indesejadas (canibalismo, festas, xamanismo etc.) e exercer maior controle sobre essas sociedades.

Através da implacável guerra aos índios, o dispositivo teológico-político dos invasores conseguiu finalmente domesticar a guerra dos índios, retirando-lhe o caráter de finalidade social para transformá-la em meio para seus próprios fins. E foi assim que os Tupinambá perderam, duas vezes, a guerra (Viveiros de Castro 2002, pp. 245-246 – grifos no original).

Como escrevi anteriormente, parece-me um erro ver a ‘Guerrilha Mura’ em termos bélicos. A guerra, para os povos Tupi, mas também para muitos outros povos amazônicos, não é um esforço geopolítico, ela não visa o controle de território nem a destruição ou submissão do ‘outro’. Fica claro que o conflito entre ‘brancos’ e indígenas produziu um *efeito* geopolítico, mas por parte das populações indígenas não detinha essa finalidade.

Isso é exemplificado no mestrado de Juliana Schiel:

No dia 16 de junho de 1913, dois seringueiros de nomes Júlio Marques e Antônio Vicente, encontrando um índio e sua mulher, para se apossarem desta, mataram aquele após renhida luta corporal, fugindo a índia na ocasião. No dia 18 do mesmo mês os índios, sob a chefia do tuxaua João Grande rechaçaram uma expedição composta de nove seringueiros... Dez dias após, uma tropa de cinquenta seringueiros armados e bem municados atacou de surpresa uma maloca, praticando verdadeira carnificina. Todas as malocas então se reuniram e se armaram. Apavorados com a atitude dos índios, os seringueiros fugiram precipitadamente para a margem do Purus, muitos abandonando seus haveres. (Schiel 1999, pp. 63-64 apud Relatório da 1ª IR, SPI, s/d)

¹¹Viveiros de Castro não é o único – nem o primeiro – autor a discutir a guerra entre os Tupi, notadamente entre os Tupinambá. Ele mesmo indica outros autores na nota de rodapé 36 (Métraux, Florestan Fernandes, H. Clastres, Combès, Carneiro da Cunha, Saignes, Combès, Fausto) (cf. Viveiros de Castro 2002, p. 225).

Em retaliação aos atos de dois seringueiros, os Apurinã atacam uma expedição, o que provoca o massacre de uma maloca, o que, por sua vez, provoca um levante dos Apurinã do Seruini, Tumiã e Sepatini. Schiel, baseando-se nos jornais da época (esse episódio recebeu repercussão nacional na imprensa), estima que morreram aproximadamente 42-43 pessoas (Schiel 1999, p. 65). Se os relatórios da SPI forem reconhecidos como verídicos, sua intervenção no conflito ‘pacificou’ entre setecentos e mil Apurinã (Schiel 1999, p. 67), um número que, apesar de provavelmente exagerado, ainda indica uma ampla mobilização ao final do conflito.

Este evento, a meu ver, evidencia o efeito geopolítico da guerra amazônica. A ação de dois seringueiros leva a uma retaliação Apurinã (que nunca perdoam uma morte) e, ao final do processo, os seringueiros são forçados a abandonar o seringal e fugirem para a margem do Rio Purus. Mas de nenhuma forma isso evidencia uma intencionalidade geopolítica por parte dos Apurinã (também não evidencia a ausência dela, claro). Isaac Banawá narrou um evento semelhante (porém de menor porte) quando os Banawá mataram seis seringueiros em retaliação pela morte de dez Banawá, também no início do século XX¹².

Entendo, portanto, a ‘Guerrilha Mura’ não como uma guerra, mas sim como um efeito, a soma de várias incompatibilidades, atritos e conflitos difusos e esporádicos entre os projetos coloniais europeus e as sociedades pré-existentes amazônicas. Para os fins desta dissertação, o resultado mais relevante da situação é que o Rio Purus, em meados do século XIX, é habitado ‘quase que exclusivamente por povos indígenas’:

Sobre ele [o Rio Purus] e seus habitantes já nos dão notícia os primeiros cronistas que navegaram pelo Amazonas no século 16, e, tempos depois, entre os anos 1861 e 1862, com mais detalhes, os exploradores nomeados pela Província, Manoel Urbano da Encarnação e o engenheiro Silva Coutinho. Até este momento, temos um rio habitado quase que exclusivamente por povos indígenas (Dos Santos 2011, p. 17).

1.3 O início da economia gumífera

¹²Este evento teria levado à primeira mudança de local da aldeia Banawá.



Foto de autoria própria

Em 1743 o naturalista francês La Condamine observou indígenas na Amazônia extraindo um líquido viscoso de uma árvore, posteriormente chamada de *Hevea brasiliensis*, e “notou que o líquido, após coagular, produzia uma substância de elasticidade e impermeabilidade única que os indígenas sabiam transformar em seringas, botas, garrafas e brinquedos” (Weinstein 1983, p. 8). La Condamine, curioso, se tornaria uma figura central na difusão e promoção dessa nova substância.

Na medida em que novas aplicações dessa substância foram desenvolvidas na Europa, a demanda crescia. Talvez o marco mais importante nesse período incipiente tenha sido o desenvolvimento do processo de vulcanização da borracha por Charles Goodyear, em 1839. De acordo com dados de Roberto Santos, foram exportadas (da Amazônia) 31 mil toneladas de borracha (1827), 156 mil toneladas (1830), 388 mil toneladas (1840), e 1.446 toneladas (1850) (Santos 1980, p. 216). Um crescimento vertiginoso, mas um mercado ainda pequeno em termos relativos.

Essa economia emergente leva, em 1853, à chegada dos primeiros seringueiros imigrantes à Amazônia, mas ainda encontrando forte resistência das sociedades amazônicas pré-existentes. Henry Walter Bates (que estava presente na época) narra as

dificuldades no Rio Madeira com ‘os Arara’ “Tal estado de coisas demorou dois ou três anos, qualquer viagem subindo o Madeira era cheio de riscos, pois os selvagens atacavam todos que aí se aventurarem” (Bates 1944, p. 341). Mais tarde Bates encontra um americano que morava com ‘os Arara’:

...Kemp, que vivera durante muitos anos entre os índios do Madeira, perto da povoação abandonada de Crato. Disse-me ele que seus vizinhos era gente amável e alegre e que o ataque dos Araras fora provocada por um negociante de Barra, que perversamente atirou sobre uma de suas famílias, matando os pais e levando os filhos para serem seus escravos (Bates 1944, p. 342).

Importante notar que à medida que indivíduos ‘brancos’ passam a coexistir com populações indígenas marcadas por signos agressivos, narrativas contraditórias ao discurso oficial sobre os ‘selvagens’ começam a emergir, como visto acima. Mas, apesar da entrada incipiente de seringueiros imigrantes, a população não indígena do Amazonas continua minúscula na década de 1860:

Orton observa que Manaus no mapa de Pe. Fritz era chamado Taromas mas a partir de 1852, recebe o nome de Manáos, a tribo mais guerreira das imediações. A população, que ele diz que é uns 2000, “is a mongrel set” (1871:243). Em Ega Tefé em 1867 o idioma comum é o tupí (1871:240) Coary em 1867, é “a huddle of 15 houses” (1871:242) (Cornwall 2003, p. 88).

Santos inclui o registro da população da província do Amazonas em 1818, totalizando 19.350 (sendo 13.310 livres e 6.040 escravizados). Em 1823 esse número *cai* para 18.843. A razão pela qual estou dando ênfase aos dados demográficos da província do Amazonas é porque considero, em termos largos, que evidenciam a contíua falha do projeto colonial na região. Enquanto no Pará uma sociedade colonial conseguiu se estabelecer ao redor de Belém, na ilha de Marajó e em algumas outras regiões, no que é hoje o estado do Amazonas, tais sucessos são muito menores e mais raros. Nas palavras de Oliveira Filho “o ideal de uma Amazônia agrícola nunca foi seriamente conduzido como uma alternativa real à indústria gomífera. As vigorosas críticas ao desenvolvimento exclusivo da extração de borracha não deram origem a plano algum de colonização da região como um todo” (Oliveira Filho 1979, p. 128). Isso, por sua vez, me leva ao ponto principal deste capítulo: que a colonização do Médio Purus (e, possivelmente, de grande parte da Amazônia, em termos mais amplos) teve como modelo de sociedade (e sociabilidade) nem o projeto missionário

jesuíta/carmelita, nem o projeto colonial das monarquias ibéricas, mas sim o aviamento (mais sobre isso abaixo, na seção 1.4).

Outro efeito marcante da instalação paulatina da economia gumífera na Amazônia foi uma gradual homogeneização (nunca total) de sua produção econômica:

Valores da Produção amazônica para a exportação (Pará e Amazonas)						
Produto	1853	1855	1857	1859	1861	1863
Pirarucu	28,4%	36,1%	26,6%	33,7%	32,7%	18,8%
Salsa parrilha	16%	5%	4,9%	8,4%	4,2%	2,2%
Óleo copaíba	10,4%	3,3%	3,5%	7%	8%	3,8%
Castanha	8,2%	14,6%	20,8%	8,4%	5,4%	3,1%
Goma elástica	3,9%	15,3%	31%	23,8%	34,8%	43,5%

Fonte: Oliveira Filho 1979, p. 117, a partir de dados de Tavares Bastos 1975, p. 134.

Como Oliveira Filho nota, em 1857 a borracha começa a ‘disputar a liderança’ das exportações amazônicas, para, em 1863, tornar-se líder absoluto (Oliveira Filho 1879, p. 117). Assim, pode-se entender as décadas de 1850-1860 como o período de transição em que a Amazônia adentra a economia gumífera. Isto não quer apenas dizer que a extração da borracha torna-se a atividade econômica principal, mas, sim, que o modelo econômico amazônico muda; de uma economia com um elevado grau de atividade de subsistência, composta por um pequeno e diverso portfólio de exportações, para uma sociedade predominantemente estruturada ao redor da exportação de um produto rentável.

...polarizando recursos antes destinados a outras produções, a borracha vai sendo responsável por um progressivo escasseamento de gêneros agrícolas, então obtidos primordialmente através de importação de outras regiões e a preços mais elevados. Essa situação de drenagem de recursos é caracterizada por Adolfo de Barros, Presidente da Província do Amazonas, mostrando que o vertiginoso aumento do volume de borracha é paralelo a uma violenta compressão na produção do café e tabaco, cujo volume em 1863 é respectivamente de 1/10 e 1/7 do volume realizado em 1830 (Oliveira Filho 1979, p. 119).

1.3.1 A continuação dos conflitos durante a economia gumífera

Cornwall analisa os relatórios da presidência da Província do Amazonas entre os anos de 1852 e 1879. Esses relatórios, que não tinham a finalidade de mostrar a

violência inter-étnica no Amazonas de forma ‘total’, somam sozinhos 60 mortos somente entre os ‘civilizados’, e isso apenas nos rios Purus e Madeira (Cornwall 2003, pp. 74-79). Relembro aqui a citação anterior de dos Santos, afirmando que o Purus era virtualmente inabitado por ‘brancos’ antes de 1860 (Dos Santos 2011, p. 17).

Um evento que talvez mereça um pouco de atenção é quando, em 1879, ‘Jumas’ ateiam fogo ao barracão de um seringalista em Jadiburu, quatro praias abaixo de Canutama, no Médio Purus. Pelo que pude constatar, atear fogo em estruturas dos ‘brancos’ não era um *modus operandi* comum das investidas indígenas na Amazônia. O fato de o fazerem justamente no barracão, estrutura vital para o funcionamento do seringal, a meu ver sugere um entendimento da ordem social que estava se instalando no Rio Purus.

O que esse e diversos outros conflitos registrados nos relatórios da presidência da Província do Amazonas revelam é que as disputas entre ‘brancos’ e indígenas continuaram com certa intensidade durante a segunda metade do século XIX. Mas o que havia sido ‘bem sucedido’ (intencionalmente ou não) por aproximadamente 350 anos foi, gradualmente, perdendo sua eficácia. É nítido que o novo arranjo social e territorial providenciado pelo aviamento foi mais bem sucedido do que os seus antecessores. O porque disso é bem mais nebuloso e foge ao escopo deste trabalho.

Tradicionalmente, o fim da ‘guerrilha Mura’ é atribuído à Cabanagem, nas palavras de Weinstein “um levante regional de proporções inéditas” (Weinstein 1983, p. 40). Durante o período de 1835 a 1839, um conflito que se originou de uma disputa das elites portuguesas e paraenses tornou-se um fenômeno regional e resultou em talvez 30.000 mortos (Weinstein 1983, pp. 40-41). “Para piorar a situação da elite, grandes números de trabalhadores tomaram vantagem da desordem e turbulência para escaparem das fazendas das quais eram cativos por compra ou servidão” (Weinstein 1983, p. 41). Afirmar que a participação ‘dos Mura’ na Cabanagem tenha severamente enfraquecido sua capacidade de resistência é, na minha opinião, tirar conclusões demasiadamente simples de um conflito complexo:

Os grupos Mura, salienta Marta Amoroso, eram uma constante ameaça aos empreendimentos “civilizatórios” (cf. Amoroso, 1992). Notoriamente belicosos, realizavam freqüentes ataques às vilas e povoados, que inviabilizavam a expansão territorial luso-

brasileira e a ampliação da produção e ser remetida à exportação.

Por seus posicionamentos “radicais”, os Mura eram vistos pelos colonos como uma desumanidade incapaz e indolente, como brutos que deveriam ser pacificados ou mesmo aniquilados. As ações dos Mura e o amedrontamento que causavam nos moradores das vilas e povoados próximos às suas terras, fizeram com que o etnônimo Mura fosse utilizado de forma genérica, por muitos, para designar “os deserdados da lei e da sociedade branca” (Amoroso, 1992: 298).

Tal “fama”, entretanto, não se fez por acaso. Para os territórios dominados pelos Mura partiam em busca de refúgio, tapuios, negros, brancos e mulatos marginalizados da sociedade regional. Tal incorporação de grupos marginalizados, freqüente até meados do século XIX, foi chamada por Marta Amoroso de “Murificação”. Os grupos “Murificados” uniam-se aos Mura, e com eles compartilhavam seus “modos de vida” e de resistência à “sociedade branca”.

Foi tal articulação entre os Mura e os “Murificados” que fez com que a região do rio Madeira se tornasse um dos principais palcos da Cabanagem... (Lima 2004, pp. 8-9).

Se algo chega ao fim durante a Cabanagem, não me parece que seja a ‘guerrilha Mura’, isto é, o efeito cumulativo dos diversos atritos entre as sociedades amazônicas pré-existentes e a tentativa de implementação de um projeto colonial. Ao contrário, o que observo na Cabanagem é o fim do projeto colonial ibérico na Amazônia. Além da grande redução populacional oriunda de uma guerra civil (junto com repetidas epidemias de sarampo), grande parte da população rural, que anteriormente vivia em regime de escravidão formal ou de fato, tornou-se inalcançável à elite ‘branca’.

O afrouxamento dos controles sociais e políticos que caracterizaram os anos de guerra civil em muito aceleraram a formação de uma população rural semiautônoma... assim destruindo os últimos vestígios do sistema de diretrizes coloniais. Assim uma grande consequência da Revolta da Cabanagem foi a expansão de uma população ... que havia cortado seus vínculos ou obrigações com a elite branca (Weinstein 1983, p. 41).

Em uma nota de rodapé do seu prefácio ao livro ‘A Queda do Céu’, de David Kopenawa e Bruce Albert, Eduardo Viveiros de Castro escreve que ‘os brancos’ se tornaram, para os Yanomami e outros povos indígenas, os inimigos protótipos¹³. No

¹³“O termo Yanomami *napë*, originalmente utilizada para definir a condição relacional e mutável de ‘inimigo’, passou a ter como referente prototípico os ‘Branços’, i.e. os membros (de qualquer cor)

caso do Médio Purus, porém, pessoalmente desconheço palavras seja em Madihadeni¹⁴, seja em Suruwaha para “inimigo”. O mais próximo provavelmente seria canibal/predador (*zuma/juma*), mas esse termo não é aplicado aos “brancos”. Cabe notar, aqui, que nas cosmologias indígenas arawá das quais tenho conhecimento não é reservado aos ‘brancos’ nenhuma distinção ontológica. Cito dois exemplos:

Mas as pessoas criadas primeiro por Ajimarihi não conseguiram falar direito. Falavam línguas feias, incompreensíveis, e Ajimarihi as mandou embora. Estas pessoas desprezadas por Ajimarihi tornaram-se os ancestrais dos povos estrangeiros: as criadas de sementes de ucuqui deram origem ao povo dos Juma, as criadas de sementes de patauá, aos Zamadi, as criadas de sementes de habaru, aos Jakimiadi e aos policiais e soldados do exército, as criadas de sementes de sorva, aos sorveiros, as criadas de sementes de abiurana, aos jara de pele branca como você – sim, você é uma ex-semente de abiurana! (Azevedo 2012, p. 224).

Para os Paumari, os peixeiros e os patrões, antes de serem agentes econômicos ou dominadores de quem quer que seja, são seres que habitam e atuam em sua sociocosmologia, iguais aos Apurinã, os jaguares, os pirarucus ou os espíritos-auxiliares dos xamãs. O mundo dos brancos não é apenas um mundo desejado, como nós gostamos de imaginar, ele é simplesmente mais um desdobramento do mundo a ser incessantemente explorado e experimentado (Bonilla 2011, p. 226).

Aos brancos não é concedida nenhuma primazia ou diferenciação, nem entre povos ou espécies. Interessante notar que, pelo menos no exemplo dos Suruwaha, a população branca ‘geral’ é separada, por um lado, em relação aos sorveiros, e por outro, dos policiais e soldados. Na etnografia de Adriana Azevedo estes aparentam ser, até onde entendo, povos separados que nos conquistaram e dominam.

daquelas sociedades nacionais que destruíram a autonomia política e a suficiência econômica do povo nativo de referência. Outro sem mais, o inimigo por excelência e por essência, é o ‘Branco’. Outras línguas indígenas do país conheceram deslocamentos análogos, em que palavras designando o ‘inimigo’ ou ‘estrangeiro’, e normalmente especificadas por determinativos distinguindo as diferentes etnias indígenas (ou comunidades da mesma etnia) em posição de hostilidade/alteridade, passaram a ser usadas sem maiores especificações para designar o Branco, que passou assim a ser ‘o Inimigo’ (Viveiros de Castro 2015, p. 2).

¹⁴Florido, em sua tese de doutorado, propõe que *ukheve* seja uma palavra antiga em Madihadeni para inimigo, mas todos os Madihadeni com quem conversei especificamente sobre isto nas comunidades Viagem, Volta Grande, Quiriri, Cidadezinha, Sikuriha e Samauma responderam que ‘*ukheve* é o *aboni* da onça’. Esta frase causou um pouco de confusão até que, após numerosas explicações e encenações, deixaram claro que ‘*ukheve*’ não é uma palavra de sua língua, mas sim da língua das onças. *Aboni* é o vocativo para pessoa não marcada, e nesse sentido *ukheve* seria uma espécie de vocativo transperspectivo. Banu, em particular, me relatou um *ima bute* (mito) sobre um pássaro que diz a um grupo de humanos ‘*ukheve*, não me mate’ e ajuda os humanos a caçar.

1.4 O aviamento

Feita essa apresentação do desenvolvimento da economia na região amazônica durante parte do século XIX passo, agora, a expor especificamente o contexto do aviamento. De acordo com Santos (1980, p. 156), o termo ‘aviamento’ tem sua origem na era colonial, como uma espécie de ‘crédito sem dinheiro’. Negociantes supriam expedições de empresas coletoras com mantimentos e estas retribuíam com uma parcela da colheita quando retornavam. Assim, o termo aviamento antecede a economia gumífera, mas como estou tentando argumentar neste capítulo, *o aviamento*, enquanto sistema, tornou-se o modelo de sociedade e sociabilidade vigente no Médio Purus (e em grande parte da Amazônia). Ele “tornou-se como que a *forma* da economia amazônica típica” (Santos 1980, p. 158).

Se, de um lado, a resistência ao avanço colonial é um tema complexo, como tentei argumentar acima, a eficácia do novo projeto colonizador, do seringal, é virtualmente incontestável. Como notado anteriormente, a população da província do Amazonas caiu de 19.350, em 1818 (sendo 13.310 livres e 6.040 escravizados), para 18.843, em 1823. Vale lembrar que isto é anterior à Cabanagem e ao despovoamento que ela provocou. Menos de 90 anos depois, em 1910, a população é de 1.217.024. Em 87 anos a população do Amazonas cresce na quantia de 13.772 pessoas ao ano (73% ao ano relativo à população de 1823) (Santos 1980, pp. 261 e 315, respectivamente).

População de Manaus				
Ano	População	Crescimento anual	Fonte	Obs.
1814	1372	n/a	Censo	
1848	6000	n/a	Oscolati	Estimativa
1852	2000	n/a	Orton	Estimativa
1872	29.334	35%	Censo	10ª maior cidade do Brasil
1890	38.720	1,8%	Censo	8ª maior cidade do Brasil
1900	50.300	3,75%	Censo	7ª maior cidade do Brasil

Tabela de elaboração própria.

No período de 1814 a 1872, Manaus vivencia um crescimento populacional bombástico de 35% ao ano. Isso já seria impressionante, mas é importante lembrar que o crescimento populacional da província foi de 73% ao ano, devido aos seringais serem os centros de atividade econômica da economia regional. Tão vultosos eram os fluxos migratórios para a recém-criada Província do Amazonas que, durante a década de 1870, a população do Pará cai ligeiramente, enquanto a do Amazonas cresce de 54.895 para

120.899 (Weinstein 1983, p. 53). De acordo com Weinstein, em 1840, a Amazônia brasileira (Pará, Amazonas e eventualmente Acre) tinha uma população, de 129.530 (o Pará sozinho contando com 109.960 habitantes). Em 1910 esse número é de 1.217.024 (783.845 no Pará), um crescimento médio de 15,5% ao ano (Weinstein 1983, p. 27).

Ferraríni, em *Canutama: Conquista e povoamento do Purus*, atribui a seguinte afirmação ao cel. Lábrea (fundador de Lábrea): “Em 1870 não havia no Rio Purus talvez mil habitantes; em 1873 já subia a sua população a mais de 5 mil, em 1879 atingia a 25 mil, e é de presumir que suba a 30 mil no corrente ano” (Ferraríni 1980, p. 83). Em outras palavras, a região do Médio Purus não foi de nenhuma forma uma exceção a esta explosão demográfica.

Outro fator relevante nessa explosão populacional foi a concessão de um monopólio de trinta anos sobre a navegação a vapor no Amazonas a Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá, em 1852¹⁵. Este fundaria a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, cujo lucro triplicaria em quatro anos. Lentamente o monopólio de Mauá foi sendo diluído até que, em 1867, houve a abertura para a navegação de empresas estrangeiras (Santos 1980, pp. 55-57).

A vasta maioria desse aumento populacional veio de imigrantes nordestinos, particularmente cearenses. Samuel Benchimol relata várias estimativas do fluxo migratório: 300.000 Cearenses, entre 1877 e 1890 (segundo Domeles Câmara), 125.931 nos meses de novembro e dezembro de 1877, e 108.656 no mês de outubro de 1878 (segundo Tomaz Pompeu de Souza Brasil) (Benchimol 1977, p. 248). Mas como Benchimol mesmo admite nunca se saberá os ‘verdadeiros’ números, sendo apenas possível termos uma ideia aproximada de sua gigantesca proporção. Também é importante lembrar que o Cearense, como escrito anteriormente, se tornou sinônimo de nordestino na Amazônia – nem todos os ‘cearenses’ eram oriundos do Ceará (por outro lado isso não foi por acaso: segundo Reis (1931, p. 219), metade dos imigrantes que vieram para a Amazônia vieram do Ceará).

¹⁵Cabe aqui notar que o Visconde de Mauá era um personagem central no tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil, tendo, em 1849, completado o maior navio negreiro construído no Brasil, *Serpente*. Segundo Sergio Buarque de Holanda, com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, a solução encontrada por Mauá para reinvestir o capital acumulado com o tráfico escravagista foi a fundação do Banco do Brasil, em 1851. Considerando que um ano depois lhe é concedido o monopólio sobre a navegação a vapor, esta parece fazer parte da mesma tentativa de desafogar o capital do tráfico negreiro (de Holanda 1995, pp. 76-77).

Os rios Purus, Juruá e Madeira foram os mais impactados nesse processo. A boa qualidade da hevea brasiliensis atraiu o interesse de arrivistas locais, nacionais e estrangeiros e exigiu um grande esforço visando à mobilização da mão de obra para atuar nos seringais.

Duas foram as estratégias usadas: a mobilização da mão-de-obra indígena e o deslocamento compulsório de nordestinos, sobretudo cearenses, para trabalhar nos seringais (Leal 2011, p. 25).

Cabe perguntar, por último, o porquê da migração para a Amazônia. Santos levanta várias hipóteses, desde o preconceito dos cafeicultores do sul com nordestinos às ‘ilusões do enriquecimento rápido’. Em contrapartida, os governos do Pará incentivavam a imigração nordestina, mas para suas colônias agrícolas. Essas colônias, no entanto, foram quase sem exceção consideradas medíocres ou fracassos absolutos em termos de produção, e muitos de seus imigrantes acabariam em seringais. “Mas havia também o arrebanhamento direto da mão-de-obra nas capitais nordestinas, empreendida por prepostos particulares dos seringalistas ou intermediários agindo por conta própria” (Santos 1980, p. 106).

É importante entender a grande diferenciação no interior das ondas migratórias para a Amazônia, especialmente entre migrantes nordestinos e estrangeiros: “com passagem paga e viajando em navios regulares... recebidos em hospedarias especiais e conduzidos às colônias agrícolas, imigrantes estrangeiros eram preparados pelo governo para tornarem-se proprietários agrícolas ou, na pior das hipóteses, trabalhadores livres” (Oliveira Filho 1979, p. 135). Já os nordestinos eram endividados durante sua passagem e preparados para serem trabalhadores dependentes:

O deslocamento maciço de nordestinos para os seringais da Amazônia não deve, portanto, ser descrito como uma migração espontânea. Trata-se de fato de um movimento que, na escala e ritmo em que se dá, deverá necessariamente ser induzido e organizado... os seringalistas e as casas aviadoras (e não os governos provinciais) que promovem esse fluxo do fator trabalho.

...A figura mais típica é a do agenciador, indivíduo que contrata trabalhadores no nordeste e os leva até os seringais (vide Guedes, 1914: 194) em um regime semelhante à peonagem.

...a política “espontânea” de importação de braços para os seringais visava, a cada etapa, o endividamento do migrante e o seu enquadramento na condição de trabalhador dependente: desde o momento que em que sai de sua terra o futuro do seringueiro já vai se tornando prisioneiro do agenciador e depois

do seringalista, tendo que pagar-lhe todas as despesas que realizar até e para a obtenção da primeira safra. (Oliveira Filho 1979, p. 135).

Desse modo, considero um equívoco enxergar a migração para a Amazônia como homogênea, ou tentar encontrar uma explicação monolítica para explicá-la, visto que não foi o produto exclusivo de secas ou espoliação campesina nem foi apenas de caráter forçado ou voluntário. Tratou-se, antes, de um fenômeno complexo, fomentado por diferentes agentes sociais com finalidades diferentes. Mas, em larga medida, viabilizou um modelo de seringal baseado na importação de corpos, chamado por Oliveira Filho (1979, p. 126) de "modelo do apogeu"¹⁶.

1.4.1 O Seringal

Euclides da Cunha, o "famoso e desempregado" autor de *Os Sertões*, viaja à Amazônia em 1904 e navega pelo rio Purus. Posteriormente redigiria *À Margem da História*, talvez o texto mais influente já escrito sobre a região.

- [sobre a foz do Purus no Rio Amazonas] ... o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraizo diabólico dos seringaes, abidica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquella ironia formidável. É que, realmente, nas paragens exuberantes das heveas e castilloas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo. De feito, o seringueiro e não dezinamos o patrão opulento, se não o freguez jungido á gleba das 'estradas', o seringueiro reliza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se (Cunha 1922, p. 22).

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de próa até ao Para (35.000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150.000). Depois vem a importância do transporte, num gaiola qualquer de Belem ao barracão lonjiquo a quem se destina, e que é na media, de 150.000. Aditem-se cerca de 800.000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tijelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dous pratos, duas colheres, duas chicaras, duas panelas, uma cafeteira, dous carreteis de linha e um agulheiro. Nada mais. Ai temos o nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir para a barraca, no

¹⁶Comentando a migração amazônica, Lábre escreve "A emigração forçada que nestes dois últimos anos ... deve ser dirigida para o vale do Amazonas, onde encontrará com facilidade e por um trabalho regular ... meios de fazer fortuna em pouco tempo de sua residência nestas regiões auspiciosas" (Ferrari 1980, p. 83). É nítida a semelhança entre o ponto de vista de Lábre e o que Oliveira Filho escreve.

centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu corte da madeira e já deve 1.135.000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e viveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três mezes... Tudo isto lhe custa cerca de 750.000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o brabo canhestro, de quem chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2.090.000. (Cunha 1922, pp. 23-24)

Esse modelo de seringal descrito por Euclides da Cunha é um modelo importador – transregionalmente – de mão de obra, constituindo esse um aspecto historicamente contingente. Quando a migração Nordeste-Amazônia acaba (e, nas décadas de 1920 e 1930, se reverte), o aviamento continuará, mas sem alcançar essa dimensão em particular. É importante entender que o aviamento é um sistema estruturante da economia e sociedade amazônica (como mencionado anteriormente) que se perpetua a despeito de diferentes ciclos econômicos e condições demográficas.

Admitamos agora uma série de condições favoráveis, que jamais concorrem: a) que seja solteiro; b) que chegue a barraca em Maio, quando começa o corte; c) que não adoença e seja conduzido ao barracão, subordinando a uma despesa de 10.000 diários; d) que nada compre além daqueles viveres – e que seja sóbrio, tenaz, incorrutível; um stoico firmemente lançado no caminho da fortuna arrostando uma penitencia dolorosa e longa. Vamos além – admitamos que, mau grado a sua inexperiência, consiga tirar logo 350 quilos de borracha fina e 100 de sernamby, por ano, o que é difícil, ao menos no Púrus.

Pois bem, ultimada a safra, este tenaz, este stoico, este individuo raro ali, ainda deve. O patrão é, conforme o contrato mais geral, quem lhe diz o preço da fazenda e lhe escritura as contas. Os 350 quilos remunerados hoje a 5.000 rendem-lhe 1.750.000; os 100 de sernamby, a 2.500, 250.000. Total 2.000.000.

É ainda devedor e raro deixa de ser. No ano seguinte já é manso: conhece os segredos do serviço e pode tirar de 500 a 700 quilos. Mas considera-se que permaneceu inativo durante todo o período da enchente, de Novembro a Maio – sete mezes em que a simples subsistencia lhe acarreta um excesso superior ao duplo do que trouxe em viveres, ou seja, em números redondos, 1.500.000 – admitindo-se ainda que não precise renovar uma só peça de ferramenta ou de roupa e que não teve a mais passageira enfermidade. E evidente que, mesmo neste caso especialíssimo, raro é o seringueiro capaz de emancipar-se pela fortuna (Cunha 1922, pp. 23-24).

É também importante notar o uso do termo ‘fortuna’. Havia uma ampla propaganda que visava trazer corpos para seringais, mas ela não se encerrava uma vez que estes chegavam. Agora, porém, sua finalidade seria de controle e de incentivo: “[...] muitos dos homens do nordeste vinham movidos pelo desejo de enriquecer e sonhavam com fortunas [...]. Mas, em breve o estímulo inicial de acumular e usar dinheiro se convertia em uma ilusão, dotada apenas de eficácia psicológica” (Santos 1980, p. 158). Muito possivelmente o seringueiro nunca veria ‘o dinheiro’ em sua forma física. Este seria somente uma quantificação de sua dependência, à medida que se endividaria cada vez mais ao seu patrão. Talvez a melhor síntese disso seja o que João Pacheco de Oliveira Filho chamou de ‘ideologia da fronteira’, “oferecendo aos migrantes potenciais um conjunto de informações e juízos sobre aquela área que se apresenta como uma alternativa às suas condições presentes... que tornem a migração uma escolha vantajosa” (Oliveira Filho 1979, p. 113).

Adicional a isto o desastroso contrato unilateral, que lhe impõe o patrão. Os ‘Regulamentos’ dos seringais são a este proposito dolorosamente expressivos. Lendo-os, ve-se o renacer de um feudalismo acalcanhando e bronco. O patrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo, couzas assombrosas.

Por exemplo: a pezada multa de 100.000 comina-se a estes crimes abomináveis: a) fazer na arvore um corte inferior ao gume do machado. b) levantar o tampo da madeira na ocasião de ser cortada; c) sangrar com machadinhas de cabo maior de quatro palmos. Além disto, o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão, não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada.

...

O ‘Regulamento’ é impiedoso: Qualquer freguez ou aviado não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciaes (Cunha 1922, p. 24-25).

Pode-se entender que Euclides da Cunha esteja descrevendo, aqui, um processo identitário: ‘o cearense’, ao chegar na Amazônia, tem interpelada à sua identidade subjetiva uma segunda identidade exterior, de seringueiro¹⁷. No início, enquanto ambas não são harmoniosas, ele é um brabo. Não corta como um seringueiro deveria, não vive

¹⁷Identidade é um vasto e complexo campo conceitual e, possivelmente, não é o ‘termo ideal’ para descrever este processo. Mas o considero como melhor do que as alternativas, o menos pior por assim dizer.

como um seringueiro deveria, não se conforma como um seringueiro deveria. À medida que se conforma a essa expectativa identitária, se torna um ‘manso’, alguém que se conforma, em hábitos e expectativas, à identidade de seringueiro.

Como escrito anteriormente, fica claro que esse modelo de seringal ao qual se refere Euclides da Cunha é um modelo importador de mão de obra, o que João Pacheco de Oliveira Filho chama do “modelo do apogeu” (Oliveira Filho 1979, p. 126). Não é uma forma de controle, somente, de uma população nativa no seringal. É uma forma de trazer novas pessoas, novos corpos, novos insumos, para dentro do seringal. A dívida, tão importante na manutenção das relações sociais do aviamento, é pré-estabelecida antes do ingresso da pessoa no seringal e de certa forma constitutiva de sua existência (no seringal) e de sua nova identidade (enquanto seringueiro).

As pessoas que vieram para a Amazônia durante o ‘boom da borracha’, já vieram na condição de devedores, já tinham destinos e expectativas fixas e fixadas, reservadas, pré-definidas, das quais, conforme a narrativa de Euclides da Cunha, seria quase impossível se desvencilhar: aliás, pelo contrário, o próprio trabalho aprofundaria esses laços profundos de dependência para com os respectivos patrões.

Não considero as seguintes afirmações hiperbólicas: “Ve-se o renacer de um feudalismo acalcanhando e bronco” e “Eldorado dos seringueiros e cemitério da civilização”. Se a “civilização europeia moderna” é baseada no trabalho livre e assalariado, o aviamento é a antítese disso: uma vez embarcado, é negado ao sujeito a liberdade de escolher sua profissão – será um seringueiro. Apesar de ser formalmente ‘livre’, também é negado ao sujeito a liberdade de se locomover ou de escolher a quem vender o seu trabalho – pertencerá ao seringal do seu patrão. E é negado ao sujeito a sua remuneração – uma vez que esta (quase sempre) é inferior ao custo de sua sobrevivência.

Para alguém como Euclides da Cunha, com uma visão evolutiva da sociedade, o aviamento apresenta um tremendo desafio. É uma sociedade ‘nova’, que surgiu aproximadamente quarenta anos antes de sua vinda à Amazônia, mas que apresenta retrocessos centenários sob quase qualquer critério econômico ou social ‘civilizado’. Talvez por isso o seu apego ao determinismo climático.

Por último, é importante entender que o seringal observado por ele naquele momento não era somente um ambiente de trabalho – era, também, uma instituição total, tanto “fábrica” quanto “prisão”. E, como uma prisão, a pena por infringir suas leis era, com frequência, um aumento do tempo de permanência.

As leis do mercado não se verificam por inteiro, em virtude de não estarem presentes todos os supostos de seu funcionamento. O seringal, vê-lo-emos depois, era um estabelecimento mercantil, mas também uma prisão física, custodiada por fiscais armados e resguardada pelas distâncias continentais e ameaças da floresta que barravam a livre movimentação e informação do trabalhador (Santos 1980, p. 114).

Como foi escrito anteriormente, a Cabanagem resultou na ‘perda’ do controle, por parte da elite agrária-escravagista, da ‘sua’ mão de obra. Ao final da década de 1830, grande parte da população local, indígena ou não, adquiriu ou manteve o status de semiautônoma. Entendendo o seringal como fronteira ganha-se uma dimensão estratégica na medida em que “concebida como integrada a um sistema capitalista, a fronteira existe para *aniquilar ou subordinar o pequeno produtor independente*. É através da destruição do pequeno produtor independente que em um contexto histórico capitalista as várias teorias sobre colonização se integram em um todo” (Oliveira Filho 1979, p. 112).

Concordo, portanto, com a visão de Oliveira Filho quando este propõe o seringal como fronteira: “um mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação, em condição subordinada” (Oliveira Filho 1979, p. 106). Na forma do seringal, uma nova sociedade estava se estabelecendo na Amazônia. Uma sociedade hierárquica e assimétrica, que teria como base a relação produtiva do aviamento, entre patrão e freguês.

1.4.2 A Cadeia de Produção

O aviamento era em resumo: o capital mercantil, através das casas aviadoras (importadoras das mercadorias necessárias à extração da borracha) aviando os seringalistas que, por seu turno, aviam os seringueiros; as casas aviadoras financiadas pelas casas exportadoras, estas representantes de importadores mercantis de borracha ou das próprias indústrias dos setores monopolistas do capitalismo do centro. Esta última vinculação realça o fato de que, em última instância, é o capital monopolista que controla o sistema (Costa 2012, p. 46 [nota de rodapé]).

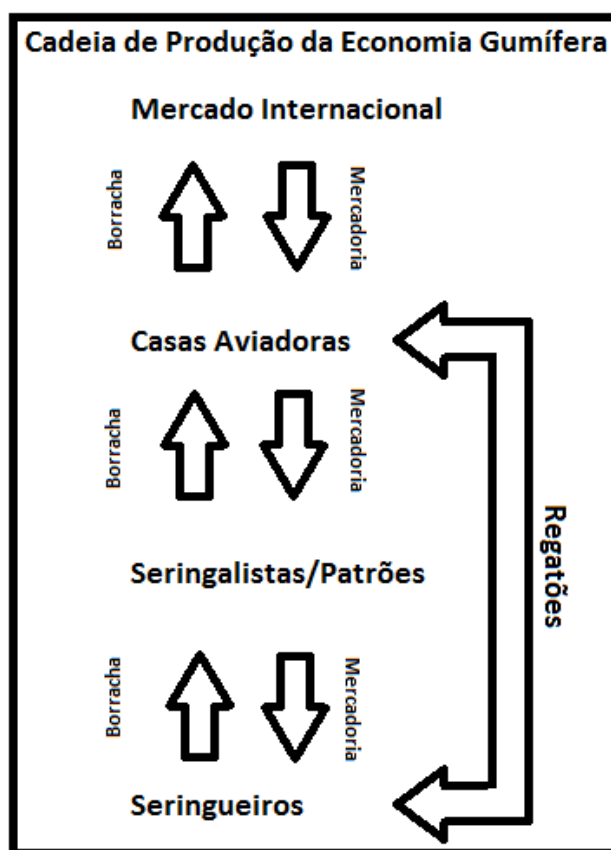


Tabela de elaboração própria.

No nível mais básico, o seringal tinha como objetivo importar e manter corpos e exportar borracha. Lembrando, aqui, que de nenhuma forma o seringal queria importar pessoas, indivíduos, sujeitos: a identidade do seringueiro era pré-fixada, constituída antes de sua chegada ao seringal. O mercado internacional tinha como objetivo importar borracha e exportar sua produção industrial.

O aviamento, então, pode ser visto como uma mediação entre esses interesses. A mercadoria era transferida do mercado internacional para a casa aviadora, para o seringalista e, finalmente, para o seringueiro, com um excedente sendo extraído por cada intermediador face ao próximo, e o seringueiro ficando com a 'conta final'. Semelhantemente, as casas de aviamento financiavam o transporte de novos seringueiros para a Amazônia, servindo *de facto* como bancos regionais.

[...] as casas aviadoras geralmente pertencentes a estrangeiros (na maioria dos casos portugueses) estavam diretamente ligadas às importações de produtos necessários para a manutenção dos seringais (gêneros alimentícios e utensílios em geral), as quais forneciam créditos para o abastecimento dos seringalistas que

eram pagos com a produção gumífera. As casas aviadoras eram financiadas pelo capital externo e pagavam os empréstimos com borracha. Dessa forma, as casas exportadoras monopolizavam o comércio de exportações de borracha, compradas das casas aviadoras, impondo os preços em razão desse monopólio (Monteiro & Fonseca 2012, p. 10).

Gêneros	Preço (RJ)	Valor básico na casa aviadora	Frete imposto e comissões de Belém	Preço para os seringalistas	Preço para o seringueiro
Açúcar	375	700	325	1025 (86%)	3000 (193%) [700%]
Arroz	245	573	266	839 (133%)	3000 (258%) [1124%]
Café	340	600	278	878 (76%)	
Carne-seca	600	1150	534	1684 (92%)	5000 (197%) [733%]
Feijão	155	500	232	732 (223%)	3000 (310%) [1835%]
Média	343	705	327	1032 (106%)	3500 (239%) [920%]

Fontes: Sandman, J.A. Mendes (A crise, etc... pp. 193-195 e 202), Cruz *apud* Monteiro e de Fonseca 2012, p. 12.

Em virtude de sua posição monopolista, a casa de aviamento passava ao seringalista um aumento de preço de, em média, 106% *depois dos custos de importação*. Em virtude de sua posição monopolista, o seringalista, por sua vez, repassa ao seringueiro um aumento de preço de 239%, *além* do aumento que teve de pagar à casa aviadora. Como já deve ter ficado claro, o seringueiro nunca pagaria por isto em espécie, mas sim com sua produção, e é dessa produção que o patrão extrairia sua renda. Para o patrão, os dois fatores econômicos determinantes eram a produção dos ‘seus’ seringueiros *versus* o custo das mercadorias nas casas aviadoras. O seringueiro, no seu consumo, paga em média um preço 920% maior do que o ‘preço Rio’. Isso além de todas as multas e empecilhos estruturais descritos por Euclides da Cunha, bem como além de sua dívida originária.

É importante, aqui, estabelecer que se está lidando com uma ficção. Salvo raríssimas exceções, nenhuma pessoa conseguiria pagar sua dívida. Muito pelo contrário, veria ela crescer, ano após ano. A ausência de dinheiro (físico), e de outras formas de renda (e muitas vezes a proibição de se engajar em outras atividades

econômicas), leva a uma situação em que a dívida era contabilizada, porém jamais monetizada. Assim, é importante deixar claro que, na minha interpretação, a dívida entre o patrão e o freguês não era um instrumento financeiro. Ela constituía, antes, uma estratégia para fixar a pessoa naquele local, tanto geográfico (o seringal) quanto social (a identidade interpelada de seringueiro).

No entanto, por outro lado, para o patrão é importante manter esta ficção. Como exposto anteriormente, havia uma propaganda ao redor ‘da fortuna’, e nos regulamentos – que discutirei abaixo – encontra-se uma marcante ‘exortação ao trabalho’, buscando incentivar e garantir a produção. O que torna esta propaganda importante é que a ‘racionalidade’, no aviamento, é invertida. Aplicando uma análise weberiana crassa, o ‘homem racional’ busca produzir mais, trabalhar mais, para acumular mais. Mas, no aviamento, esse ‘homem racional’ (o sujeito raro e estoico de Euclides da Cunha) continuará endividado e não terá nenhum acúmulo além de um possível aumento no consumo de mercadorias (para estimular a produção o patrão pode oferecer mais mercadorias para os fregueses mais produtivos). Mas o sujeito ‘irracional’, que busca trabalhar o menos possível, terá um acúmulo equivalente ao ‘homem racional’, com menos esforço. Sua dívida será maior, mas qual a diferença material, para o seringueiro, entre uma dívida menor ou maior? De fato, em termos pragmáticos, o melhor padrão de vida seria obtido pelo ‘homem irracional’, aquele que consumisse o máximo possível e trabalhasse o mínimo possível. Assim, era de suma importância manter uma ilusão sobre a eficácia do trabalho, acompanhada de uma manutenção das ficções sobre os preços e as dívidas, para que o seringueiro acreditasse que poderia, sim, alcançar o saldo.

Por último, é importante notar que os seringais amazônicos, diferentemente de algumas outras formas de extrativismo, mostravam-se renováveis a médio prazo. É verdade, como nota Weinstein (1983), que após décadas de uso as árvores nas áreas mais exploradas do Pará começaram a render menos, o que contribuiu para a migração Pará-Amazonas. Mas estamos aqui tratando de um período de tempo que durou cerca de 70 a 80 anos, ou seja, a gradual exaustão das árvores de *Hevea brasiliensis* ao longo de décadas não afetou muito a sustentabilidade da maioria dos seringais. Sendo assim, muitos dos regulamentos de seringais imputam severas penas àqueles que estragassem árvores.

Segundo, como tentei apontar anteriormente, o *boom* econômico veio junto com uma explosão demográfica, grande parte da Amazônia sendo virtualmente inabitada por brancos até a segunda metade do século XIX. Não havia uma situação fundiária local pré-estabelecida (além dos territórios indígenas, é claro). Assim, para um ‘empreendedor’, para alguém que almejasse se tornar patrão, ou um patrão que quisesse expandir sua produção, a opção mais barata e fácil era simplesmente encontrar uma nova gleba de *Hevea brasiliensis*, matar ou escravizar sua população local, e importar novos corpos nordestinos. Mais tarde, particularmente ao redor da Segunda Guerra Mundial, mas antes também, houve inúmeras tentativas de criar plantações na Amazônia, porém quase todas falharam (Dean 1989).

1.4.3 O Regulamento

Benchimol devota o capítulo Levítico, do seu livro *Romanceiro da Batalha da Borracha*, exclusivamente ao regulamento dos seringais de Otávio Reis, que chama de ‘tesouro’. Este foi escrito para o ano de 1934 “e annos a seguir, até nova deliberação”. Segundo Benchimol, os seringais de Otávio Reis localizavam-se nos rios Abunã e Guaporé (afluentes do Rio Madeira) e no Rio Acre (afluente do Rio Purus). Descreve sua trajetória como percorrendo “todo o caminho da vida, paixão e morte do sertanejo-seringueiro: flagelado, retirante, brabo, barrigudo, manso, comboeiro, mateiro, seringalista até chegar ao cume de sua carreira: ‘Coronel de Barranco’” (Benchimol 1977, p. 230)¹⁸. São raros os regulamentos publicamente disponíveis: “Esse precioso documento, talvez o único existente nos anais da história dos seringais amazônicos” (Benchimol 1977, p. 230). Desse modo ele terá de servir, nesta dissertação, como base metonímica para uma análise de regulamentos em termos mais gerais.

Toda a nação tem as suas leis para por ellas reger-se, e se estas leis não são obedecidas por seus habitantes será uma nação em completa desorganização, onde não poderá haver garantias para os que nella vivem, nem para quem com ella mantiver negócios.

Succede o mesmo com toda a sociedade que tem os seus estatutos para por elles regerem-se os seus sócios, e se não se obedece a elles será uma sociedade desbaratada e sem duração. Até nas casas de famllias, para serem bem organizadas, teem que

¹⁸ Importante ter em mente que o pai de Benchimol foi sócio de Otávio Reis em sua casa aviadora e depois seu empregado, sendo “amigos e companheiros durante mais de trinta anos” (Benchimol 1977, p. 230).

obedecer a uma ordem, sem a qual virá logo a desorganização, e dahi os resultantes desgostos de família, que infelizmente é o que mais acontece.

Como, pelo que vemos, tudo precisa de organização e ordem. Um Seringal, por exemplo, onde habitam centenas e centenas de almas, com diversos costumes, sexos diversos, e até nacionalidades diversas, não póde deixar de ter o seu regulamento, pelo qual todos os seus habitantes possam orientar-se de seus deveres de acordo com as posições e trabalho de cada um.

Tenho convicção de que todos os que vivem em seringas desejam uma vida tranquila de paz, amor, trabalho e justiça, e estou certo que, obedecendo fielmente a este regulamento, viverão bem e felizes. Precisamos notar que no seringal somos uma só família no cumprimento de nossos deveres, sem exceção de raça, crença religiosa, nacionalidade e posição. Somos todos iguaes e devemos trabalhar para um mesmo fim, que é o de vivermos bem, sem prejudicar aos outros, tendo por lema este princípio: respeitar aos outros porque respeita-se a si próprio (Otávio Reis apud Benchimol 1977, pp. 231-232).

O que segue a partir dessa introdução são dez páginas de regulamentos, obrigações e deveres de todos os diferentes estamentos sociais dos seringais de Otávio Reis (cf. Anexo a esta dissertação). Uma análise compreensiva e aprofundada do texto vai além do escopo deste trabalho; assim, apontarei somente alguns temas que considero relevantes. As citações a seguir são trechos do regulamento, que se encontra anexado a este texto.

Primeiro, e talvez o mais óbvio: o que o regulamento nos mostra é que o seringal não é ‘apenas’ um ambiente de trabalho, como já foi notado anteriormente. É um modelo de sociedade e uma forma de controle social.¹⁹ Interessantemente, o dispositivo ‘legal’ para punir infrações é a multa, o aumento da dívida. Uma vez que a dívida fixa o indivíduo no local, efetivamente, toda infração é punida com o aumento da permanência do indivíduo no local – assim como no sistema penitenciário, a punição é o aumento da pena. Porém, é importante notar que há um mecanismo de expulsão no regulamento: um seringueiro três vezes infrator pode ser expulso do seringal.

¹⁹ De certa forma, todo ambiente de trabalho é uma forma de controle social na medida em que regula a atividade das pessoas inseridas nele e rege sua conduta enquanto estão presentes. Mas, pelo menos idealmente, este controle é atrelado ao local de trabalho. Por exemplo: a necessidade de usar o uniforme do local de trabalho encerra-se quando não se está trabalhando. Mas, principalmente no caso dos seringais do apogeu, a pessoa encontrava-se quase que integralmente no local de trabalho, residia no local de trabalho. Assim, as normas do trabalho tornavam-se normas sociais mais amplas, não eram restritas a um período específico do cotidiano.

Segundo, enquanto o regulamento não é um documento legal, ele é um documento legalista – legalista no sentido de que tem como pressuposto a eficácia de suas próprias normas. O regulamento envolve, por exemplo, diversas tentativas de legislar a moralidade:

Respeitar a seus companheiros e tratai-os bem para que não haja desgosto entre companheiros de trabalho.

Viver em harmonia com todos, respeitando para ser respeitado.

Respeital-o e fazer com que os outros o respeitem.

Respeitem-se mutuamente.

Ter confiança em si proprio, porque aquelle que perde a confiança de sua pessoa e só espera pela acção dos demais, é um homem perdido e inútil.

Não contar historias infundadas, que disso venha trazer qualquer desgosto entre freguezes, ou a quem quer que seja.

Porém, diferentemente da maioria dos códigos legais, o regulamento contém quase que exclusivamente deveres, obrigações e direitos negativos (proibições). O único ‘direito’ (que efetivamente possa assim ser definido) citado é o de devolver uma mercadoria defeituosa e que, mesmo assim, é posto como generosidade do patrão:

Sabem voces que tenho um movimento de transporte organizado, e que recebem as suas mercadorias em suas proprias casas e em datas certas, seja de verão ou inverno. Não obstante essas mercadorias serem conduzidas por agua, em lancha, e por terra, em costa de animaes, voces a recebem em perfeito estado de conservação, e ainda lhes dou o direito de devolverem-n'as se não estiverem em condições.

Todos os outros direitos são colocados como deveres de outros estamentos. Paradoxalmente, o único grupo que esboça ter direitos são os animais, mesmo que ainda sejam apresentados como deveres do condutor:

Tratar bem os animaes, não espancai-os, não carregai-os de mais do que possam supportar para viajar folgadamente. Só leval-os para a viagem os necessários e que estejam em condições de viajar. Quando em viagem não devem dormir amarrados, e o comboieiro deve procurar alcançar sempre pontos de dormida, onde possam pernoitarem soltos. Não viajar mais de oito horas por dia, e viajar devagarinho para que o animal não se maltrate.

Terceiro, além da constante exortação de si mesmo como um homem bom, justo e generoso (um discurso comum entre patrões), há outro tema que percorre o regulamento: uma exortação ao trabalho, que serve, inclusive, como conclusão do regulamento.

*NA CASA QUE SE TRABALHA COM ORDEM E VONTADE
NÃO HÁ MISERIA.*

[...]

Trabalho

É de maxima importancia considerarmos a nossa emoção de prazer ao findarmós um trabalho honesto, e feito com vontade, ainda que afanoso. Concluida a obra da qual sabemos o resultado certo em dias não mui remotos, e que deste resultado irão auferir proventos os entes que nos são caros, sentimos naquelle momento o nosso coração transbordar de satisfação.

Acontece o mesmo com o seringueiro, que depois da defumação diaria, tendo deixado todos os seus utensílios no devido apresto para o labor do dia seguinte, vê a sua borracha, envaidecido, satisfeito, como que maior e mais pesada do que a quantidade que ella realmente contém. Só isso é sufficiente para dar ao seu espírito infatigavel nova disposição para o trabalho que se completa com o prazer de terminal-o à tarde, ou mesmo já depois das Ave-Marias.

Não sucede assim com o nosso estado de alma, depois de urna festa. Aborrecidos, pernoitados, tudo nos parece triste e enfadonho, e dos fugazes momentos de alegria nos ficou apenas o tédio.

Parece-me que essa exortação ao trabalho contém um elemento “economicamente racional”. Como indicado anteriormente, a dívida no seringal é uma ficção, uma forma de fixar as pessoas, os corpos no seringal. O patrão não lucra – monetariamente – com a dívida, lucra com a venda da borracha. Mas qual o incentivo para o seringueiro produzir? Se ano após ano a sua dívida só cresce, e não recebe nenhum benefício material, tangível pelo seu esforço, porque trabalhar? O regulamento nos aponta duas tentativas de resolver esse conflito.

Primeiro, fomentando a ilusão do trabalho como materialmente eficaz:

Pagar pontualmente os saldos ao proprio extractor ou á família deste.

...

Trabalhar para se manter decentemente, porque, sendo os seringas um núcleo de trabalho, para onde se vai com a vontade exclusiva de ganhar dinheiro e conseqüentemente melhorar as suas condições de Vida, só se póde adquirir o desejado com um trabalho firme e honroso.

Os saldos são pagos pontualmente, quando o freguês deseja retirar-se, sisthema que vem sendo adoptado com regularidade.

Segundo, a exortação do trabalho como valor, ‘missão sublime’. “É de máxima importancia considerarmos a nossa emoção de prazer ao findarmós um trabalho honesto, e feito com vontade, ainda que afanoso”. Mesmo não remunerado, o trabalho é sua própria recompensa.

Se voces tivessem o cuidado de nunca faltar com a borracha que podem produzir, dada a fertilidade de leite nos seringas, podia-se francamente contar com 250 kilos mensaes de cada homem. Agora, digam-me voces se produzissem todos, mesmo 200 kilos mensaes cada um, em que condições de fartura não viveriam?! E tudo haveria de sobra nos seringas. Eis a razio por que digo que do nosso esforço depende a nossa situação melhor. Portanto, tenham animo e trabalhem com a firme vontade de nunca sofrer necessidade.

É interessante comparar os 250 quilos francamente possíveis, ou até “mesmo 200 kilos mensaes” de Otávio Reis com o que Euclides da Cunha descreveu anteriormente. O “tenaz, stoico, individuo raro”, mesmo se fosse conhecedor dos segredos do serviço tiraria 500 a 700 quilos durante os cinco meses da borracha, e ainda ficaria devendo. Já os valores “francamente” possíveis de Otávio Reis totalizam 1000 a 1250 quilos, quase o dobro do *über-seringueiro* hipotético de Euclides, e isso em uma época na qual o preço da borracha era bem menor.

A questão do trabalho, da produtividade, aponta uma tensão latente, parte do ‘jogo’ de relações sociais dentro do aviamento. Formalmente, o freguês não era um escravo, não havia um mecanismo jurídico, no aviamento, que formalmente o definia como propriedade do patrão. “Ainda que vinculado à rede de aviamentos, o extrator continua sendo um produtor autônomo... Isso confere ao extrator uma certa base de manobra para aplicar parte de seus recursos e força e tempo não necessariamente na maximização da safra da borracha” (Oliveira Filho 1979, p. 133). Mas o freguês pertence ao patrão, e a forma como esse pertencimento é atualizado é o meio pelo qual o

aviamento abre um espaço para os padrões exercerem sua criatividade. A estratégia mais comum, claro, é a manutenção da dívida, mas se esse mecanismo for transparente, não há nenhum estímulo para aumentar a produtividade do freguês (mais sobre isto nos capítulos dois e três). Assim, são criados incentivos negativos e positivos:

Ainda que uma política de “mão firme” pelos seringalistas (aí incluindo o uso de medidas repressivas, como a destruição de roças, os castigos corporais etc.) pudesse reduzir essas manipulações, nunca seria possível eliminá-las inteiramente e o seringalista teria também que persuadir ao extrator das vantagens de dedicar-se exclusivamente à coleta da seringa (Oliveira Filho 1979, p. 133).

Por fim, o texto e a linguagem do regulamento aparentam conter um português arcaico, exceto que em comparação com outros textos da mesma época ou anteriores, isso não parece ser o caso. Euclides da Cunha, cuja obra antecede o regulamento por mais de uma década, é muito mais imediatamente compreensível. O que torna a linguagem do regulamento ‘arcaica’ é, na maioria das vezes, uma mescla de português com elementos ortográficos ‘estrangeiros’ (por exemplo: ph ao invés de f, consoantes repetidas). Otávio Reis não era estrangeiro (mas muitos padrões o eram) ou talvez utilizasse tal linguagem como uma forma de intimidação textual: “O padrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo, couzas assombrosas” (Cunha 1922, p. 24).

É possível que a linguagem em si seja sintomática de determinada relação com a escrita. Contemporaneamente, poucas pessoas no Médio Purus conseguem ler e escrever com um grau de fluência e, na minha experiência de campo, fora das cidades as pessoas que cursaram o segundo ano do primeiro grau são consideradas ‘sabidas’ ou ‘letradas’, com frequência sendo escolhidas pelas suas comunidades para serem professores rurais. Um evento que talvez seja elucidativo foi quando um grupo de madeireiros entrou na área da comunidade Curriã em 2014. Os Apurinã disseram a eles que estavam em área indígena e não podiam continuar com sua atividade. Os madeireiros afirmaram que não estavam em área indígena, e em resposta os indígenas foram até Lábrea obter um documento que afirmava que aquela era, de fato, terra indígena. Mas ao voltar para a sua comunidade se depararam com uma situação: ninguém presente no local sabia ler o que estava escrito no papel. Então, mais uma vez, os Apurinã tiveram de ir a Lábrea, trazer um funcionário da FUNAI para que este, enfim, lesse o documento aos madeireiros.

O que essa anedota revela, além do grau relativamente baixo de alfabetização no Médio Purus contemporâneo, é um certo poder da palavra escrita, divorciado do seu conteúdo. Pouquíssimos seringueiros possuíam a capacidade de ler ou escrever, mas o simples fato de o regulamento *ser escrito* talvez lhe conferisse certa legitimidade. Em outras palavras, mesmo que os seringueiros não pudessem *ler* o regulamento, era pelo menos desejado que, por ser escrito, este fosse visto como detendo legitimidade.

1.4.4 Contranarrativas identitárias

...a selva amazônica aparece como a determinante das relações sociais (Gondim, 1994), sendo pensada como um cárcere de ferro, onde os seringueiros se transformam passivamente em Judas Asvero [...] Essa marca euclidiana está presente em muitos autores que pensaram a Amazônia a partir da década de 1930. A própria organização e estrutura dos trabalhos sobre a Amazônia seguem essa lógica [...] Nesse modelo teórico o homem só pode ser pensado como elemento passivo do processo, o qual está determinado pela natureza. Essa ideia de homem passivo e isolado está muito próxima à imagem de um primitivismo que a civilização precisa conquistar (Leal 2011, p. 30-31).

De fato, a maioria dos textos citados até aqui dão ao seringueiro quase que nenhuma agência sobre suas condições. *A priori*, isso não quer dizer que os textos estejam equivocados, mas historiografias mais cautelosas tendem a desmentir essa narrativa de passividade.

Primeiro, como Santos e o próprio Euclides da Cunha notam, seringais mantinham *de facto* capatazes para garantir que ‘seus’ seringueiros não fugissem. Se os seringueiros fossem passivos, e aceitassem sua condição de perpétuo devedor e inquilino, essa provavelmente não seria uma prática comum.

Em segundo lugar, há uma contribuição pós-colonial sobre isto. Como escrevi anteriormente, o ato mais ‘racional’ para o seringueiro é ser ‘totalmente irracional’, trabalhar o mínimo possível, já que virtualmente inexistente a perspectiva de ganho material-monetário com o seu trabalho. Weinstein (1983, p. 25) relata um oficial do governo que considera escandaloso o “hábito” de seringueiros que aceitam mercadorias de dois ou três padrões diferentes e desaparecem no momento de entregar a borracha.

Eis o perigo que se corre quando a dívida eterna se torna transparente, a desvantagem da estratégia, o outro lado da mesma moeda, por assim dizer.

Como Said, Fanon, Alatas e muitos outros autores pós-coloniais já notaram, fazer o ‘menos o possível’ é uma das formas mais antigas de resistência ao colonialismo. Um efeito disso seria o ‘mito do Indiano preguiçoso’ e o ‘mito do nativo preguiçoso’, teorias racialistas elaboradas pelos colonizadores (particularmente os britânicos) para explicar porque seus ‘súditos’ aparentavam não se esforçar muito a seu favor (ver Alatas 1977). Elementos semelhantes podem ser observados nos discursos dos patrões, como no regulamento de Otávio Reis (ver anexo).

Por último, há casos históricos de seringueiros se rebelando contra seus patrões. Benchimol (1977, p. 326) fornece um exemplo na forma de uma carta escrita por um seringueiro letrado²⁰. O autor da carta relata, além do superfaturamento de mercadorias característico do aviamento, diversas instâncias em que aparecem débitos inexplicáveis em sua fatura, além de um longo processo de intimidação e espoliação por dependentes do seu patrão. Eventualmente ele seria expulso do seringal, sem ser pago o seu saldo (possivelmente toda a espoliação extraordinária teria acontecido exatamente porque ele ‘tirou’ saldo). Nota-se que, até na situação de um seringueiro conseguir extrair um saldo positivo, não havia garantia de pagamento.

Benchimol relata que, anos depois, os seringueiros emboscariam João Arthur de Paiva, o gerente do seringal chamado de ordinário pelo autor da carta, sob uma ponte ‘mata-burro’ sabotada junto com seus ‘jagunços’: “De manhã, quando a sua tropa foi atravessar a ponte, esta ruiu, e os seringueiros massacraram João Arthur e todos os seus acompanhantes... a repetição do velho conflito medieval entre o senhorio do Barracão e o escravo branco do tapiri” (Benchimol 1977, p. 328). Em termos mais gerais, patrões que eram excessivamente abusivos com seus seringueiros corriam um risco real de serem mortos (ver capítulo dois).

O seringueiro “manso” era de certa forma um tipo ideal que o patrão tentava produzir dentro do seringal. Mas é um equívoco assumir que esse processo é *a priori* bem sucedido. Mesmo que a vasta maioria das pessoas interpeladas pela identidade de

²⁰“Fala um Escravo branco victima de um curioso blefe passado caprichosamente por dois famigerados João Arthur de Paiva e Manoel Baptista Maia, aquelle gerente do seringal Araçá deposito de Atalia no Rio Jurupary, cujo seringal de propriedade dos Senhores Coutinho Annibal & Comp. este aviado e interessado dos negócios do mesmo deposito” (Anônimo *apud* Benchimol 1977, p. 326).

seringueiro não se rebelassem fisicamente contra seus patrões (e seus representantes), isso não significa que aceitassem sua condição e imposição identitária passivamente.

1.4.5 O fim do *boom*



Barco a caminho da aldeia Marrekão. Foto de autoria própria

Entretanto, persistia uma segunda problemática para a expansão da produção da borracha na Amazônia, a necessidade de disponibilidade de capitais que permitissem o aumento da produção. Inicialmente esses capitais advinham de poupanças regionais, mas com a intensa procura da goma elástica no mercado internacional tornou-se impossível o financiamento da expansão da produção apenas com capitais regionais. Assim, os capitais estrangeiros foram atraídos para a região, esses financiamentos eram em sua maioria de origem britânica, norte-americana, francesa e de forma menos intensa belga. Esses investimentos iam desde a viação fluvial, ferrovias, portos a serviços urbanos, isso através de empréstimos aos governos locais (Monteiro & Fonseca 2012, p. 10).

Constata-se, no aviamento gumífero, duas grandes precariedades. Uma vez que a expansão da produção era contingente em sua dependência do investimento estrangeiro, aparenta ter havido pouco desenvolvimento de um “mercado interno” durante o *boom*. Ocorreram grandes investimentos arquitetônicos: Belém, por exemplo, ganhou o

apelido de ‘Paris dos Trópicos’. Mas todo o investimento era viabilizado por capital e firmas estrangeiras, que investiam no *boom* na medida em que percebiam um retorno rentável. Dada a natureza polivalente das casas de aviamento, a borracha necessitava delas tanto para exportar sua produção quanto, igualmente, para financiar suas atividades e para importar suas mercadorias.

De outro lado, é importante notar que essa divisão capital externo-interno, na prática, é muito mais tênue (ver capítulo dois). Se olharmos, por exemplo, *O Império Comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia (1879-1989)*, de Marcia de Souza e Mello (2010), vemos a história de um imigrante português chamado Bernardo Gonçalves de Araújo, que chega a Manaus em 1863, abrindo seu primeiro negócio em 1865. Em 1868, traz seu irmão e um primo. À medida que seus negócios cresciam, mais familiares vinham e, em 1876, havia doze membros da família vivendo no Amazonas. Eventualmente o conglomerado de empresas e investimentos se tornaria uma das maiores casas aviadoras ‘portuguesas’ da Amazônia. O Império comercial J. G. Araújo nunca perdeu por completo seu signo português, mas foi gradualmente se abasileirando (Mello 2010).

Exportação de Borracha da Amazônia Brasileira, em toneladas								
Ano	Total	Cresc. p/ano	Ano	Total	Cresc. p/ano	Ano	Total	Cresc. p/ano
1881	8506	n/a	1906	31364	-2%	1916	28305	-5%
1886	12690	10%	1907	34452	10%	1917	29217	3%
1891	16650	6%	1908	34270	-1%	1918	24713	-15%
1896	19500	3%	1909	34700	1%	1919	33252	35%
1900	23650	5%	1910	34248	-1%	1920	23586	-29%
1901	27940	18%	1911	33518	-2%	1921	17439	-26%
1902	27120	-3%	1912	37178	11%	1922	19855	14%
1903	29076	7%	1913	32141	-14%	1930	14138	-4%
1904	27086	-7%	1914	29925	-7%	1935	12370	-3%
1905	31887	18%	1915	29772	-1%	1939	11861	-1%

Fonte: Weinstein 1993, p. 64.

Após crescer, em média, 30% ao ano durante o período 1856-1901, a exportação de borracha amazônica adentra um período de instabilidade de 1902 para frente. Em outras palavras, antes mesmo de os seringais asiáticos começarem sua vertiginosa produção de borracha, o modelo aviador já mostrava sinais de crise. Segundo Weinstein (1993, p. 247), a produção asiática vai de 8553 t em 1910 (25% da exportação

amazônica) para 381.860 t em 1920 (1619% da exportação amazônica). Na década de 1910 a produção asiática crescia ao ritmo de 436% ao ano, enquanto a produção amazônica encolhia a 3% ao ano: o modelo do aviamento provou-se não competitivo²¹. Cabe destacar que a economia de exportação dependente de investimento estrangeiro é particularmente vulnerável ao surgimento de um novo competidor estrangeiro. Tão logo um investimento mais rentável surge, não há nada prendendo o capital à região. E, depois de 1913, o investimento estrangeiro desaparece (Santos 1980).

Se a primeira vulnerabilidade da economia gumífera era sua dependência do capital estrangeiro para obter financiamento, a segunda vulnerabilidade pode ser observada na cadeia de produção do aviamento (ver seção 1.4.2). A contrapartida da exportação de borracha era a importação de mercadorias. Como foi escrito anteriormente, a economia amazônica se tornava cada vez mais especializada na exportação de borracha, ou seja: cada vez mais vulnerável e dependente da borracha. A cada ano que se passava, uma parcela sempre maior da economia regional era ligada ao setor extrativista. Isso, diga-se de passagem, estava claro a muitos dos presentes na época, como relata Weinstein. No entanto, dado que a força de trabalho e a produção de excedentes estavam firmemente atrelados à economia gumífera, era inviável uma diversificação substancial sem o auxílio estatal. Este é o ponto crucial para Weinstein em sua comparação da economia gumífera e cafeeira. A elite cafeeira não só dominava grande parte da política nacional, mas era ativamente hostil à elite da borracha (talvez vendo nela uma ameaça a sua hegemonia). Sendo assim, não ocorreu na borracha o que ocorreu no café: uma política de reinvestimento e diversificação de capitais obtidos em um setor promovidos pelo Estado.

É importante ter em mente duas coisas ao olharmos o fim do *boom* da borracha: primeiro, os rios Purus, Madeira e Juruá foram centrais nesse processo, sendo alguns dos maiores produtores de borracha durante o *boom*, segundo o Atlas Geoeconômico do Estado do Amazonas (CODEAGE 1966, p. 296). Não por acaso, ao entrar no Purus na virada do século, Euclides da Cunha vê um rio já tomado pelos seringalistas.

²¹Diga-se de passagem, os seringais asiáticos não apareceram de surpresa, nem em Belém, nem em Manaus, nem no Purus. De acordo com um artigo publicado no *Correio do Purus*, editado em Lábrea, em 22 de maio de 1910: “A atual prosperidade da borracha não deve deixar tranquilo quanto ao seu futuro, sendo provável que cedo ou tarde a baixa far-se-á, e desta vez, definitivamente. Trata-se-á luta entre a Ásia e África contra a América; o capital estrangeiro inteligente e prático, contra a nossa riqueza, cuja exploração desvaloriza-se e diminui com uso. Avisos não nos faltam; os próprios cultores da borracha nos países daquela zona, continuamente lançam pregões do seu futuro triunfo a se lhes afigurarem completamente curto...” (apud Ferrarini 1980, p. 75).

Segundo, o *boom* não foi para todos:

Primeiro que o esplendor da economia da borracha que marcou o último quartil do século XIX e os primeiros anos do seguinte foi, em realidade, um esplendor para as oligarquias amazônicas e marginalmente, para as classes médias formadas nos grandes centros urbanos. Para os trabalhadores (o seringueiro, principalmente) o período do boom não implicou diferenciação na qualidade da vida, senão pela elevação da miséria (Costa 2012, p. 45).

De acordo com Francisco Costa “em 1921, a quantidade de borracha exportada pela Amazônia representava 50% da quantidade exportada em 1915 e 15% do volume vendido ao exterior em 1910. O preço médio em libra/t, em 1921, oscilou em torno de 11% do que fora em 1910” (Costa 2012, p. 46). A falência de centenas de comerciantes, patrões *etc.* levou, paradoxalmente, a uma melhoria nas condições de vida de *alguns* (agora ex-) seringueiros. Finalmente, deixavam a condição de “eterno hóspede”, para utilizar o termo de Euclides da Cunha, e podiam praticar outras atividades econômicas que não a extração:

No primeiro ciclo da borracha o regime era bastante rígido. Nessa época, o seringueiro não podia exercer outra atividade que não fosse o corte da seringa. Os seringalistas não queriam e nem permitiam que os seringueiros desviassem sua atenção do objetivo principal: a extração do látex. Isso impedia que seringueiros fizessem roçados ou caçassem (Silva & Silva 2007, p. 9).

Costa defende que esse colapso da economia gumífera não teria sido de todo ruim para os seringueiros: “o fim do primeiro *boom* da borracha levou a um retorno dos trabalhadores para terras de cultivo como camponês agrícola, quer na Amazônia, onde o acesso a terra não se colocava como problema, quer em sua região de origem” (Costa 2012, p. 45). Mas este não foi o caso para todos os (ex-) seringueiros, possivelmente nem para a maioria deles.

Penso que Costa não esteja errado no ‘espírito’ do que descreve, mas não considero que haja evidências suficientes para fundamentar tal hipótese de um ‘retorno campesino’. Primeiro, a maioria dos (agora ex-) seringueiros não dispunham da mobilidade ou dos recursos para voltar a suas terras de origem: mesmo que seus patrões abandonassem os seringais, a vasta maioria dessas pessoas não possuía um acúmulo

material para pagar sua passagem de volta. Segundo, de acordo com Roberto Santos, as tentativas de criar colônias agrícolas na Amazônia, particularmente no Pará, “só deixou lembranças melancólicas [...]. Do ponto de vista de recursos humanos, o colono que chegou do Nordeste não passava por nenhum treinamento ou seleção. Ainda que sem consciência disso, logo se tornava um fazedor de desertos” (Santos 1980, pp. 102 e 105, respectivamente). Concordo que a transição de um regime de exportação e exploração quase que total do seu esforço produtivo para um regime de subsistência provavelmente trouxe melhoras (relativas) na qualidade de vida da maioria das pessoas que sobreviveram ao primeiro *boom* da borracha (apesar de terem perdido o acesso às mercadorias importadas), mas *não* como camponeses agrícolas.

1.5 A reorganização do aviamento

Se, a médio prazo, o colapso da economia gumífera pode talvez ser visto como benéfico aos fregueses, a curto prazo ele parece ter resultado em um aumento dramático no empenho de violência pelos patrões. “Tal resposta era coerente com a rotina pré-estabelecida, já que a intimidação física e represálias haviam sido estabelecidas há longo tempo como a última ferramenta do patrão para garantir seus arranjos informais com seus fregueses” (Weinstein 1983, p. 244). Os jornais de Belém relatam que muitos patrões, vislumbrando a possibilidade de perder sua força de trabalho, os aprisionaram nos seringais²². A relação íntima entre a violência e o aviamento será discutida no próximo capítulo, mas adianto que, a meu ver, a violência é de certa forma o pano de fundo da relação entre patrão e freguês: quando todas as outras estratégias perdem sua eficácia, passa a vigorar a violência.

1.5.1 A diversificação do aviamento

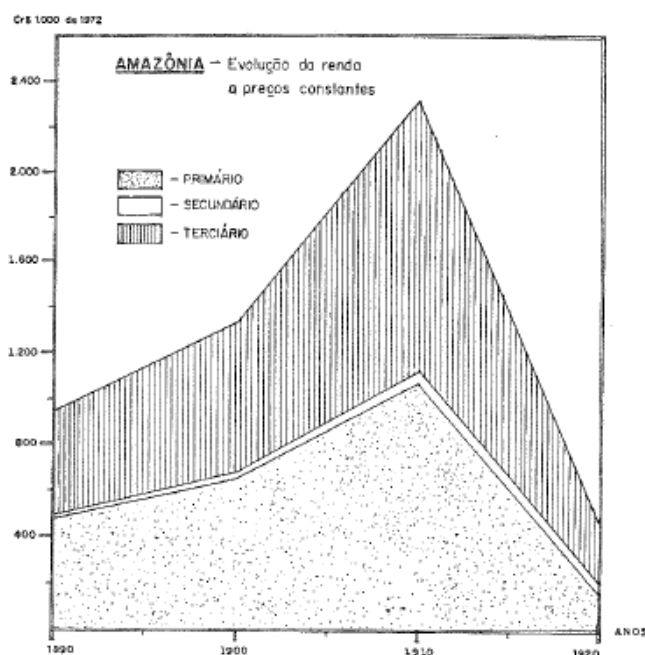
É até certo ponto inegável que a década de 1910 trouxe grandes mudanças na distribuição da economia Amazônica:

²²Um exemplo particularmente dramático trazido por Weinstein é a história de um seringueiro gravemente doente que foi proibido de ir a Belém para buscar auxílio médico. Eventualmente conseguiu fugir, mas somente após ter sido chicoteado repetidas vezes. Outro exemplo é o município de Marabá, no Pará, que decretou o toque de recolher e proibiu, por lei, que qualquer freguês deixasse o município (Weinstein 1983, pp. 244-245).

Setores econômicos	1890		1900		1910		1920	
	Contos de réis	%	Contos de réis	%	Contos de réis	%	Contos de réis	%
Setor primário	53.953	50,8	181.040	48,8	218.287	44,9	123.507	35,8
Agricultura	8.143	7,7	20.833	5,6	9.593	2,0	31.251	9,1
Ext. vegetal	37.914	35,7	141.484	38,1	197.811	40,7	57.182	16,6
Prod. animal, etc.	7.896	7,4	18.723	5,1	10.883	2,2	35.074	10,1
Setor secundário	548	0,5	6.222	1,7	19.605	4,0	24.632	7,1
Ext. mineral	—	—	—	—	—	—	59	0,0
Ind. transform.	147	0,1	3.054	0,8	15.684	3,2	20.579	5,9
Constr. civil	401	0,4	3.168	0,8	3.921	0,8	3.994	1,2
Setor terciário	51.721	48,7	183.877	49,5	247.941	51,1	197.450	57,1
Comércio merc.	36.003	33,9	102.216	27,5	149.606	30,8	134.595	39,0
Governo	7.793	7,3	51.220	13,8	53.270	11,0	28.870	8,3
Outros serv.	7.925	7,5	30.441	8,2	45.065	9,3	33.985	9,8
Total	106.222	100,0	371.139	100,0	485.833	100,	345.589	100,0

Fonte: Santos 1980, p. 178.

Entre 1910 e 1920, a participação do extrativismo na renda total cai em mais da metade, de 40,7% para 16,6%. A agricultura e a produção animal sobem, de fato, porém muito mais proporcionalmente do que em termos absolutos. O que Santos indica, a meu ver, é uma região ainda totalmente dependente do comércio mercantil para importar suas mercadorias que não tem mais um *cash-crop*, um produto extrativo estruturante.



Fonte: Santos 1980, p. 180.

É importante ter em mente que essas métricas de renda são calculadas no conceito de atividade econômica – trocas entre agentes. A renda agregada utilizada por Santos é calculada a partir da soma de quatro fatores: salários, lucros, juros e aluguéis (Santos 1980, p. 264). Um deslocamento produtivo favorecendo a subsistência não é refletido

em nenhum desses fatores, uma vez que não envolve uma troca. “Pode presumir-se ainda que as atividades não monetizadas, como parte da pesca e da coleta de frutos comestíveis, com os recursos abundantes da região nesse domínio, desafogaram em muito o rigor da crise” (Santos 1980, p. 278).

Por outro lado, mudanças produtivas não necessariamente levam a mudanças sociais:

Até nos seringais do alto Juruá e do alto Purus os próprios seringalistas passam a promover desmatamentos para a cultura de arroz, milho, feijão e mandioca, visando a livrar-se parcialmente de dependência comercial em relação a Belém e Manaus [...] No domínio da castanha [...] a Amazônia como um todo produzia em 1919 mais de 557.000 hectolitros [...] O que parece ter ocorrido em relação às zonas castanjeiras foi um aumento de rendimento em função da ascensão do preço da castanha durante e após a guerra [Primeira Guerra Mundial], aumento esse que acirrou a disputa de terras pelos castanhistas “aviadores”, agora que a borracha destronada. A mudança de fundo social ou político aí implicada deve ter-se acentuado na década seguinte, quando as quantidades de castanha exportadas pela Amazônia e o seu valor em moeda nacional cresceram bastante (Santos 1980, pp. 268 e 271, respectivamente).

Como escrevi anteriormente, concordo com o ‘espírito’ da afirmação de Costa. O colapso da economia gumífera foi uma catástrofe para os patrões, nem tanto para os ‘fregueses’. Mas isso não significa um ‘retorno à terra’. Muitos acabariam nas cidades de Belém e Manaus ou em colônias agrícolas, como Bragantino. Outros continuariam sob o regime, agora quebrando castanhas ou exercendo outra atividade julgada rentável pelos seus patrões.

Para os fins do argumento desta dissertação o que é mais importante notar é como, mesmo antes do fim da década de 1910, o aviamento já começa a se desvincular da borracha. Conforme Souza observa, a castanha ganharia cada vez mais destaque com o passar dos anos. Já em 1921, a castanha se tornaria o principal produto de exportação do Pará, e continua sendo um dos produtos cuja produção ainda é mais estreitamente ligada ao aviamento no Médio Purus (ver capítulo três).

Com o transcurso do tempo, o aviamento ultrapassou os limites iniciais. Fortalecido no extrativismo, reforçou-se também na agricultura e estendeu-se à pesca abastecedora das maiores concentrações humanas da região. Tornou-se como que a forma da economia amazônica típica. Engendrou uma “moralidade”

própria, eminentemente característica nos seringais, em que se instituía uma disciplina extra-financeira com catálogo de punições e a condenação dos “desvios da produção” (Santos 1980, p. 158).

1.5.2 Tentativas de cultivar a *hevea brasiliensis*

Apesar da posição não competitiva que os seringais brasileiros ocupavam no mercado internacional, houve múltiplas tentativas de replicar, no território brasileiro, as plantações de *hevea brasiliensis*, assim como havia sido feito no Leste Asiático. “A despeito da absoluta falta de capital novo depois de 1913, pequenas plantações de Hevea continuaram a ser criadas” (Dean 1989, p. 48), ocorrendo tentativas pelo menos no Acre, Bahia, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Amazonas. No entanto, virtualmente todas essas tentativas foram malsucedidas: as mudas morriam, as árvores morriam ou não produziam, e quando produziam, eram sobretaxadas.

Criou-se uma narrativa sobre a incompetência da burguesia (ou elite) amazônica, muitas vezes aos moldes narrativos da sociologia mais ampla brasileira (utilizando, por exemplo, a oposição entre aventura e trabalho, elaborada por Sergio Buarque de Holanda) ou a sociologia clássica (capitalismo espoliativo *versus* capitalismo racional). Mas, como Dean²³ nota, depois de 1913 a economia amazônica tinha de operar virtualmente sem crédito, e com um governo federal que era ativamente hostil à existência do setor gumífero (devido aos vínculos estatais com a cafeicultura) e que necessitava importar todos os seus bens industrializados.

Mas talvez o melhor exemplo contra esse argumento da incompetência sejam os Estados Unidos. Assim como os outros países industriais, os EUA cortaram o crédito à região amazônica na década de 1910, mas nunca abandonaram a ideia de criar, por intervenção própria, plantações de Hevea no Brasil. O caso mais famoso disso foi a

²³Dean também nota que na Malaya, a população nativa não tinha interesse em participar na plantação ou cultivo dos seringais estrangeiros. A ‘solução’ encontrada pelos britânicos foi expropriar milhares de quilômetros quadrados de território e importar (muitas vezes à força) centenas de milhares de pessoas Tamil do sul da Índia. “Na Malaya, nenhuma simpatia foi mostrada aos caprichos dos nativos” (Dean 1989, p. 50). Parece-me importante não fomentar ilusões sobre o ‘capitalismo racional’ colonial britânico. Destaco, ainda, que a experiência do leste asiático sob o regime britânico tem fortes paralelos com o aviamento. Desde a migração forçada em massa de chineses para trabalhar na Malasia até a implementação de um sistema de trabalho compulsório por dívida. Existem, claro, grandes diferenças: a principal estratégia britânica para absorver a renda dos imigrantes chineses era o ópio, e aos migrantes eram pagos salários (propositalmente inferiores ao custo de vida). Ver Alatas (1977).

‘Fordlândia’, a tentativa de Henry Ford de criar uma plantação de borracha, em 1927, mas várias outras tentativas ocorreram, como a plantação de mais de um milhão de mudas perto de Belém por agrônomos norte-americanos a serviço da empresa de pneus Goodyear (Dean 1989, p. 137). Esses esforços também falharam. Inclusive, tentativas de recriar suas plantações asiáticas na Guiana pelos britânicos também foram malsucedidas, sucumbindo a fungos e pragas. Assim, se há uma excepcionalidade, ela talvez não se encontre em uma elite amazônica extraordinariamente incompetente, mas sim nos próprios seringais asiáticos, por serem um dos poucos exemplos de uma plantação de *Hevea* bem sucedida em larga escala (em termos de produção). A explicação repetidamente dada por Weinstein, em seu livro, é que por ter evoluído na Amazônia, a *Hevea brasiliensis* contava com inúmeros inimigos e predadores naturais em seu próprio habitat natural. Deslocada para outro bioma, com menos ameaças ambientais, viabilizou-se seu cultivo.

1.6 A economia gumífera amazônica durante a Segunda Guerra Mundial

Com a ocupação dos seringais asiáticos pelos japoneses durante a segunda guerra mundial, a demanda pela borracha amazônica cresce vertiginosamente. Diferentemente da Alemanha e da União Soviética, os EUA não haviam desenvolvido uma produção de borracha sintética. A *Rubber Development Corporation* (RDC - Companhia de Desenvolvimento da Borracha) estimou que a produção máxima da região fosse de 100.000 toneladas ao ano, aproximadamente três vezes mais do que o auge do primeiro *boom*, e, para isso, seria necessário trazer 100.000 novos seringueiros nordestinos (Dean 1989, p. 137). Mas os cálculos da RDC não levaram em conta os padrões:

O padrão típico, que por essa época passou a ser conhecido pelo termo mais elegante de “seringalista”, era muito mais um proprietário absenteísta residente em Manaus do que um simples dono de barracão, possuindo frequentemente numerosos seringais nativos...

A equipe de estudos [da Rubber Development Corporation] descobriu que o seringueiro típico recebia três cruzeiros – ou quinze centavos de dólar – por quilo, enquanto seu patrão, ou quem o representasse, recebia 1,25 cruzeiros – 6,25 centavos de dólar. Mas os preços das mercadorias no barracão do seringalista eram fixados de maneira a deixar o seringueiro de bolsos vazios no fim da estação. Segundo uma cláusula do acordo pelo qual foi contratado, o seringueiro estava proibido de vender

sua borracha a outros negociantes, e o patrão muitas vezes empregava capangas para reforçar o acordo e desencorajar os fujões... (Dean 1989, pp. 138-140).

Revela-se, a meu ver, uma simultânea mudança e permanência do aviamento. Apesar do colapso da economia gumífera, o aviamento continua existindo e funcionando de forma muito semelhante ao que descreveu Euclides da Cunha. Elementos como dívida, exclusividade, pertencimento, o uso do preço como uma ficção para perpetuar a dívida, todos esses traços aparentam se perpetuar.

A diferença narrativa mais aparente entre esse relato e os da época anterior é a descrição da ‘elite dos patrões’ como ‘proprietário absentista’ residente em Manaus ao invés de ‘coronel de barranco’. Na trajetória dos patrões do Médio Purus (ver capítulo três) é visível que este é um processo que continua até os dias atuais: a opção dos patrões pelo conforto de morar ‘na cidade’ ao invés de permanecer em ‘seus’ seringais. Uma das consequências disso é que a fronteira entre patrões e regatões (que ocupam o mesmo nível na cadeia de produção do aviamento) se torna cada vez mais nebulosa.

Essa distinção entre proprietário absentista e coronel de barranco é parecida com a diferenciação entre o aviador de primeira e segunda linha feita por Souza. O que separa o aviador de primeira e segunda linha é se ele tem ou não contato direto com a casa aviadora (a entidade que compra borracha e vende mercadoria). Uma coisa, porém, não necessariamente preclui a outra: um patrão pode permanecer em um seringal, agindo como coronel de barranco, mas regularmente ir a Manaus a negócios, e vice-versa. Já esta ‘elite dos patrões’, por sua vez, aparenta ser um grupo que, ou por força de seus seringais, ou por ter muitos aviadores de segunda linha em sua dependência, conseguiu estabelecer um controle sobre a produção e o preço da borracha Amazônica (algo que muitos tentaram fazer durante o *boom*, diga-se de passagem).

Presumindo que um melhor pagamento aos seringueiros os estimularia a colher mais borracha, a RDC tentou driblar o sistema. Prometeu pagar quase o triplo do que pagavam os seringalistas... os patrões simplesmente aumentaram os preços dos produtos de seus barracões, de modo a absorver o novo poder de compra dos trabalhadores...

A embaixada decidiu, por fim, que a única esperança de aumentar as exportações era colaborar com os satrâpas que controlavam o comércio: em meados de outubro de 1943 fez uma recomendação nesse sentido ao secretário de Estado. Embora admitisse que “não há, em nenhum outro lugar, quadro mais

negro daquilo que, em sociedades mais evoluídas, optamos por chamar de corrupção e exploração” afirmava que fora um erro ignorar “a sociedade estabelecida, com seus tentáculos seculares que se estendem sobre todos os milhares de seringueiros”... Era necessário “devolver aos brasileiros” todo o sistema e deixá-los levar a borracha aos portos.

Infelizmente a nova política foi igualmente incapaz de desencadear as forças produtivas da Amazônia. Em 1944 a produção total da região (incluindo o Peru, a Colômbia e a Bolívia) aumentou não mais do que 6 000 toneladas – um aumento apenas 1 000 toneladas superior ao do ano precedente -, atingindo um total de 30 000. Parte deste, é muito provável, provinha de estoques acumulados. Os aviadores não tinham interesse numa produção maior, quando podiam conseguir uma taxa de lucro igual ou mais alta mantendo escassa a borracha e absorvendo todas as rendas adicionais proporcionadas pelos preços mais elevados e pelo maior estoque de artigos de comércio que os americanos tentavam fornecer... Técnicos de campo da RDC informavam que, em consequência disso, os trabalhadores eram forçados a trocar a extração da borracha pela caça e pesca, a fim de sobreviver (Dean 1989, pp. 140-141).

Considero que se observa, aqui, uma segunda diferença no aviamento dessa época em face do primeiro *boom*. No primeiro *boom* os patrões procuravam, como pode ser visto na exortação ao trabalho do regulamento de Otávio Reis, maximizar a produtividade dos seus seringais. Na época da Segunda Guerra Mundial há um deslocamento estratégico: os patrões se tornam interessados em manter a escassez, pois ela aumenta os preços, mas também porque ela provoca esse conflito entre patrões e estadunidenses.

Os estadunidenses, com sua ideologia de mercado, tentam em um primeiro momento combater os patrões. Mas suas medidas, suas ‘armas’ nesse conflito, são medidas econômicas ‘clássicas’ (um aumento no preço levaria a um aumento na oferta, em um mercado ‘perfeito’) que, ao invés de enfraquecer os patrões, os fortalecem, porque estes se tornam os beneficiários dos preços mais altos. Em outras palavras, o conflito com os americanos estava no interesse dos patrões.

O resultado desse conflito é o que descreve Dean no último parágrafo citado acima. Sem abrir mão de manifestar seu desdenho pelos patrões, ou satrápas, a embaixada americana decide que não pode derrotá-los e opta pela cooperação. No entanto, mesmo nessa ‘rendição’, há uma segunda derrota, pois a produção permanece

no patamar de 30.000 toneladas, menor do que a produção durante muitos anos do primeiro *boom*, e muito aquém das 100.000 toneladas vislumbradas pelo RDC.

Essa experiência estadunidense é, a meu ver, alegórica do aviamento como algo distinto do que é visto como o capitalismo vigente no mercado internacional ou nacional. Isso se dá tanto pela ineficácia das medidas liberais (que foram, na verdade, contraprodutivas) quanto por essa distinção ter se tornado parte do próprio processo de produção do aviamento. Em outras palavras, os patrões sabiam que os EUA precisavam de borracha, então restringiam a produção para provocar uma reação.

Talvez o fator mais importante nesse conflito seja a diferença entre o freguês e o trabalhador de uma sociedade liberal ‘clássica’. Em um regime liberal-capitalista o trabalhador está teoricamente livre para vender sua força de trabalho a quem quiser. No aviamento, porém, o pertencimento ao seu patrão gera uma exclusividade, não só sobre o seu esforço produtivo, quanto sobre seu consumo. Assim, não há ‘comunicação’ entre o mercado e o trabalho – tudo passa pela intermediação do patrão. O que faz sentido, uma vez que o patrão é, por excelência, um intermediário.

1.6.1 A continuação da fixação da identidade do imigrante

A II Batalha da Borracha [1942-1945] iniciava-se, assim, sob o signo da discórdia, da acusação e do insulto à gente amazônica que aqui ficou empobrecida, sobrevivendo à catástrofe da I Batalha [1850-1915]. Iríamos assistir, no seu desenrolar, à repetição dos mesmos erros e do mesmo drama, sob o comando agora de novas siglas e órgãos que passaram a dirigir as operações de “guerra na selva” (Benchimol 1977, p. 206).

“Fornecem-se os homens como “coisas”, a quem pedir primeiro, sem saber se os seringais estão preparados para recebê-los, se as ferramentas já chegaram e se há como alimentá-los. É o processo de resolver problemas passando-se adiante...

“Muitos, à vista das notícias trazidas pelos desertores dos seringais e pelos agentes provocadores da “quinta-coluna”, desanimam e deixam-se ficar nas cidades, desocupados...

“Há, dessa forma, seringalistas que recebem apenas os seringueiros novos sem que nenhum suprimento os preceda; há os que recebem suprimentos e não dispõem de homens; há os que nada recebem e estão localizados em ótimas regiões; há os que recebem tudo, apesar de localizados em péssimas regiões.

“O desânimo chega rapidamente. Vencidos, regressam às cidades, não raro a pé, para engrossar a legião dos desocupados e pedintes. Os que ficam, conformam-se com a fatalidade de estarem sempre devendo... Recebem pela borracha quatro ou cinco cruzeiros o quilo, quando ela é cotada a 25 cruzeiros.”

-Major Oscar Passos, ex-interventor do Acre e ex-presidente do Banco da Borracha (*apud* Benchimol 1977, p. 207-208).

É importante lembrar, além dessa disputa entre patrões e estadunidenses, que mais uma vez dezenas de milhares de pessoas foram importadas para a Amazônia para exercerem uma única função produtiva, ‘como coisas’. Lembrando que essas pessoas eram entregues aos patrões, onde teriam fixadas sobre si uma dívida que nunca pagariam, tornando-se imobilizadas e cativas destes. Além de ser mais um exemplo da contraprodutividade das medidas estadunidenses, apresenta fortes semelhanças com as ondas migratórias do primeiro ciclo, com uma diferença: a importação de pessoas para a Amazônia, na década de 1940, foi promovida pelo Estado sob uma lógica militar.

Assim, pode-se ver mais uma continuidade: a interpelação da pessoa migrante pela identidade de seringueiro. Foram trazidos para a Amazônia ‘como coisas’ para produzir borracha, dados a quem pedisse primeiro. O major Passos enfatiza os erros logísticos, mas penso que os ‘mesmos erros’ que descreve Benchimol são muito diferentes. Parece-me que são oriundos da relação entre o Estado e a ‘sua’ população. O que os britânicos fizeram com os Tâmil, o Estado brasileiro fez com os brasileiros (não que isso seja menos pior). Em consequência disso, rejeito essa nomenclatura bélica de “soldados da borracha” ou “batalha da borracha”, afinal, soldados são treinados para matar inimigos. Por sua vez, os migrantes nordestinos foram entregues, ironicamente, àqueles que eram considerados os inimigos pelos próprios agentes que promoviam a migração. A RDC e a embaixada americana consideravam os patrões o pior exemplo de ‘corrupção e exploração’ encontrado nas ‘sociedades evoluídas’, mas entregaram a suas mãos mais de cem mil pessoas.

Se há algo mais ‘otimista’ que se pode extrair dessa situação, talvez se encontre em frases como “muitos, à vista das notícias trazidas pelos desertores dos seringais e pelos agentes provocadores da ‘quinta-coluna’, desanimam e deixam-se ficar nas cidades, desocupados” (maj. Passos *apud* Benchimol 1977, pp. 207-208) e “técnicos de campo da RDC informavam que, em consequência disso, os trabalhadores eram forçados a trocar a extração da borracha pela caça e pesca, a fim de sobreviver” (Dean

1989, pp. 140-141). Deixando de lado a curiosa (ou bizarra) referência à quinta-coluna, pode-se ver que essa interpelação não é total. Muitos rejeitaram o aviamento, optando por uma vida de subsistência como ribeirinhos, integrando-se a comunidades indígenas ou como pequenos agricultores. Nem todo seringueiro tornou-se ‘manso’.

O ponto principal deste capítulo é que durante o ciclo da borracha, ou talvez mais precisamente, devido ao ciclo da borracha, foi instalado na Amazônia um modelo de sociedade ou uma forma de sociabilidade, o aviamento, que tem como base a relação entre patrão e freguês. Paradoxalmente, este sobreviveu às circunstâncias econômicas que o criaram²⁴. Em outras palavras, para saciar a demanda do mercado internacional pela borracha, foram estabelecidos seringais, nos quais vigorava uma relação hierárquica e assimétrica de pertencimento entre patrão e freguês. Eventualmente, os seringais perderam sua capacidade ou objetivo de produzir borracha, mas a relação que vigorava dentro deles, o modo de interação entre seres humanos neles estabelecidos, continuou. A minha hipótese é que, a despeito de muitas mudanças, esta relação continua até hoje e está se reproduzindo, agora na retenção de cartões.

²⁴Esta posição, da continuidade do aviamento, não é ‘nova’. A maioria dos trabalhos sobre o aviamento tende a tomar a posição de que ele continua existindo (porém com grande heterogeneidade no que diz respeito à *forma* como persiste). Para um exemplo de um autor contrário a esta posição (ou seja, que advoga por uma ruptura no Médio Purus entre o presente e o aviamento) ver Silva, 2012.

Capítulo 2 - Formas de coerção no aviamento

Considerando que a borracha era um produto que assumia uma importância cada vez maior no mercado internacional, que a cadeia de produção do aviamento consistia em uma série de intermediários ‘desnecessários’ (pois não acrescentavam valor ao produto) e que capitalistas estrangeiros tinham acesso a recursos muitas vezes maiores do que os patrões, era de se esperar que alguns empreendedores americanos e europeus tentassem investir diretamente na economia gumífera. E foi exatamente isso o que aconteceu diversas vezes, seja com as empresas francesas *Comptoir Colonial Français* e *La Brésilienne* ou as americanas *Amazon Rubber Estates Ltd*, *United States Rubber Company* e o *Bolivian Syndicate*. O periódico *India Rubber World* regularmente lamentava o aviamento como primitivo e, por sua vez, louvava essas iniciativas ‘modernizadoras’, refletindo a crença do mercado que:

Com suas reservas de capital maiores e ‘métodos modernos de negócios,’ essas novas companhias acreditavam que poderiam dispensar com um sistema tão ineficiente e torturado. Elas iriam, ao invés disso, simplesmente apropriar qualquer borracha que os trabalhadores produzirem e compensá-los com um salário ‘razoável’ em moeda – instituindo, efetivamente, relações capitalistas de produção (Weinstein 1983, p. 179).

Essa perspectiva do aviamento como primitivo ou pré-moderno e eternamente ameaçado de se tornar obsoleto por uma investida do capitalismo global era razoavelmente comum na época. O livro de Weinstein está repleto de referências a artigos, tanto da *India Rubber World* quanto de jornais paraenses, que reproduziam esta visão. A própria *United States Rubber Company* declarava que pretendia criar um monopólio sobre toda a produção gumífera amazônica, instituindo uma ‘dominação absoluta’ sobre a área, grande o suficiente ‘para constituir um império’, e que o conseguiria comprando a Companhia de Navegação do Amazonas, já que ‘o povo Brasileiro falha completamente em apreciar seus recursos’ (Weinstein 1983, p. 171). Infelizmente para a *United States Rubber Company* ela faliu... assim como todas as outras empresas estrangeiras que tentaram atuar diretamente na economia gumífera.

Importante notar, aqui, que ‘o problema’ não está com o capital estrangeiro por si só. Primeiro, Weinstein nota que algumas casas aviadoras, ansiosas por aumentar suas

reservas de capital, tornaram-se companhias e aceitaram influxos de capital estrangeiro como acionistas (Weinstein 1983, p. 176)²⁵. Segundo, como indicado no capítulo anterior, houve diversas tentativas domésticas de modernizar a produção da borracha, e elas também falharam. Assim sendo, ‘o problema’ aparenta estar na visão, comum na época, de que as práticas comerciais ditas ‘modernas’ eram *a priori* superiores ao aviamento, ou em outros termos, que as práticas comerciais atribuídas ao capital internacional usufruíam uma superioridade universalmente aplicável, independente de contexto.

Weinstein faz uma análise na conclusão de seu livro sobre este suposto paradoxo:

Investidores estrangeiros foram consideravelmente menos bem sucedidos na dimensão da produção, porém. Estonteados com o caráter “primitivo” da economia extrativista da Amazônia, companhias europeias e americanas fizeram tentativas intermitentes de ter um papel maior na produção da borracha mas sem êxito. Apesar de estas companhias terem disponíveis recursos financeiros muito além do que o típico patrão brasileiro possuía, elas logo descobriram que o capital sozinho não lhes permitia precaver-se do comerciante local ou do seringalista. Já que o intermediário – o grupo que os estrangeiros esperavam eliminar – frequentemente dominava a política local, os administradores fundiários ingleses e americanos podiam contar com pouca cooperação de autoridades municipais. Mais especificamente, isso significava que os estrangeiros não podiam empregar táticas coercivas comumente utilizadas nos seringais contra seringueiros intransigentes e comerciantes intrusos. Isso acabou vingando-se como um limite muito sério, e em última instância fatal, já que os seringueiros resistiram aos esforços dos estrangeiros de regimentar e “racionalizar” a produção da borracha. De fato, até mesmo o patrão tradicional, que detém o meio da violência a sua disposição, tinha descoberto que haviam limites nas demandas que podia colocar sobre o seringueiro. Sem a ajuda da força física, ou uma pré-existente rede de fregueses e patrões, os estrangeiros simplesmente não conseguiam estabelecer o controle sobre seus seringais e seringueiros (Weinstein 1983, p. 264).

O exemplo das investidas estrangeiras é ilustrativo de que foi necessário, para o aviamento, algo a mais do que o ‘mero’ poder econômico. Como foi escrito no capítulo

²⁵Exemplos sendo as casas aviadoras: Mello & Cia. e Alves Braga & Cia transformando-se em Mello Rubber Estates Ltd. e Alves Braga Rubber Estates Ltd., respectivamente.

anterior, uma vez que o seringueiro dificilmente se livraria de sua dívida, os incentivos não eram muito fortes para que este fosse ‘produtivo’. A solução encontrada pelos patrões foi a coerção, seja pela violência (como ameaça ou realidade), seja por criar vínculos de afinidade e parentesco virtuais.

2.1 Adoção e apadrinhamento

Eu nasci no Rio Juari, aldeia Curiã, antigamente Floresta. Ainda chamam de seringal Bom Jesus. Meu pai e mãe me adotaram. Minha mãe [biológica] era Apurinã e morreu no parto, meu pai [biológico] era gaúcho, veio em 45, na guerra, do Peru ou Acre, cortando seringa. Antes de morrer minha mãe me entregou para os meus pais.

O patrão era chamado de João Malveira, cearense, da época dos coronéis. Quando eu tinha cinco meses o pai me trouxe para a beira, lugar chamado seringal Cacau e com cinco anos papai me trouxe para a cidade [Lábrea] para estudar, estudei até a oitava série.

O patrão P30, afilhado do meu pai pediu pra me adotar quando eu tinha nove anos. Eles não queriam mas... ele era o patrão. Pediram para ele cuidar bem de mim. Era dono do seringal Conceição, igarapé do Castanhal. Chamavam ele de “Didá”. Ele me levou para o seringal Conceição. Eu o considerava quase como um pai.

Ele puxou uma família Apurinã do Seruini para morar na área dele. Eu trabalhava desde os nove anos em sala de máquina, na época com madeira. No inverno era castanha e madeira.

Parei de trabalhar para ele com vinte anos. A gente teve um desentendimento. Ele veio atrás de mim e eu sai fugindo dele. P30 era uma boa pessoa. Eu fui para o Ituxi, quando eu cheguei lá o pessoal foi me abraçando ‘o que que você quer fazendo, se humilhando para os outros’. Machadinho não tinha patrão, era grupo familiar. Tinha vários castanhais, lá no Ituxi.

Depois disso eu corri pelo mundo... Odebrecht, Samex, Incol. Eu sempre andava pelo mundo mas eu nunca me esqueci da minha mata, da natureza, dos peixes, o que a gente come, tudo fresquinho. Na cidade é tudo gelado. A diferença de fazer o trabalho a hora que você quer, livre e espontâneo. Aqui não [na cidade], é como subordinado. Trabalhando de empregado você come o que o cara leva né?

[...]

Índio, que era muito bobo na época, se endividava por nada. Ai os patrões combinava de quitar a dívida – para matar a

*comunidade onde eles queriam botar seringueiro. Ou tacava fogo na aldeia eles mesmo com os capanga*²⁶ (Senhor Apurinã 2014, 2016).

Eu fiz uma série de entrevistas com senhores mais idosos Apurinã e Madihadeni, pedindo que estes me contassem suas trajetórias²⁷. Em todas essas entrevistas havia o fenômeno recorrente da adoção por um patrão. Isso não implica dizer que a adoção deva ser tomada como um fato social ‘total’ no Médio Purus, mas mostra que a prática era, de fato, frequente. É também importante entender que esse não é um fenômeno isolado das populações indígenas. Como membros da CPT frisaram para mim, a adoção de crianças por patrões era muito comum em comunidades ribeirinhas até a década de 1980, sendo hoje prática virtualmente extinta, ‘apadrinhamento para se proteger do patrão, do capataz’.

A adoção de crianças índias por parte dos colonizadores, seja obtidas através de rapto [cf. Darcy Ribeiro, 1993 (1977: 46)], espólio de massacres (veja-se Franco, 1995) ou doadas pelas famílias – como ocorre, ainda hoje, com frequência, no Purus – foi prática comum em toda Amazônia. Em muitos casos, este recurso era utilizado na obtenção de mão de obra (Schiel 1999, p. 32).

Considerando que Schiel está escrevendo há dezessete anos, é perfeitamente possível que, no final da década de 1990, ainda houvesse grande número de adoções feitas por patrões no Médio Purus. Se a adoção for vista como um fenômeno isolado, é um fenômeno que ocorre em um vasto número de sociedades diferentes com uma grande diferenciação simbólica (tradução não é igual a equivalência). No que diz respeito a esta dissertação, o que importa é a última frase: ‘Em muitos casos, este recurso era utilizado na obtenção de mão de obra’. No aviamento a adoção oferece ao

²⁶Até onde sei, este senhor nunca participou de nenhum massacre no Médio Purus. Mas uma pessoa de sua família participou no massacre de ambos os Juma quanto os isolados do Rio Ituxi.

²⁷Em anexo estou adicionando a transcrição de uma entrevista com um senhor Madihadeni (ver anexo 5). As razões por eu ter incluído esta entrevista no corpo do texto em particular são várias. Primeiro este senhor em particular é uma das poucas pessoas com quem tive contato regular durante meses. Segundo, ele foi uma das primeiras pessoas a ter a (tremenda paciência) necessária para me explicar ‘como as coisas são feitas por aqui’. Terceiro, um dia ao me ver lendo um livro à noite, ele começou a chorar e disse que nunca teve a chance de ser estudado porque começou a trabalhar desde criança. Este evento não só o levou a expor para mim, pela primeira vez, a prática de adoção de crianças por patrões, mas, também, foi o momento em que decidi que faria um mestrado acerca do aviamento.

patrão uma estratégia alternativa (porém não substitutiva) à dívida (mais sobre isso no próximo capítulo).

No trecho acima da entrevista com o senhor Apurinã, vê-se que as crianças adotadas tinham de trabalhar cortando seringa, quebrando castanha, cortando madeira etc. Isso é coerente com as outras entrevistas, sem precluir outros tipos de relações entre adotado-patrão: a maioria de senhores que foram adotados por patrões durante sua infância referem-se aos seus pais adotivos com afeto. Pode-se argumentar, também, que essa adoção não faça parte do aviamento; a adoção, mesmo como forma de se obter mão de obra, é algo muito mais abrangente do que o aviamento. Outro argumento que poderia ser conferido é que a relação entre adotado-pai adotivo não é a mesma daquela entre patrão-freguês. Em outras palavras, a ocorrência de adoções de crianças por patrões não implica, necessariamente, o estabelecimento de relações análogas ao aviamento.

O meu argumento a favor dessa inclusão está contido na narrativa providenciada pelo senhor Apurinã acima. Primeiro, ‘quase como pai’ não é igual a pai, e o entrevistado refere-se a P30 como seu patrão. Como pode ser visto nas citações expostas neste capítulo, relações de afinidade contidas no aviamento não precedem a relação de pertencimento entre patrão e freguês, muito pelo contrário, elas os reforçam. Segundo, mesmo sendo adotado, o senhor ainda necessita lidar com a dívida. É possível que os patrões sejam mais generosos com seus fregueses adotados, mas a dívida continua presente, afinal a generosidade estaria referenciada exatamente na dívida. Terceiro, quando foge do seu patrão (e eu friso aqui que ele *fugiu* do seu patrão mesmo sem dever nada) ele é questionado em uma comunidade Apurinã (que não tem patrão) de porque se ‘humilhava’ trabalhando para outro. Ou seja, não só em sua própria elaboração, mas também na elaboração de seus ‘primos’, seu pai-adotivo era seu patrão. Resumindo, nem toda adoção de uma criança no intuito de usufruir de sua força de trabalho é necessariamente parte do aviamento, mas o aviamento encontrou, na prática da adoção, um mecanismo alternativo de circular corpos e, desse modo, obter mão de obra.

É importante notar que, no contexto europeu, e mais especificamente no romano, não aparenta ter havido uma polaridade ou exclusividade entre ‘família’ e ‘escravos’. Efetivamente, os escravos eram parte da família e os familiares eram submissos ao *pater*

familias. Os romanos tinham uma lei decretando que um pai poderia vender seu filho como escravo no máximo três vezes antes que este fosse emancipado (Maine, 1906 [1861], p. 71). Toda a família girava ao redor do *pater familias*; a família era o agregado de todos os seres à disposição do *pater familias*:

Qual é o intuito, então, em dizer que o escravo era originalmente incluído na família? ... queremos meramente insinuar que o laço que o prende ao seu mestre era visto como partilhando a mesma característica geral daquele que unia todo outro membro do grupo com seu chefe.

A família consistia primeiramente naqueles que pertenciam a ela pela consanguinidade, e depois aqueles que haviam sido adicionados a ela pela adoção; mas ainda havia uma terceira classe de pessoas que eram apenas juntas a ela pela sua sujeição em comum ao seu chefe [head], e estes eram os escravos. Aqueles sujeitos adotados ou nascidos do chefe eram elevados acima de escravos apenas pela certeza que no curso normal de eventos seriam aliviados de sua submissão e intitulados a exercer poderes por si próprios; mas a inferioridade do escravo não era tal a ponto de colocá-lo fora da família... isso é claramente provado, considero, pelos muitos traços que permanecem de sua antiga candidatura à herança em última instância (Maine 1906 [1861], p. 80).

Carvalho Júnior, notando que aviadores e aviados "não são blocos monolíticos", e ancorado em Peter Burke, argumenta que o sistema de apadrinhamento e compadrio dentro do aviamento deve ser visto como um

...sistema político que tem por base relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais. Existe uma relação de troca em que cada parte tem algo a oferecer para a outra. Os afilhados oferecem apoio político aos padrinhos que se concretizam por: gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes etc. Os padrinhos oferecem, por sua vez, hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados.

Guardadas as especificidades do sistema de aviamento, é possível notar semelhanças nas formas de relação. A hierarquia é clara, a verticalidade visível e as redes de "solidariedade" estão na base do processo. O crédito era fornecido com base na confiança; o fornecimento do produto acontecia como uma obrigação da palavra empenhada. A dita "escravidão por dívida" era, de certa forma, consentida. Esta constatação não diminui de nenhuma forma a exploração, mas seu significado ganha contornos

complexos quando se penetra no interior do sistema (Carvalho Júnior 2011, p. 63-64).

Como tentei expor no primeiro capítulo, é duvidoso o quão consentido foi o processo de endividamento (a passagem garantia que o seringueiro já chegasse endividado), e a própria transformação de brabo em manso atesta um processo de socialização no qual o seringueiro é coagido a aceitar seu novo status como freguês. Mas é Weinstein que me parece talvez melhor sintetizar a dinâmica do apadrinhamento no interior do avião:

Parentesco virtual [fictive kinship] e favores pessoais ajudaram a sedimentar os laços do aviador com o seringueiro, mas esses elementos paternalistas constituíam apenas um aspecto da relação patrão-freguês. Paternalismo, apesar de normalmente estar associado a obrigações recíprocas e assistência, de nenhuma forma inviabiliza o uso da violência; isso é particularmente verdadeiro no caso da Amazônia, região na qual um ethos relativamente superficial paternalista providenciou somente um dos mais leves disfarces para um sistema de exploração econômica e opressão de classe. Em um certo sentido, laços mais pessoais entre patrão e aviado também permitiram uma intimidação física mais eficaz. Mas algum equilíbrio precisava ser estabelecido pelo patrão, já que o seringueiro poderia tentar fugir da área, ou buscar a ajuda de um rival, se a brutalidade inerente ao sistema se tornasse demasiadamente pronunciada. Ocasionalmente, apareciam até notícias de seringueiros que haviam expulsado ou matado um patrão que havia se tornado excessivamente exigente ou tirânico. Mas, na maioria das vezes, o patrão poderia empregar a violência intermitente sem risco pessoal. E era essa combinação de ameaça e favores, típica da rede patrão-freguês, que mantinha o sistema aviador funcionando e o fluxo da borracha de seringueiro para comerciante (Weinstein 1983, p. 181).

Em outras palavras, não há incompatibilidades rígidas entre parentesco, violência e a mobilização de esforços produtivos. Isso pode ser visto tanto no caso Romano (o pai vendendo seu filho) quanto no caso do avião (o adotador colocando seu adotando para trabalhar com oito anos de idade) ou no caso Paumari, no qual se observa a equivalência relacional entre a adoção e o emprego (Bonilla 2016).

2.2 Violência

Muitos são os padrões que falam sobre sua generosidade (isso pode ser visto no regulamento de Otávio Reis), uma espécie de esforço extraordinário, ou de certa forma extracontratual, da parte do patrão a favor de seus fregueses, seja de forma espontânea (levar o freguês doente para receber tratamento na cidade) ou cotidiana (o gasto que Otávio Reis diz incorrer para garantir que a mercadoria chegue em boas condições). Mas o aviamento é um sistema baseado na expropriação dos fregueses: se a cadeia de produção do aviamento constitui uma série de intermediários entre produtores e o mercado internacional (ou nacional), é estruturalmente impossível que um patrão seja consistentemente “generoso”, pois sua atividade econômica principal consiste em manipular preços. A manutenção do seu status, tanto social (sua posição enquanto patrão) quanto econômico (sua capacidade de gerar renda) deriva do diferencial entre os preços que paga ao seu patrão e vende aos seus fregueses.

De outro lado, considero feliz a caracterização de Weinstein “da brutalidade inerente ao sistema” (1983, p. 181). A seguir buscarei apresentar exemplos das diversas formas como a violência foi (e é) empenhada no âmbito do sistema de aviamento, de como a violência, seja ameaça seja prática, estava presente em todas as fases do aviamento.

2.2.1 Violência na expansão territorial do aviamento

Existe uma quantidade razoável de fontes bibliográficas em relação a massacres de comunidades indígenas por padrões no Médio Purus (ver, entre outros, *Cuxiuara* (1985) de Kroemer, *Os Juma: A Violenta Redução dos Tupi Continua* (2003) de Cornwall, e a dissertação *Entre Padrões e Civilizadores* (1999) de Schiel) mas nesta seção focarei os eventos que me foram relatados pessoalmente, todos ocorridos entre as décadas de 1940-1980, ou seja, após o apogeu da economia gumífera²⁸.

2.2.1.1 Os Jamamadi do Rio Pauini

O massacre aconteceu o seguinte. Aconteceu por terra também. Tinha o patrão, e aí o patrão mandou eles sair da terra. Os

²⁸ Um dos eventos (Isolados do Rio Ituxi) está em Anexo (Anexo 4) porque as informações que posso apresentar sobre ele são, no momento da elaboração deste texto, tênues, baseado em um pequeno trecho de uma entrevista. Originalmente planejava entrevistar uma das pessoas que participou do evento, mas não consegui fazê-lo ainda durante a pesquisa.

Jamamadi disseram não, meu avó tá enterrado aqui, minha avó tá enterrada aqui. E ai os outros cariú cresceram o olho, dizendo a terra é minha. E o povo disse não.

Ai tinha o pessoal do Selestino, que tinha um seringal, era um patrão que dizem que era muito valente. Os Jamamadi diziam 'Nós não sai daqui', ai os cariú começaram a pegar as índias à força, só para incitar a violência, o conflito. Ai disseram para o Selestino, 'os índios vem ai matar vocês, os índios vem matar vocês.' Nessa história envolvia até meu povo, meu bisavô, presta atenção que os branco fez.

Os cariú eram cheio de oração, e os Jamamadi foram tirar palha. Todo mundo em Pauini sabe dessa historia, meus avós contavam para mim, de manhãzinha, saíram duas pessoa da aldeia, e os cariú perguntavam para onde que o povo tava. Por isso nos temos isso até os dias de hoje, quando alguém vem e pergunta onde que fulano tá, se o fulano foi para lá, diz que foi para outro lugar, outro canto, para despistar, por causa disso. Até os dias de hoje, a gente tem esse hábito, por causa disso. Ai eles foram atrás dos parente, ficaram no caminho, esperando, escondido, nos dois lados. Foi ao meio dia, os Jamamadi voltando com a palha, com os feixes de palha, carregando em cima da cabeça. Ai meteram a bala, o povo carregado de palha, encostou a bala neles. Batia as balas tudinho, tavam dos dois lados, de perto na mata, mataram tudinho. Mataram as crianças todas. E escapou um, e correram atrás dele, o [X]²⁹, o pessoal tacaram a bala na boca dele, diz que entortou a boca dele, e toraram a orelha dele. Ele ficou com trauma, e se você pergunta para ele, ele diz que não é índio não, ele tá velhinho. O Celestino mesmo falava que deixou um viver, mas torou a orelha dele.

Os branco mesmo cantam, os branco dizem que viam os urubus, os urubus, a aldeia era bem grande. Parece que escapou que só foi dois, o [X] e uma criancinha, mataram todas as crianças mas deixaram essa viver, não sei por quê. Eles dizem que mataram mais de duzentos índios. E acabaram, os Jamamadi de Pauini acabaram por fofoca. (Cacique Apurinã, 2014)

Esse evento me foi relatado por dois caciques Apurinã, um da região de Pauini (transcrito acima) e um da região de Lábrea. Como o narrador indica, a história não só é bem conhecida entre os Apurinã, mas é usada para justificar o hábito de nunca informar para estranhos o local em que alguém se encontra ('eu falo para o meu pessoal, se

²⁹ Tanto a FUNAI quanto os padres de Pauini conhecem o senhor em questão, mas ele de fato não foi receptivo a qualquer iniciativa tomada por estes para entrar em contato. Foi sugerido a mim, quando estava em Pauini, tentar entrevistá-lo, mas decidi que seria melhor não, uma vez que este senhor já havia rejeitado tentativas anteriores e nega até hoje ser 'índio'.

alguém chegar e perguntar onde eu tô, se eu tô aqui fala que eu tô lá’).

O etnônimo ‘Jamamadi do Rio Pauini’ é incerto: ‘Jamamadi’ é um etnônimo recorrente no Purus, dado a pelo menos duas etnias diferentes, que talvez tenha sua origem com algum intérprete designando povos de terra firme. *Jama* em Madihadeni significa mato/floresta/coisa (em Suruwaha *Zama*, em Jarawara *Yama*, em Paumari *Jama*) enquanto *Madi* significa ‘povo’ em Suruwaha e Madihadeni. As migrações dos Madihadeni aparentam evidenciar que pelo menos uma parcela deles habitavam a região do interflúvio Pauini/Cuniuá/Juruá, e é possível que os ‘Jamamadi do Rio Pauini’ fossem semelhantes aos Madihadeni, mas infelizmente as condições para poder afirmar isso com qualquer grau de precisão ou certeza talvez nunca existirão³⁰.

2.2.1.2 Os Apurinã do Tumiã

"Quando eu cheguei aqui no Tumiã, eu tava na boca né? Ai passou uns tempos e eu vi ele [P23], ai ele veio conversar. E ele puxou assunto dizendo que a mulher dele era índia. Mas antes dele vir morar aqui, o índio já morava aqui no Tumiã. Na boca. Porque morreu um velho, um cacique velho, e enterraram ele lá, e subiram o Rio. Naquele tempo tinha muito índio. O barco chegando, espantando índio, e morava lá, onde morava índio: o tempo da seringa né, o índio correndo.

"Ai ele [P23] disse que era o seringal dele, que era coisa dele. Ai colocou freguês ali. Ai começou um outro patrão lá - o Bonfim. Era rico, muita mercadoria. Muito freguês, muita gente.

"Ai índio começou a morrer. Muita doença. O branco matando os outros: os índios... no canto onde morava. Ai morava um na beira do rio, Mojar[?], que era capanga deles. Ai foi índio, os índios acabando, e mandava os capanga dele matar índio. E quando acabava mandava os cachorro para caçar índio. Índio correndo no mato e cachorro correndo atrás. Matando de um em um. Mataram tudo, sobraram dois. Hoje em dia ainda tem índio porque aqueles dois sobreviveram. Naquele tempo índio não brigava, não tinha como. Nossa arma era arco, e as flechinhas. Não tinha como" (Cacique Aposentado Apurinã, 2014).

³⁰ Encontrei uma única referência a este evento, no livro *Cuxiuara* de Gunther Kroemer: “Por volta de 1960, aconteceu também outro massacre, desta vez contra os índios Jamamadi, no Rio Pauini, comandado por Antônio e João Celestino. Depois de embebedarem os índios, os adultos foram liquidados a tiro e as crianças foram trucidadas a terçado” (Kroemer 1985, p. 99). Importante notar que tanto Kroemer quanto o narrador descrito acima atribuem a autoria à mesma pessoa. Por outro lado, Kroemer não providencia nada além dessa passagem para descrever o evento, e considero sua curta descrição suspeita dado que nenhuma das pessoas que entrevistei mencionou álcool.

Esquema de Parentesco do Alto Tumiã

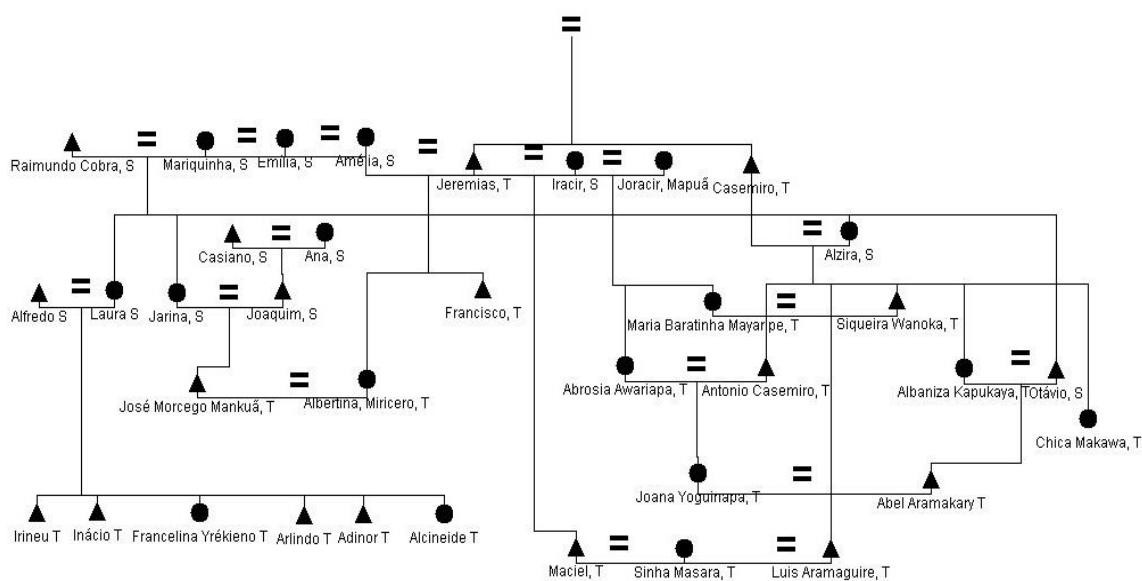


Imagem de elaboração própria. As letras ao final dos nomes indicam seu local de origem (T= Tumiã, S = Seruini, C = Ceará)

Existem hoje no Tumiã quatro comunidades Apurinã: A comunidade do Abel, a comunidade Pataky, a comunidade Canacuri e a comunidade Akidabã. No que pode ser chamado de Alto Tumiã estão localizadas as comunidades Canacuri, criada por seu Alfredo Apurinã e Dona Laura Apurinã, que vieram do Seruini, composta por seus filhos/filhas e respectivas esposas/esposos, mais a comunidade do Abel e a comunidade Pataky. Estas traçam sua descendência a Casemiro (que era casado com Alzira Apurinã, do Mapuã) e Jeremias Apurinã, que era casado com Joracir (Mapuã), Iracir (Seruini) e Amélia que nasceu no Tumiã mas morava no Seruini quando ocorreram os massacres. Dona Laura Apurinã explica:

"Papai [Raimundo Cobra] tinha três mulheres: Mamãe, tia Emília e tia Amélia. Essa Amélia, quando ela inventou de cortar madeira e chamou ele para ir, aí na boca da estrada, ele foi para um lado e ela foi por um outro. Aí o Papai foi cortando, quando voltou, ela não tava lá. Só achou o balde e o pandeiro. Ela se foi embora no varadouro." (Dona Laura Apurinã, 2014)

Amélia deixou seu marido no Seruini e voltou para o Tumiã, casando-se com Jeremias. Já no 'Baixo Tumiã' se tem a comunidade do Akidabã, mais perto da entrada da foz do Rio que as outras. A descendência do Akidabã se traça a três casais: Ramira (Ceará) e Zé (Seruini), Raimundo Nonato (Ceará) e Maria (Seruini), Suzana (não se sabe ao certo, mas acreditam que é oriunda do Ceará) e Zé Rodrigo (Ceará). Os pais de Dona Maria e Zé eram João (Ceará) e Maria Rosa (Seruini).

Esquema de Parentesco do Baixo Tumiã

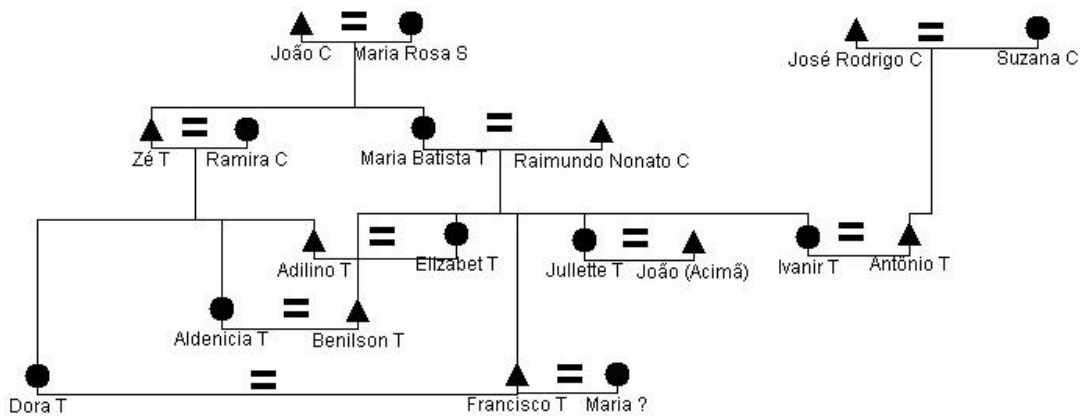


Imagem de elaboração própria. As letras ao final dos nomes indicam seu local de origem (T= Tumiã, S = Seruini, C = Ceará)

Dessa forma, pode-se ver que as linhagens de parentesco aparentam confirmar o que conta o cacique aposentado: A população indígena do Tumiã foi violentamente reduzida a dois sobreviventes, Casemiro e Jeremias (três se incluirmos Amélia) graças às ações promovidas por P23 e os irmãos Bonfim. Siqueira Apurinã, morador da comunidade Pataky, filho de Casemiro, narra assim a época:

"Vai né? No mato que a gente corre, né? Rapaz eles não acharam ai a trazer, a trazer por... cachorro né? ... Acharam a gente: mata, ai mataram, ai mata, ai acharam e matam e mata à espingarda e mata terçado, a gente, mata mesmo, se a gente no brabo, a gente ser caça mermo... ai no mata não, se mata se a gente correram a gente, mata mesmo, a trazer ir lá o cachorro, e ta a trazer ai pá ai atrás e mata, mata de cachorro, terçado, corta... costela, corta tudo, sabe? Terçado ai, pá, ai mata mesmo. É. Quando casamento, no copeiro, ai tal casamento, mata não, ai só que se passa mesmo, é [praticamente?]. Muito tempo assim, gente né? Su[bindo]- tudo ia subindo aqui pra cá né? Finado pai, contando assim, ai depois né? Ficamos melhor né? É agora, não tem nada agora" (Siqueira Apurinã, 2014).

Como Casemiro e Jeremias conseguiram escapar foi explicado por Francisco "Cleiton" Apurinã: "Foi isso mesmo que aconteceu. Foram o Jeremias e o Casemiro, que se esconderam na casa do Zé Torres quando eram rapazes. Quando perguntaram se tinha índio por lá, disseram que não tinha nenhum por lá" (Francisco Apurinã, 2014). Foi Francisco o primeiro a identificar Jeremias e Casemiro como os sobreviventes,

quando tentava explicar o porquê de eu estar fazendo um levantamento de parentesco³¹.

É importante notar, porém, que em sua tese de doutorado Schiel (2004, p. 381) faz uma genealogia que difere muito das providenciadas acima. Por exemplo, ela coloca Dona Laura como sendo filha de Jacinto e Joana (o que contradiz diretamente tanto a citação acima de Dona Laura sobre seu pai quanto as informações que ela me forneceu quando fiz o levantamento). O que é relevante para esta dissertação é que ela coloca Jeremias e Casemiro como filhos de Cassiano. Isso não contradiz que eles foram os sobreviventes das ações de P23, mas indicaria que toda a população atual do Tumiã traça sua descendência (dentro de três gerações) a um outro local. Isso, por sua vez, poderia ser usado para questionar a existência de uma população Apurinã no Tumiã antes do período de cerca de 1950. Mas, para tanto, é necessário lembrar os relatórios da SPI trazidos por Schiel (1999) em sua dissertação de mestrado referentes ao ano de 1913 e o conflito que fundaria o Posto Marienê. A mobilização dos Apurinã, contando entre setecentos e mil, de acordo com a SPI, atraiu Apurinã oriundos do Sepatini e Tumiã até o Seruini. Em outras palavras, mesmo se Jeremias e Casemiro fossem oriundos do Seruini, havia uma população Apurinã pré-existente no Tumiã, e ela desapareceu.

2.2.1.3 A relação entre populações residentes e padrões

Como pode ser observado a partir das falas citadas acima, muitas pessoas e comunidades indígenas participaram do aviamento no Médio Purus, na maioria dos casos como fregueses. Mas é necessário ter cautela para não confundir os ‘fregueses’ com as populações pré-existentes, mesmo se os ‘fregueses’ fossem em si indígenas. Como pode ser visto no caso do Tumiã, P23 tinha fregueses Apurinã, mas sua chegada à região coincide com uma tentativa de exterminar a população Apurinã local. É relativamente raro (porém de nenhuma forma inusitado) que os padrões ‘aproveitassem’ a ‘mão-de-obra-local’.

Mesmo em casos *relativamente* mais pacíficos, como foi o dos Madihadeni no Cuniuá, é importante entender que os Madihadeni se entendem como povos de terra

³¹ Após conversar com o cacique aposentado Apurinã (p. 69), decidi fazer um levantamento para ver se a descendência dos Apurinã do Tumiã corroborava o que esle disse. Quando fui à comunidade Akidabã, informei-os do motivo do levantamento, e nesse momento Francisco Cleiton Apurinã proferiu a fala citada acima.

filme que foram atraídos para a beira do Rio Cuniuá pelos patrões (a comunidade ‘sedentária’ mais antiga dos Cunivadeni é o Marekão, criada por P53, patrão oriundo do Peru). Em *Os Deni do Brasil Ocidental* (1983), a primeira monografia escrita sobre os Madihadeni, Koop e Lingenfelter, missionários americanos da SIL, tentam traçar a trajetória dos vários núcleos familiares presentes no Marekão, e é notável que, antes de chegarem à aldeia, nunca permaneciam no mesmo local por mais de cinco anos, aproximadamente. Marcelo Florido traz um relato deste primeiro contato:

Manel Moco e Zé Alexandre

Alguns Deni saíram para caçar perto do igarapé. José e Pedro encontraram uma canoa parada na beira. Um dos homens viu o rastro. Voltou para a aldeia e disse:

-Tem kariva³² aqui, eles vão matar a gente.

João foi até o local procurar o branco. Chegou perto de Moco (o branco, “moco” quer dizer surdo em português regional) que estava tirando lenha e se escondeu. Moco viu Pedro pegar sua espingarda para matá-lo. Ao perceber o que se passava ele fugiu correndo para pegar a sua espingarda.

-Eu tenho espingarda. Vou matar vocês – disse Moco.

José pegou a flecha com veneno e apontou para Moco que assustado disse:

-Eu sou bom. Não me mata.

-Está bem.

Voltaram. Moco levou José para beira do rio, onde encontraram Zé Alexandre, irmão de Moco. Todos colocaram as armas de lado e conversaram. Os brancos deram roupas para os Deni e todos voltaram para suas casas. José e Maria foram então trabalhar sorva.

Moco e Zé Alexandre contaram que haviam índios bravos no Cuniuá. Falaram para Chico Severo.

-Tem caboclo bravo lá no alto Cuniuá, acima do igarapé preto. Eles são bons.

Chico Severo comprou muito terçado, roupa, espingarda, sal e açúcar do P51, seu patrão. Ele subiu o rio com o Kahamidi, seu primeiro barco...

³² Karivá é tipicamente traduzido como branco mas provavelmente está mais próximo do *jara* (povo provedor de mercadorias) Suruwaha. Por exemplo, um não-indígena de pele escura é chamado de *karivá quiriri*, sendo *quiri* a palavra para uma cor relacionalmente mais escura (cores são relacionais em Madihakhaima).

Himanavi era o chefe, ele estava moqueando piranhas e escutou barulho do motor chegando. José disse para o pessoal ficar escondido. Himanavi, Kazuza, José e João foram, os outros se esconderam. Kau, que era xamã, tinha ficado escondido no mato e estava com sua espingarda. (Florido, 2013 p. 68-69)

Florido nota que existem múltiplas versões desta narrativa, esta sendo uma reconstrução da fala do ‘homem mais velho da aldeia Cidadezinha’. O resto da história narra como os Madihadeni compraram tudo que Chico Severo trouxe em seu barco, e este, por sua vez, exigiu que eles agora trabalhassem por ele. Para os fins desta dissertação é importante notar como os Madihadeni pressupõem que os brancos estão vindo para matá-los. Florido encaixa isso na sua teoria de que os Madihadeni enxergam sua história antiga como um constante conflito cosmológico, em que toda alteridade deve ser destruída³³. Dada a história de violência na região, parece-me que esta é uma reação historicamente construída, e não *a priori* cosmológica (não que essas categorias sejam mutualmente excludentes).

Por último, é importante notar que a violência concomitante com a expansão territorial do aviamento não é, de forma alguma, restrita às comunidades indígenas. O *boom* da borracha acabou há mais de cem anos, e nesse meio tempo houve diversos fluxos migratórios nos quais dezenas de comunidades ribeirinhas e extrativistas surgiram. Estas comunidades não são de nenhuma forma imunes aos avanços dos padrões. Um exemplo disso pode ser visto na comunidade Tauaruhã:

Ele está loteando, dizendo que é dono, entrando na área com escolta policial. Ele mais o filho dele, o Muni, mais a escolta policial, equipe de trabalhadores mais um topógrafo. [...] Intimidando o pessoal, ele já mandou um ofício de intimação para o presidente da comunidade. Tá ameaçando derrubar o galpão de reunião da comunidade.

Segundo a certidão que conseguimos ele adquiriu essa terra quando era prefeito [de Lábrea] em 1995. Em [19]97 foi quando a maioria do pessoal chegou lá ocupando a área. Em [19]97 teve uma enchente muito grande e muitos ribeirinhos foram lá para a área, mas já tinha gente lá, morando lá. Ele viu o pessoal

³³ Discordo da teoria de Florido, uma vez que ela destoa tanto do resto da produção etnográfica sobre os Madihadeni quanto de minhas observações e experiências pessoais com este povo. Entendo que é possível interpretar alguns (até mesmo muitos) mitos Madihadeni como contendo esta narrativa, mas nunca vi um Madihadeni produzir esta interpretação. Em outras palavras, entendo que esta é uma interpretação textual válida, mas ela é, para mim, uma interpretação exógena.

chegando e disse que ‘a área é minha mas vocês podem ficar’.
Essa foi a primeira vez que escutamos ele dizer que era dono
(Morador Ribeirinho da comunidade Tauaruhã, 2016).

É importante notar que P36, o ex-prefeito que se afirma dono da comunidade, foi citado tanto pela CPI da Grilagem quanto no *Livro Branco da Grilagem de Terras* (2001) do INCRA como um dos maiores grileiros de todo o território brasileiro. Ex-prefeito de Lábrea e o maior patrão da região de Pauini, P36 teve seus títulos formalmente anulados pela CPI da Grilagem, mas no cartório de Pauini ele ainda consta como sendo o proprietário das mesmas terras.

A grilagem é um tópico amplo e independe da existência ou não do aviamento. Neste caso, as ações de P36 não fazem parte, *stricto sensu*, do aviamento: ele está loteando terras – não colocando fregueses, e até onde sei, não retém os cartões da comunidade. De outro lado, é importante entender que esta especulação e grilagem de terras é o método que P36 escolheu para reinvestir o capital obtido durante o aviamento (ver próximo capítulo). Mas o mais importante de se notar é como o caso da comunidade Tauaruhã remete ao trecho do livro de Weinstein citado anteriormente neste capítulo: os patrões utilizam o poder coercitivo do Estado para projetar e ampliar o seu poder sobre seus fregueses. E segundo Weinstein, a incapacidade das empresas estrangeiras de utilizarem esse recurso era um dos motivos pelo qual não conseguiam competir com os patrões na Amazônia.

O que se pode observar no caso da comunidade Tauaruhã é que essa estratégia, de mobilizar o poder estatal para causa própria, atualmente ainda é empenhada pelos patrões. Primeiro, pode ser visto na disponibilidade da polícia para auxiliar um ex-prefeito; segundo, no próprio fato de P36 ter sido uma vez prefeito: a busca de cargos eletivos por patrões e seus familiares é algo que pode ser claramente visto na lista parcial de patrões providenciada no próximo capítulo.

2.2.2 O empenho da violência na manutenção da terra

Em 1931 foi formada uma Comissão de Inquérito para investigar o Posto Marienê, objeto de estudo do mestrado de Juliana Schiel (1999), e um dos principais focos de atuação da SPI (Serviço de Proteção aos Índios, antes de 1918 SPITN – Serviço de Proteção aos Índios e Identificação de Trabalhadores Nacionais) no Médio Purus:

A questão da terra era um ponto recorrente nas acusações. Para a Comissão, a inspetoria mostrava preferência por terras de castanhais – com a queda da borracha, a castanha havia se tornado o produto mais lucrativo. Delegados e encarregados utilizariam estas terras para proveito próprio, assim como monopolizariam o comércio com os índios, criando uma ‘concorrência desleal’ aos comerciantes das regiões em que atuavam.

...a referência à ‘concorrência desleal’ estaria relacionada a uma percepção, na elite local, do SPI como rival na apropriação do produto do trabalho indígena, rival que deveria oferecer vantagens, ou a concorrência não seria ‘desleal’.

...deve-se reconhecer, inicialmente, que as acusações contidas no processo, evidenciam uma revanche da elite local contra o SPI.

Com relação aos funcionários do órgão no rio Purus, as acusações reforçam, especialmente, esta interpretação. Dentre todos os acusados no inquérito, estava o Delegado de Índios do rio Purus e dono do seringal Caçaduá, João de Barros Velloso da Silveira. Seu vizinho e inimigo... arrolaram diversas acusações. Entre elas, a de ter dívidas para com Bernardino e atacar sua propriedade, a de tentar matar o herdeiro de seu próprio seringal e a de castigar uma professora que tentara denunciá-lo. O agravante seria o fato de Velloso da Silveira contar com a proteção oficial e da imprensa, bem como acumular boa parte de funções de autoridade no local, quais sejam, a de delegado dos índios, de delegado de polícia e de juiz de paz (Schiel 1999, pp. 52-56).

É necessário ter uma medida de cautela com as acusações que os patrões levantam contra os funcionários da SPI, ainda que, em larga medida, nada disso destoe do aviamento no Médio Purus. Como Schiel relata, a SPI buscava na elite local o seu quadro de servidores: “O fato do delegado dos índios ser também seringalista não é particularidade do Purus, ao contrário, parece haver sido uma política geral do SPI” (Schiel 1999, p. 83) e, para alguns patrões, isso servia como mais uma oportunidade de cooptar o poder estatal em benefício próprio.

Essa inserção do Posto Marienê no aviamento teve a previsível consequência, como foi citado acima, de que ele seria visto como um concorrente desleal. O estabelecimento da comissão de inquérito, porém, não foi a primeira tentativa de ‘combater’ o posto. Em 1920, “logo após a inauguração, ele foi atacado e saqueado por

homens de Isaac Pontes. [Patrão do seringal adjacente ao Posto Marienê] Os invasores foram expulsos pelo encarregado e outros funcionários do posto” (Schiel 1999, p. 89).

Como Weinstein nota, a vastidão da Amazônia, combinada com a fragilidade institucional da região, levava a uma variedade de arranjos territoriais:

Em relação aos distritos rio-acima, em que a posse formal da terra era menos comum [comparado às terras mais longamente habitadas por brancos no Pará], o patrão local ou a firma aviadora normalmente declaravam um controle de facto sobre vastos territórios, e só ocasionalmente adquiriam a terra por meio de registros e demarcação.

Certamente haviam muitas áreas mesmo no Pará, onde o único título de terra possuído pelo seringalista era sua escopeta, e no qual a seringa continuava a ser feita de forma migratória. Mesmo assim, no final da década de 1890 houve uma tendência perceptível a favor do registro de terras e padrões mais estacionários de extração (Weinstein 1983, p. 167-169).

De um lado, pode-se entender que em regiões ‘remotas’, como o Médio Purus, a violência acaba tendo um papel institucional, quando o título de terras do patrão é sua escopeta. De outro lado, porém, o processo de titulação não é binário: sim ou não. Como os exemplos de P36 e do posto Marienê apontam, existe uma tremenda área cinzenta, em que instâncias legais são acionadas e manipuladas para legitimar ações ilegais. Essa capacidade de manipulação estatal dos padrões continua até o presente: títulos continuam a ser manufaturados.

Além disso, a instrumentalização da violência para garantir o *status quo* não é nem aplicável somente entre padrões, nem aplicável somente à terra. Os padrões precisavam garantir que ‘seus’ fregueses não venderiam sua produção para outros. Nas palavras de um senhor Apurinã que entrevistei: “passar a perna no patrão? Isso daí dá briga. Até mesmo entre os patrão. Finado P43 tomou uma facada que ficou tuberculoso, o P47 meteu a faca nele” (Apurinã Anônimo, 2014). Como Weinstein nota, a manutenção da terra era secundária à manutenção da força de trabalho (Weinstein 1983, pp. 167-169).

Reter ‘seus fregueses’ era a eterna preocupação de todo patrão. Mas também é importante notar que os novos arranjos territoriais, devidos às demarcações de terras

indígenas e reservas extrativistas, têm estimulado conflitos fundiários³⁴. Por exemplo, o Tumiã é hoje uma terra demarcada, mas os castanhais foram deixados de fora. P24, filho de P23, patrão que quase extinguiu a população Apurinã pré-existente do Tumiã, continua se afirmando o dono da comunidade ribeirinha de Luzitânia, no encontro do Rio Tumiã com o Rio Purus, e não permite que os indígenas entrem em ‘seus castanhais’.

"Eu tava pescando e escutei uma voadora [voadora é um tipo de lancha] chegando aqui em casa. Ai quando eu escutei a voadora eu voltei pra casa, fui pra ver quem era. Ai quando eu cheguei em casa, ai eu vi eles, tava aqui em cima em casa. Dois polícia, e o P24 no chão, e o outro polícia dentro da cozinha. E a espingarda do meu marido enfiada assim, dentro da palha mesmo. Ai quando eu cheguei dali eles falaram 'Eh rapaz, cadê teu marido?' 'Ai eu falei 'No mato.' 'Da pra tu chamar ele pra gente.' Ai eu falei, 'Dar.' 'É muito longe, é?' Ai eu falei 'Não.' 'Vai lá.' Ai eu peguei a canoinha e entrei, cortei dentro do mato...

“Chegou aqui, o P24 nem pra dar bom dia. Ele falou 'Ei rapaz, foi tu que furou o castanhal alheio?' Ai ele disse 'Não' 'Foi tu sim que furou o castanhal alheio que me disseram que invadiu, que tá roubando.' Ai ele disse 'Rapaz eu não tava roubando não oh.' 'Mas tu não quebrou castanha não?' 'Eu quebrei, eu quebrei porque os menino me autorizaram. Eu quebrei castanha da mata sem ser do pico que tava solto.' Ele disse 'Rapaz, tu ta mentindo que os menino disseram que vinham na frente roçando atrás e tu na frente quebrando castanha...

"Ele disse 'Pois é, mas tu não sabia que essa área é do P24? Porque que tu quebrou?' Ele disse que 'Eu quebrei mermo porque eu tava precisando.' 'Pois é mas não era pra tu ter quebrado, se estragar lá pra cutia ou o macaco comer, não era pra tu ter ido lá mexer não.' Ele disse 'Pois é. Tu sabe que essa área é do P24, ele paga tudo. É o saco da cobra, tudo é dele, tu não tem que mexer nada.' Ele falou, ele disse 'E cadê a espingarda que tu comprou, com a castanha do P24.' Ele disse 'Eu não comprei a espingarda com a castanha do P24 não.' 'Quantas latas de castanha tu vendeu?' 'Ele disse 'Eu vendi sete lata.' 'Pois é, ou é tu que tá mentindo ou é o homem que tu vendeu que tá mentindo. Pois ele me disse que tu vendeu dez lata.' Ele disse 'Eu não vendi dez lata não, eu vendi sete.' Ele disse (gritando) 'Cadê a espingarda?' 'Tá ai'. 'Já pagou?' 'Não.' 'Pois é nós vamo levar essa espingarda.' 'Leva.' 'E essa castanha ai?' 'Foi eu que quebrei.' 'Pega essa castanha, joga lá dentro do bote. Nos vamos levar.'

³⁴ Destaco que esses conflitos nunca cessaram: simplesmente surgem novos arranjos institucionais que influenciam as suas dinâmicas.

"O cara pegar né? Muita humilhação... Os produto que a gente pega com as mão da gente pros outros pegar... Ai ele pegou a castanha e embarcou tudinho, mas os menino que tava no barco mais ele, e jogou dentro do bote. Ai tinha um pau dentro do igarapé, e deram dois tiros de revólver no pau. Pah-pah. Nós só escutando.

"Isso as polícia deram tiro no pau. Ai ele disse pra mim 'Oh da um conselho pro teu marido, pra nunca mais ele mexer no castanhal do P24, que sabe que isso dai é dele. Porque o dia que nós vier aqui, ele não vai ficar assim mais não, não sei onde é que nós tamo aqui que nós vamos levar ele.' 'Tá bom.'"

(Gabriel) *"Deixa eu só perguntar, só para situar. Vocês moram dentro do Tumiã, né?"*

"É, nós mora aqui dentro do Tumiã."

(Gabriel) *"Na Terra Indígena."*

"Na terra indígena. Porque, porque na, na lei no direito da gente é terra indígena. Porque a gente convive aqui dentro né? E eles, e ele disse que é dele mas a gente mora aqui mas ninguém tem o direito de tirar nenhuma madeira pra fazer uma canoa, colocar um roçado do outro lado pra fazer, porque tem que falar com ele, porque ele é dono, né. Ai ele disse 'Olha tu sabe muito bem que esse, esse lado ai, daqui do ventinho, tudo é meu. Porque que tu mexe?' o P24 falou foi isso 'Porque que tu mexe?'"

(Gabriel) *"E esse... castanhal fica dentro da Resex?"*

"É, fica dentro da RESEX o castanhal. Foi assim ô" (Entrevista com Senhora Apurinã, 2014).

Pode-se observar, mais uma vez, dois fenômenos recorrentes nesse caso e no caso da comunidade Tauaruhã. Primeiro, tem-se a instrumentalização da violência por padrões como uma garantia fundiária de 'suas terras'. Segundo, a apropriação do poder estatal pelos padrões para seus próprios fins. Tanto no caso de indígenas como no caso de ribeirinhos, a força policial é instrumentalizada pelos padrões para reforçar suas reivindicações territoriais.

2.2.3 O empenho da violência como forma de controle

Como foi escrito no capítulo anterior, se a dívida é eterna, há relativamente poucas maneiras de se aumentar a produtividade do freguês. A princípio a venda de

mercadorias antecede a entrega do produto, então o consumo do freguês tende a ser estabelecido antes que este trabalhe. Claro que na prática este intercâmbio é mais complicado do que parece: ao longo de repetidos ciclos o patrão pode ajustar a quantidade de mercadorias que está disposto a aviar para o seu freguês de acordo com seu retorno, e, dependendo do arranjo territorial da comunidade, pode-se ter um consumo contínuo (quando existe, por exemplo, um barracão) ou intermitente (quando a comunidade é envolvida em diferentes atividades produtivas ao longo de diferentes épocas). Mas, via de regra, não havia grandes incentivos para estimular a produção do freguês: uma vez que este aceitasse seu pertencimento, torna-se ‘manso’.

Voltando à citação de Weinstein trazida anteriormente neste capítulo, pode-se ver que a violência, tanto em forma de ameaça como materializada, tinha um papel estratégico na relação entre o patrão e o freguês. O risco para o freguês era claro: se este ‘relaxasse no corte’, ou cortasse fundo demais (estragando a árvore), seria punido. P23, segundo os Apurinã, uma vez esquentou uma colher em uma fogueira e depois usou-a para atravessar a mão de um ‘freguês’ que considerava ocioso. Mas os patrões, especialmente no auge da economia gumífera, quando havia fortes fluxos migratórios, eram perfeitamente capazes de matar ‘seus’ fregueses:

A memória Apurinã também se refere à violência no trabalho do seringal. Val, filha de Luziana, narra que um dos castigos mais comuns no seringal Urubuã era martelar um prego na cabeça dos índios ou seringueiros cariu: o motivo, em geral, era o fato do trabalhador ter feito cortes muito fundos na árvore, o que era verificado pelo fiscal de estrada; se a pessoa não fosse condenada à morte, era espancada ou obrigada a pagar o prejuízo. O patrão do Urubuã, que aplicava tais castigos, foi morto, junto com seus capangas, em emboscada de um seringueiro cariu, farto de tantos maus-tratos (Schiel 1999, p. 37-38).

É importante ressaltar que, conforme exposto no capítulo anterior, é incorreto entender os seringueiros, indígenas ou não, como entes passivos. De fato, no modelo de sociedade que o aviamento impôs na Amazônia, a palavra do patrão era a lei (seja por via do regulamento, seja porque o patrão se revestia com o poder estatal, seja em virtude de sua espingarda). No entanto, como Weinstein bem nota, havia limites para a violência dos patrões, e esses limites eram os próprios seringueiros. A existência de um tremendo desequilíbrio na comedição de forças de nenhuma forma invalida o conflito,

latente ou ocasionalmente materializado, entre patrões e fregueses. É equivocado assumir que seringueiros foram, *a priori*, entes passivos.

Por sua vez, pelo menos no que talvez possa ser chamado do ‘auge do coronelismo’ (em outras palavras: no maior ponto de desequilíbrio na comedição de forças entre patrões e fregueses), aparentam ter ocorrido alguns casos de patrões matarem fregueses que tivessem saldo:

Os patrão metido a coronel botava o pessoal para trabalhar. Ai quando ia ver a conta do camarada, se ele tivesse saldo, diz que eles matavam. É isso que os mais velhos falam. Mandavam ir pra beira receber o saldo ai os [capangas/jagunços] matavam.

[...]

Isso aí era na época de coronel mesmo, naquela época eles mandavam mesmo os cabra ir trabalhar. Na época da borracha. Tinha um tal de Henrique Paiva que o pessoal fala, tinha outro que era Plínio Paiva, que era irmãos. Mas disso deve ter mais. Eles ficavam no Ituxi (Senhor Ribeirinho, 2016).

O relato de que patrões do Ituxi matavam fregueses que tirassem saldo não implica que isso constituísse um padrão de comportamento generalizado, nem no aviamento em geral, nem no aviamento no Médio Purus. Indica, porém, que o ‘jogo’ que o freguês tinha de jogar era delicado: havia consequências negativas, tanto por trabalhar pouco (pois isso diminuía os ganhos do patrão) quanto demais (a ‘ganância de saldo’ tinha o potencial de romper o próprio laço de pertencimento entre ambos).

Cabe ressaltar, por último, o caráter performático destas punições, o que em primeira instância pode remeter a Foucault em *Vigiar e Punir* (2000 [1975]), mas creio eu que isto pode não ser muito apto. Primeiro, não existe aqui todo um processo investigativo, o que em *Vigiar e Punir* é grande parte da justificativa pelo espetáculo. Segundo, não percebo aqui um discurso ou uma lógica que tente conectar a punição à corporalidade: o ‘crime’ do seringueiro não é nem conectado a uma ofensa corporal ao soberano (patrão), nem a uma reciprocidade de sua punição corporal. Parece-me que o ‘espetáculo’, nesse caso, é ‘justificado’ pela própria existência da plateia: pune-se um seringueiro preponderantemente como exemplo para os outros.

2.3 Saldar a Dívida

Tentei argumentar, neste capítulo, que a violência detinha um papel instrumental no aviamento ('a brutalidade inerente ao sistema', nas palavras de Weinstein). Sendo assim, pode-se supor que saldar a dívida possa parecer, em primeiro plano, desejável. No entanto, dentro do aviamento, quem *não* deve, teme.

... é importante destacar que no universo da dívida pertencer ao sistema era menos em razão da necessidade de acesso às mercadorias do que a necessidade de também ter acesso ao que elas representavam. Pertencer a este sistema era participar do jogo das relações sociais. Estar fora dele era abdicar destas mesmas relações. (Carvalho Júnior 2011, p. 52-53)

Weinstein relata um caso frequentemente citado na literatura posterior sobre o aviamento, de um patrão que tentou abolir as dívidas de seus fregueses, mas eles não o permitiram. De forma semelhante, Roque Laraia e Roberto DaMatta em *Índios e Castanheiros* (1976), notam que a ambição de muitos fregueses era poder, um dia, ter seu próprio seringal/castanhal, ao invés de 'livrar-se' do aviamento. Tudo isso, a meu ver, reforça a noção de que o aviamento criou um modelo de sociedade e sociabilidade na Amazônia e no Médio Purus, e que esse modelo, modificado e dinâmico, vigora até os dias atuais.

No início deste capítulo tentei usar o caso das dificuldades das empresas estrangeiras para exemplificar a necessidade da coerção no aviamento. Essas empresas tinham acesso a um volume de capital muitas vezes maior do que os patrões, mas não possuíam mecanismos eficazes para assegurar a 'força de trabalho'. Desses mecanismos, desenvolvidos ou apropriados pelos patrões, dei relevo para dois: a violência e a criação de laços de parentesco fictícios. Esses são mecanismos coercitivos que, assim como a dívida, mantêm a relação hierárquica do aviamento. Não são, de nenhuma forma, incompatíveis com ela, mas também não dependem dela: como pode ser visto na entrevista do senhor Apurinã que foi adotado, ele trabalhava desde os nove anos para seu pai adotivo/patrão, sem lhe dever nada (mas, importante notar, P30 tentava endividá-lo da mesma maneira) até fugir. O próximo capítulo lida com o aviamento contemporâneo, que inclui a manutenção desses elementos e o surgimento do que considero ser o aviamento de cartões.

Capítulo 3 - Aviamento Hoje

“Quanto mais patrão mais problema. Hoje tem menos patrão mas os mesmo problema.”
Senhora Apurinã, 2014.



Barco de um patrão coletando castanha dos “seus” fregueses na entrada do Rio Seruini. Foto de autoria própria.

3.1 Os Patrões

O que segue é uma lista parcial dos patrões do Médio Purus, do período de 1960 até o presente. É importante frisar que não se trata, de modo algum, de uma lista completa, ou total dos patrões. Ela tende a refletir em grande parte a minha trajetória em campo, com uma proporção elevada dos patrões que atuavam ao redor de Lábrea, principalmente no Rio Ituxi, e no Rio Cuniuá, entre Canutama e Tapauá. Assim ela não deve ser entendida como englobando a totalidade dos patrões.

- P15, falecido

- Ex-patrão de seringal dentro do rio Ciriquiqui, Rio Ituxi
- Representante de Importadora, dono de fábrica de gelo
- Juiz substituto
- Foi embora para Manaus
- Mandante dos massacres dos Juma e dos isolados do Rio Ituxi
- “Esse gostava de matar índio”
- Filhos, ex-patrões do Rio Punicici, foram embora para Porto Velho
- P16, falecido,
 - Ex-patrão no Rio Ituxi
 - Família vendeu o barco
- P17
 - Ex-patrão no Rio Ituxi
 - Filhos donos de supermercado
- P18
 - Ex-patrão no Rio Ituxi
 - Dono de supermercado, dono de balsa de gasolina
- P19
 - Patrão dentro do Rio Querequetê, Rio Ituxi
 - Castanha
 - Dono de caminhões de frete
- P20
 - Patrão no Rio Puniçici, Rio Ituxi
 - Castanha, farinha
 - Reside no Rio Puniçici, boca do igarapé São João
- P21, falecido
 - Ex-patrão da boca do igarapé Socó, Rio Ituxi
 - Sobrinho P32 continua patrão da região envolvido com castanha
 - Filhos continuam na cidade
- P22
 - Patrão (regatão) no Rio Purus
 - Peixe, farinha, feijão, castanha
 - Dono de barco
- P23, falecido
 - Ex-patrão do Tumiã e dono da fábrica de borracha Latex junto com P36
 - Mandante do massacre dos Apurinã do Tumiã
 - Filho P24- Patrão da comunidade Luzitânia e castanhal do Tumiã
- P25, falecido
 - Ex-patrão do seringal Arudá
 - Filho P26, patrão de castanhal Castanheira dentro do Tumiã
- P27
 - Ex-patrão dos seringais Prainha e Abunini, beira do Purus
 - Dono de balsa e postos de gasolina

- P28
 - Patrão do Nova Vista, beira do Purus
 - Castanha
 - Filho de P29, Ex-patrão do seringal Bom Jesus
 - Irmãos donos de uma carreira de empurrar barcos e uma marcenaria.
- P30, falecido
 - Ex-patrão do seringal Conceição (hoje terra indígena)
 - Primo dono de posto de gasolina
 - Filha dona de supermercado
 - Filha dona de supermercado
 - Esposa dona de uma fazenda
- P31
 - Ex-patrão no Rio Querequetê, Rio Ituxi
 - Vendeu o barco
 - Dono de boate, sedia festas de forró
- P33, falecido
 - Ex-patrão do Rio Sepatini
 - Filho dono de bar
 - Filho dono de uma sapataria
 - Filho dono dos moto-taxi
- P3
 - Patrão que regateia na beira do Purus
 - Castanha, farinha, seringa, peixe seco, solva
 - Dono do supermercado Almeida
 - Fazenda no quilometro 12
- P34, falecido
 - Ex-patrão no Rio Ituxi
 - Dono do recreio Santa Terezinha (vendido pelos filhos)
 - Ex-prefeito de Lábrea
 - Família mudou-se para Manaus
- P35, falecido
 - Patrão que regateava no Rio Ituxi
 - Dono de uma sorveteria
 - Filho dono do supermercado Simão Pedro
 - Filho dono de um rebocador que conduz uma balsa com frigorífico
- P36
 - Ex-patrão/regatão no Rio Pauini “era ele que comandava aquela área toda”
 - Ex-prefeito de Lábrea
 - “Tio” de P24

- Dono de prédios alugados na cidade
- Afirma ser dono da comunidade ribeirinha Tauaruhã, próxima de Lábrea
- “Um dos maiores latifundiários do estado do Amazonas”
- Citado por nome na CPI da Grilagem como segundo maior grileiro do Brasil. Teve seus títulos inválidos por decreto no Diário Oficial mas de acordo com a CPT, os imóveis continuam registrados em cartório.
- P37
 - Ex-patrão do seringal Jurucúá
 - Filho continua afirmando ser patrão da região dos Jarawara, Jamamadi e ribeirinhos ao redor. Candidatou-se a prefeito
- P38, falecido
 - Patrão que regateava na beira do Purus
 - Filho dono das drogarias Lúcia
- P39
 - Ex-patrão do Rio Puniçipi
 - Atual presidente da comunidade ribeirinha Teruã
- P40 e P41, falecido
 - Ex-patrões do seringal Mahaã, igarapé Joari (hoje TI Hi-Merimã) e Seringal São Clemente, perto do Rio Mamoriá
 - Esposa de P40 é vereadora
 - P41 ex-vice prefeito, dono da farmácia Agapê, hoje com seu filho
- P42, falecido
 - Ex-patrão do Seringal Cecuriã
 - Filhos se mudaram para Manaus
- P43, falecido
 - Patrão que regateava no Rio Ituxi, Rio Purus
 - Ex-prefeito
 - Assassinado “Dizem que mataram porque era o melhor prefeito”
 - Queria pavimentar a estrada Humaitá-Lábrea, possível causa da morte
 - Dono do Hotel Sampaio
 - Filhas moram em Manaus
- P44, falecido
 - Patrão que regateava no Rio Ituxi
 - Filha dona de supermercado Denis Bazar
- P45
 - Ex-patrão do seringal São Jorge no Rio Puciari, Rio Ituxi
 - Abandonou pós-demarcação
- P46
 - Ex-patrão do seringal Bom Futuro, beira do Purus
 - Dono de bar
- P47, falecido

- Ex-patrão beira do Purus, seringal Bom Futuro
- “Deu uma facada em P43 por freguês”
- Família foi para Manaus
- P48
 - Ex-patrão do Seringal Tocantins, perto do Tauruã
 - Ex-madereiro
 - Dono da fazenda Tocantins
 - Filha é vereadora
- P49, falecido
 - Patrão do seringal Seriã, perto do Mucuim
 - Ex vice-prefeito, ex-vereador
 - Filho P11
 - Dono de supermercado
- P50
 - Ex-patrão do Igarapé Pretão, afluente do Cuniuá
 - Ainda tem barco, mora no Tarumã
 - Saiu com demarcação
- P51 e P52, falecidos
 - Irmãos, grandes patrões do Rio Cuniuá
 - Começaram com a sorva, depois tornaram-se madeireiros
 - Acusados de tentar matar o prefeito de Tapauá
 - Donos de rede comercial/extrativista que incluía o Rio Purus, Humaitá, Santarém, Manaus
 - P51 foi morto
 - Maioria dos patrões do Cuniuá eram fregueses deles
- P53, falecido
 - Ex-patrão do Cuniuá, criou o Marekão para atrair os Madihadeni
 - Peruano, voltou para o Peru
- P54
 - Ex-patrão do Seringal Madeira, perto do Sepatini, Purus
 - Mudou para Manaus
- P55
 - Patrão do Seringal Amparo, perto do Sepatini, Purus
 - Dono de Castanhal
- P56, falecido
 - Ex-patrão no Marekão Antigo
 - “Bravo, atirava nos indígenas que se recusavam a trabalhar ou que não pagavam dívida”
 - Filho mora em Canutama
- P57
 - Patrão do Rio Jacaré, Tapauá
 - “Trabalha com Paumari e Castanha”

A partir dessa lista pode-se observar três trajetórias distintas (porém não mutuamente excludentes): de trinta e oito ‘linhagens’ identificadas, sete migraram da região (principalmente para Manaus e Porto Velho), doze permanecem no âmbito da cadeia de produção do aviamento, como classicamente definida (donos de comunidades trabalhando com castanha, farinha, peixe, copaíba etc.) e a maioria, vinte, reinvestiram seus capitais acumulados em outros negócios, principalmente comércios e supermercados. Diga-se de passagem, essa é vista como a trajetória ‘prototípica’ dos patrões pelos moradores da região: “Em Lábrea, a maioria deles [os donos de comércio] é ex-patrão, ou filho de ex-patrão. Quando a seringa parou de dar dinheiro, comprou comércio na cidade” (Senhor Apurinã, 2014).

Mas é importante estabelecer que existe mudança na continuidade e continuidade na mudança. Como Sautchuk escreve em seu artigo “Comer a Farinha, Desmanchar o Sal”:

Os pescadores não-industriais do Baixo Amazonas, do litoral do Pará e do Amapá também se organizam em torno de uma modalidade de crédito e débito denominada aviamento, conforme os traços básicos descritos acima. Entretanto, em vários aspectos o sistema atualmente utilizado na pesca difere daquele que se tornou famoso na extração da borracha, configurando-se “menos rígido” (Sautchuk 2008, p. 7).

Em sua análise do primeiro *boom* da borracha, Weinstein (1983) já assinala que o aviamento nunca foi homogêneo. O aviamento praticado no Pará, além de ser diferenciado entre si, apresentava grandes divergências face àquele praticado no estado do Amazonas, em que a relação de poder entre aviado e aviador era muito mais assimétrica. A minha proposta é que o fio condutor, que providencia uma continuidade no interior da diversificação do aviamento, é a lógica/dinâmica de pertencimento/dependência entre freguês e patrão.

Entretanto, ela pergunta por que “os pescadores, mesmo depois que pagam suas dívidas, continuam fiéis aos patrões?” (Sousa 2000: 130). Questão tanto mais pertinente quanto o aviamento é concebido idealmente como um vínculo duradouro. No Sucuriju, se diz que um pescador é freguês de, compra de, pesca para, trabalha para ou passa o peixe para um determinado patrão, indicando compromisso, mesmo que entre eles não exista débito. Os pescadores dizem com orgulho que trabalharam às vezes mais de uma década com um determinado patrão e que ‘hoje ninguém

deve nada pra ninguém’. A esta espécie de obrigação de continuidade por parte do pescador, sem que exista “dívida real”, Sousa dá o nome de “dívida imaginária” (: 123; termo um tanto desajeitado, que ela empresta de Geffray [1995], mas sem o sentido de engodo, manipulação, que este autor enfatiza ao analisar a situação do seringal) (Sautchuk 2008, p. 9-10).

A pergunta recorrente, “porque o freguês continua trabalhando para o patrão”, que pode ser vista em quase toda a literatura acadêmica sobre o aviamento, aos meus olhos se torna mais plausível de ser respondida se enxergarmos e interpretarmos a dívida como uma estratégia. De acordo com Henri Lefebvre:

A estratégia envolvida pode ter sucesso ou falhar; em qualquer caso ela vai durar por um período finito de tempo, longo ou curto, antes de dissolver ou rachar. Assim, não importa por quanto tempo ela possa continuar a governar operações táticas nos campos de conhecimento ou ação, ela deve permanecer essencialmente temporária – e portanto sujeita a revisão (Lefebvre 1974, p. 60).

Voltando à análise de motivações dentro do sistema de aviamento, o patrão busca usufruir da força de trabalho do freguês. A dívida permite isso ao imobilizar o freguês e colocá-lo em dependência do patrão, criando um compromisso. Assim, a dívida é uma estratégia (e com certeza a estratégia mais comum e mais bem sucedida historicamente) com a finalidade de criar um vínculo de dependência. Mas – por ser uma estratégia – ela não é inerente ou central. Assim, tendo a discordar da afirmação: “O sistema de aviamento tem no controle do crédito a própria chave de dominação dos povos indígenas e não indígenas que eram imobilizados na relação de trabalho nos seringais da Amazônia” (Leal 2011, p. 26). O crédito sem dúvida foi, e provavelmente ainda é, a estratégia predominante do aviamento. Mas se existe um tema consistente na análise do aviamento contemporâneo é que, mesmo quando a dívida acaba, a relação continua.

De outro lado, pode-se entender por crédito não a dívida ‘real’ ou ‘atual’, contabilizada, mas a futura oferta de mercadorias que serão adiantadas ao freguês. Assim, mesmo que o freguês nada deva no presente, seu acesso futuro a mercadorias depende da manutenção de seu status como freguês de um determinado patrão – uma perpétua ‘dívida imaginária’. Considero essa visão um pouco problemática, visto que

ela tende a pressupor um arranjo espacial que remete ao seringal, no qual o barracão ou regatão eram a única forma de contato com a produção industrial. O problema é que, mesmo em situações nas quais existe uma multiplicidade de ofertas, o pertencimento ao patrão pode existir. Poucos são os fregueses, atualmente, que devido a sua situação geográfica só têm acesso a um comprador/vendedor. Por sua vez, muitos são aqueles que, como assinala Sautchuk, trabalham exclusivamente para um patrão por mais de uma década, ainda que possuam outras opções.

Em outras palavras, o freguês que possui uma dívida contabilizada com seu patrão trabalha “formalmente” com o objetivo de pagá-la. O freguês que vivia no seringal trabalha “formalmente” porque é seu único meio possível de acesso às mercadorias. Mas o que se observa atualmente é que mesmo quando não há uma dívida contabilizada, e há uma diversidade de opções, o freguês continua trabalhando, com frequência, para o patrão. A pergunta de certa forma inescapável é “por que?”, a minha resposta é que essa é a relação produtiva engendrada nesse modelo de sociedade: o patrão detém o direito sobre o esforço produtivo do freguês por virtude de ser patrão, é algo constitutivo.

3.2 Castanha

3.2.1 A Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (COOPMAS) e as perspectivas da produção de castanha no Médio Purus

Em 2008 a COOPMAS foi criada com o auxílio de diversas organizações governamentais - como o Ministério de Integração Nacional, o Governo do Estado do Amazonas e o CNPq/FAPEAM - como uma derivação da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia de Sardinha (ASPACS). A Cooperativa, como é conhecida, trabalha majoritariamente com a castanha e, mais recentemente, o óleo de copaíba.

Segundo o seu presidente, Astrogildo Oliveira, a Cooperativa compra a produção dos castanheiros regionais. Essa produção passa por um extensivo processo de tratamento e é posteriormente revendida. 1% é vendido dentro da própria região, 8-9% é vendido ao governo como parte de programas de merenda escolar e 80-90% é destinado ao sul do Brasil, região na qual a castanha será vendida em supermercados. Até agora, a

cooperativa tem tido dificuldades de vender para o mercado exterior, porque este exige uma produção constante e de maior porte.

O preço pago ao castanheiro pela sua produção é de R\$ 45 a lata, e uma lata contém em média três quilos. A cooperativa vende a castanha tratada a revendedores ao preço de R\$ 37,50 ao quilo. Lembrando que são três quilos por lata, a diferença entre o que a cooperativa vende e compra é de R\$ 22,5 por quilo ou R\$ 67,50 por lata ($37,5 \times 3 - 45 = 67,50$; $37,5 - 45/3 = 22,5$). Nestas margens, claro, estão embutidos os custos (em outras palavras: não se trata de lucro líquido), principalmente o de tratamento da castanha.

O processo de compra e venda envolve o que Astrogildo chama de capital inicial: “Ninguém aqui trabalha sem um adiantamento. A cultura da região é que no início da safra o produtor precisa de um custeio, cesta básica para ir ao castanhal retirar o produto... se dizer que não tem recurso, vende para outro”. A cooperativa adianta bens para os produtores (normalmente em forma de cesta básica) no início da safra e, ao final, espera que estes produtores que recebem o ‘capital inicial’ vendam sua safra a eles.

O problema atual da cooperativa é que há uma alta e crescente taxa de ‘inadimplência’: comunidades e produtores que recorrem ao recurso inicial, mas acabam vendendo para os ‘atravessadores’, nas palavras de Astrogildo. 2016 foi o ano em que houve mais ‘inadimplência’, com cerca de 80% do capital inicial não obtendo retorno. A cooperativa culpa o imediatismo, a procura do melhor preço por este fenômeno.

A COOPMAS é responsável, hoje, por um percentual decrescente da produção castanheira do Médio Purus, cerca de 20% em 2016. Em 2015 sua safra foi de trinta mil latas, em 2016 foi de quinze mil. Considerando que as dimensões de safras mudam de ano para ano, é incorreto afirmar que a parcela que cabe à cooperativa caiu pela metade, mas ela com certeza tem encolhido ao longo dos anos.

Extrapolando os dados da Cooperativa, a safra de 2016 foi em torno de 75 mil latas ou 225 mil quilos. Isso renderia um valor de R\$ 3.375.000 aos produtores por castanha não-tratada e R\$ 8.437.500 aos intermediários locais por castanha tratada. Mas o problema é que os preços da Cooperativa, a despeito do que diz Astrogildo, na

verdade tendem a ser os mais altos. Por exemplo, na aldeia Banawá, os dois regatões que estão ativos por lá oferecem entre R\$ 22 e 25 a lata, aproximadamente metade do que oferece a COOPMAS. Assim, os produtores receberam significativamente menos do que este valor de cerca de R\$ 3.300.000. Segundo Astrogildo, o preço de ‘supermercado’ no Sul oscila entre R\$ 60-80 ao quilo, rendendo um total de entre R\$ 12.150.00-16,200,00 para os revendedores do Sul (que é o destino de 80-90% da safra)³⁵.

Eu suponho que a frustração da cooperativa com os ‘atravessadores’ pode ser vista como uma mudança de rumo na estrutura produtiva, algo que se assemelhe mais à ‘competição’ e se distancie da rigidez associada ao aviamento. Tendo, porém, a discordar dessa interpretação. Primeiro, as palavras de Astrogildo sobre a ‘cultura local’, na qual ninguém trabalha sem adiantamento, tendem a confirmar o que Santos (1980) e Weinstein (1983) dizem em seus respectivos livros, que o aviamento engendrou um modelo de sociedade e sociabilidade que extrapolou para muito além da produção de borracha. Segundo, os ditos atravessadores são, em si, patrões e regatões, que utilizam diversas e conhecidas estratégias para se apropriarem da produção das comunidades.

Um exemplo ilustrativo da safra de 2016 pode ser visto nas aldeias Banawá³⁶. Segundo Pedro Banawá e Isaac Banawá, os regatões se fazem valer de relações pré-existentes para se apropriar da produção das comunidades, particularmente farinha, castanha e copaíba. No caso da castanha, afirmam que a “associação [COOPMAS] ofereceu 50 por lata mas Banawá não puderam vender pra ela porque estávamos endividados com os regatões, que são quem trazem as coisas para nós. A gente até queria vender, ela paga melhor, mas não pode”. Como dito anteriormente, os regatões que operam na TI Banawá pagaram aproximadamente metade do preço da COOPMAS. Desses dois regatões o primeiro, chamado de Antônio, vendeu sua parte da safra diretamente em Manaus e o segundo, chamado de Natalino, revendeu a safra para a própria COOPMAS. Quando perguntei para Astrogildo sobre isto ele afirmou que Natalino havia se apresentado como representante dos Banawá, e só depois descobriram que ele era de fato um regatão.

³⁵Lembrando que esses números são estimativas extrapoladas dos dados providenciados pela COOPMAS. Assim, é importante não tratá-los como números definitivos que abarcam a totalidade da produção castanheira do Médio Purus.

³⁶ As duas aldeias Banawá são chamadas de Aldeia Banawá e Aldeia Paraíba.

As comunidades não vendem para os ‘atravessadores’ porque pagam um melhor preço, mas sim porque existem relações pré-existentes. Mesmo quando uma comunidade quer romper seu laço com seu patrão (e esse é um sentimento exibido por ambos, Pedro e Isaac Banawá) a dívida muitas vezes cria uma obrigatoriedade ao redor da relação. Trata-se de comportamentos que podem parecer irracionais, olhando de fora, na medida em que indivíduos e comunidades aparentam aceitar e perpetuar arranjos econômicos ‘desfavoráveis’. Entendo, porém, que no âmbito da lógica do aviamento tais comportamentos obtêm sentido, uma vez que garantem o acesso às próprias mercadorias, e, desse modo, podem ser vistos como constitutivos dessa formação social.

É importante, também, não entender a COOPMAS como fora do jogo de relações do aviamento. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) apresenta duras críticas à COOPMAS, começando por não considerá-la uma cooperativa. Segundo a CPT, a COOPMAS funciona como uma empresa particular, uma vez que ela enquanto entidade tem uma margem de lucro: os ditos cooperados não recebem o valor de sua produção. Como resposta a essa insatisfação, os castanheiros do Ituxi, responsáveis por aproximadamente 60% da produção de castanha do Médio Purus, estão tentando formar uma cooperativa própria. Aliás, a utilização do ‘capital inicial’ é, a meu ver, uma tentativa (mais branda) de criar vínculos de obrigatoriedade com os produtores, porém, aparentam ser menos eficazes do que os vínculos utilizados por patrões e regatões. Nas palavras de Zé Bajagá Apurinã (ex-presidente da FOCIMP): “Meu pai é assim. Não tem pessoa que consegue tirar da cabeça dele que ele tem que trabalhar pro patrão dele. Fez isso a vida toda”.

Por outro lado, se existe uma tendência mais clara é que essas tentativas de diversificar a produção castanheira (da qual a COOPMAS é com certeza a mais eminente) estão perdendo espaço para o aviamento ‘tradicional’. Nas palavras de Astrogildo:

[A COOPMAS] tem muita dificuldade de trabalhar e planejar, a concorrência é muito grande. Estamos atalhados na frente pela dívida, o preço pago [ao produtor pelo patrão] é irrisório. Atravessadores vendem petróleo, ganham no produto e na mercadoria. Eu não tô otimista não. A gente tem melhorado, cada ano a gente melhora um pouco. Nosso esforço é vitimado, somos vítimas de perseguição. Para a cooperativa avançar precisamos dos produtores e comunidades. Mas essa não é uma cultura que se tem na região. Eu não vejo muita perspectiva não...Estamos

hoje endividados, cada ano a gente enfraquece mais. 80% do capital investido não obteve retorno, foi o ano com mais inadimplência... (Astrogildo, 2016).

3.2.2 O Castanhal de P24

Como foi escrito no capítulo anterior, o Rio Tumiã tem uma longa e contínua história de violência, primeiro com P23 e nos dias atuais com seu filho, P24. A comunidade ribeirinha que reside na foz do rio Tumiã com o Rio Purus se chama de Luzitânia, e sua principal atividade econômica consiste na extração de castanha.

Antes de entrar em uma descrição do castanhal em si, é importante notar que a situação da comunidade de Luzitânia não deve ser vista como um protótipo representativo de castanhal no Médio Purus atual, mas a meu ver, antes, como um ‘tipo ideal’ Weberiano (1904), ou seja um exagero da realidade (mas que, neste caso, existe no real). P24 é considerado um dos maiores patrões da região, não necessariamente devido a sua influência e recursos, mas principalmente pelo seu comportamento. É um dos relativamente poucos patrões ‘presenciais’, que passa uma grande quantidade de tempo por ano no ‘seu’ castanhal e exerce um controle direto no dia-a-dia de ‘seus’ fregueses. Escrevo isso não para situar Luzitânia como exceção, mas, sim, talvez como a forma mais acentuada e visível do aviamento no Médio Purus.

É irônico, portanto, notar que nem Luzitânia nem o castanhal são, legalmente, propriedade de P24. Formalmente fazem parte da RESEx (Reserva Extrativista) Médio Purus, supostamente uma área de preservação ambiental. Mas, como foi escrito no capítulo dois, nunca houve uma relação estreita entre a posse (propriedade concreta e material, do dia a dia) e a propriedade jurídica *de facto* no aviamento. E, lembrando a citação de Weinstein providenciada no capítulo dois, muitas vezes o único ‘título’ era a espingarda do patrão, que nesse caso assume a forma da polícia de Lábrea.

No capítulo dois foi mencionado que P24 utiliza a ameaça de violência para intimidar as comunidades Apurinã do Tumiã. Estes descrevem sua relação com o castanhal da seguinte forma: “Esse castanhal ai, se quebrar castanha ai, ele vinha com a autoridade e ia preso. E se ver índio quebrando castanha, ele vai ficar debaixo das castanha. Ele não deixava tirar duas castanhas de lá” (Senhor Apurinã, 2014). Mas essa exclusividade é aplicada tanto ao interior da comunidade como, também, ao exterior:

em 2013 foi expulso de Luzitânia um senhor ribeirinho que se recusou a quebrar castanha para o patrão. O pressuposto é que todos os moradores de Luzitânia são fregueses, aqueles que não forem não serão mais moradores.

De acordo com os poucos ex-fregueses de P24 que conheci, a castanha é contabilizada em caixas (e não latas, de acordo com o padrão regional). De cada dez caixas de castanha preenchidas pelo freguês, oito eram de P24, duas do freguês. A castanha do freguês era vendida ao patrão para pagar o alimento e, principalmente, a cachaça. Caso não obtivesse saldo, a dívida era contabilizada para o próximo ano. Esse arranjo foi sintetizado por um ex-freguês com a seguinte frase: “dez anos eu trabalhei para o P24. Dez anos ele me roubando” (Senhor Apurinã, 2014).

Além das ameaças descritas acima, há outras coerções aplicadas aos moradores da comunidade. Por exemplo: apesar de a comunidade ter uma escola, a escola é ‘do P24’, e somente crianças cujos pais são fregueses são permitidas a frequentar a escola³⁷. Um fiscal de mesa durante as eleições de 2010 constatou que P24 matou um boi e deu um pedaço para cada família, depois dirigiu-se com eles para a mesa eleitoral e informou-os em quais números deveriam votar.

Em 2014 ocorreu uma ação do Ministério Público do Trabalho no castanhal de Luzitânia que responsabilizou P24 e o ex-prefeito de Lábrea, Gean Barros, por colocar 21 pessoas em condições análogas à escravidão, incluindo dois adolescentes e quatro crianças (Santini 2014)³⁸.

No caso específico, [P24] fornecia desde itens básicos como açúcar, café, óleo vegetal, sabão, arroz, carne em conserva, leite em pó, bolacha, até itens essenciais para o trabalho, como gasolina e diesel para o transporte por barcos, além de botas, terçados e lanternas. Na mata, ele cobrava cerca de 20% a mais do que o preço que os mesmos itens eram comercializados em Lábrea. Os trabalhadores só recebiam após o fim da safra, e dependiam do barracão para sobreviver.

³⁷ Confesso que sobre a escola eu tenho um pouco de incerteza. Algumas pessoas deram a entender que somente as crianças que *trabalham* para Oscar podem frequentar ‘sua’ escola. De fato, a ação do Ministério Público do Trabalho (ver introdução) constatou trabalho infantil no castanhal. Mas o meu entendimento da regra é que somente as crianças dos fregueses podem frequentar a escola.

³⁸ Na matéria de Santini é atribuído a P24 uma defesa do trabalho infantil “uma certa forma e até uma certa maneira de educar” (Santini 2014). Considero importante não ver esta declaração de forma cínica: de fato, incluir crianças no aviamento desde cedo tem um efeito pedagógico na medida em que engendra nelas, também desde cedo, as relações e sociabilidade do aviamento.

Os bens adquiridos em um armazém eram descontados aos ganhos com produção, e, sem controle ou opção, alguns recebiam R\$ 100 ou R\$ 200 por todo trabalho realizado durante a safra. Há também depoimentos de trabalhadores que terminaram o período endividados e tiveram de trabalhar na safra seguinte para pagar o barracão. O emprego das crianças pelos pais está relacionado à preocupação das famílias em tentar aumentar os ganhos. “Estamos falando de um sistema de barracão com um barracão físico. Um paiol para armazenar as castanhas, além do armazém e da casa grande. É um sistema clássico”, explica o auditor [x] (Santini 2014).

A estimativa proferida pelo auditor foi que os fregueses recebiam R\$ 1,5 por quilo, o que seria 10% do que a Cooperativa oferece (R\$ 15 ao quilo) (Santini 2014). Todos estes elementos, entre outros, qualificaram P24 e Gean Bastos como exploradores de trabalho escravo³⁹. Mas é importante entender que, hoje, a maioria (se não todas) destas pessoas continuam sendo fregueses de P24. Além do mais, conversando com os membros do grupo que fez a ação em 2014, muitos confessaram ter ficado surpresos com a postura dos membros da comunidade: quando estes descobriram a ‘natureza’ da ação, pararam de cooperar e falar com os agentes governamentais.

3.3 O papel dos cartões no aviamento contemporâneo

³⁹ E isso rendeu rescisões no valor de R\$ 58.978,42 aos dois, o que pode parecer uma grande quantia para os padrões regionais, mas também revela que o Estado brasileiro enxerga a escravidão como questão trabalhista e não criminal.



Como exposto anteriormente, a retenção de cartões é um fenômeno que aparenta ter uma ampla difusão nacional, que já provocou ações em diversos estados pelo Ministério Público e a Polícia Federal. Desse modo, é importante ter cautela em distinguir a retenção como fenômeno isolado (mas aparentemente difuso em plano nacional) e a retenção de cartões que acontece como parte ou continuação do aviamento, uma mudança que visa algum tipo de continuidade.

Por exemplo: a comunidade Belo Monte é uma das maiores comunidades ribeirinhas da região, localizada dentro do município de Tapauá. De acordo com a CPT, todos os cartões dos moradores de Belo Monte são retidos pelo gerente da Lotérica. Ele cobra uma ‘taxa administrativa’ de moradores por gerenciar seus cartões: todo mês ele retira o valor do benefício social, cobra sua taxa, e repassa o resto do dinheiro para cada morador. Esta é uma prática ilícita e um exemplo de retenção de cartões, mas não faz parte do sistema de aviamento.

3.3.1 Os cartões Madihadeni



Foto de autoria própria

Os dados do censo de cartões que fiz com os Madihadeni do Cuniuá está em anexo. De um total de 157 cartões englobando os programas Bolsa Família, Salário para Deficientes, Aposentadoria e salário de Professores, Motoristas Fluviais e AIS (Assistente Indígena de Saúde), 58 estão com os Madihadeni e 99 (63%) com os Patrões. Optei por não incluir o seguro maternidade por dois motivos: primeiro, ele não é um benefício constante, o que o torna especialmente difícil de analisar; segundo, porque os Madihadeni tendem a recebê-lo de forma acumulada em um único pagamento quando vão à cidade para sacá-lo. Invariavelmente, quando perguntava sobre o seguro maternidade, a resposta era ou ‘já veio e já gastou’ ou ‘ainda não fomos receber’. O ‘gastar’ pode muito bem acontecer com o patrão, mas a forma como o benefício é recebido difere dos outros.

As dívidas que estão incluídas na tabela não representam nenhum momento temporal definitivo. Os dados foram levantados durante um período de três meses nas comunidades Madihadeni do Cuniuá, assim, os dados da primeira comunidade pesquisada (Samauma) são referentes a um período três meses anterior à última comunidade (Limoeiro). Dado que a dívida (pelo menos em seu valor numérico) é fluida, esses valores já estavam desatualizados durante o próprio trabalho de campo.

Também é importante entender que a forma como a dívida é contabilizada e transmitida não é a forma que a tabela indica. São raros os Madihadeni que conseguem

providenciar um valor concreto referente às suas dívidas. Ao invés disso o que é oferecido é um número de meses que precisam esperar até poderem voltar à cidade. Os patrões dizem ‘volta em Julho’ ou ‘volta daqui a quatro ou cinco meses’. É relativamente raro contabilizarem qual é o ‘verdadeiro’ valor da dívida, mais raro ainda providenciarem este número aos Madihadeni e, com a exceção de apenas dois casos, nunca providenciam um ‘talão’ (efetivamente uma nota fiscal, algo que lista os bens obtidos e seus preços). É importante entender, portanto, que, discursivamente, os Madihadeni devem aos seus patrões meses, não números. Os valores presentes na tabela, em sua maioria, são uma extrapolação feita por mim ou pelos próprios Madihadeni de multiplicar os valores de seus benefícios sociais pelo número de meses que devem.

Como foi escrito anteriormente, 63% dos cartões dos Madihadeni estão retidos, representando um valor mensal de R\$ 44.016,44, 55% do valor total de R\$ 79.996,04 que deveria chegar à comunidade mensalmente. Em comparação com o óleo de Copaíba, o único comprador regional (a empresa alemã) oferece uma contrapartida financeira de R\$ 15.000 por mês (500 litros por mês x R\$ 30 por litro). Mesmo se for levado em conta a estimativa da cooperativa de toda a produção regional, R\$ 60.000 (2000 litros por mês x R\$30 por litro), isso ainda é inferior ao valor mensal de remessas estatais somente aos Madihadeni, e ainda é necessário lembrar que o valor ‘real’ é bem menor, uma vez que os outros compradores pagam um preço inferior à empresa alemã.

Sendo assim, é compreensível que os patrões veriam nos cartões uma nova e rentável fonte de renda. Posicionando-se mais uma vez como intermediários, conseguem, pelo menos no caso dos Madihadeni, ter acesso direto a mais da metade do valor das remessas. No total, são 16 patrões que retêm cartões Madihadeni, mas se trata de um número inflado: sete detêm apenas um cartão (o que não significa que não detenham cartões de outros fregueses de outros povos) e um detém dois. Assim, a maioria dos cartões é detida por oito patrões.

Patrões detentores de cartões Madihadeni				
Nome	Valor Total	Valor Percentual	Cartões Retidos	Cartões Percentual
P2	R\$9.484,00	12%	14	9%
P3	R\$ 4.350,60	5%	9	6%

P7	R\$ 7.616,07	10%	20	13%
P8	R\$ 1.280,00	2%	9	6%
P10	R\$ 5.427,00	7%	17	11%
P11	R\$ 2.805,00	4%	11	7%
P12	R\$ 2.498,90	3%	5	3%
P15	R\$ 2.690,00	3%	5	3%

Tabela de elaboração própria

Acumuladas, as diferentes transferências feitas pelo governo providenciam aos patrões uma renda elevada, especialmente para os padrões regionais (como foi mencionado na Introdução, no censo do IBGE de 2010, 91,95% dos habitantes de Pauini tem uma renda de até R\$ 70,00 por mês). Mas é importante ter em mente que a exclusividade e a relação de pertencimento no aviamento é assimétrica: o freguês pertence ao patrão, mas o patrão não pertence ao freguês. Escrevo isso porque nada impede esses mesmos patrões de reterem cartões de ribeirinhos e outros povos do Médio Purus (o que, de fato, fazem). Sendo assim, a tabela providenciada acima não deve ser vista como totalizando a renda que os cartões providenciam a esses patrões, mas apenas a parcela dos Madihadeni dessa renda.

Recorro ao termo “renda” porque, a meu ver, os cartões são uma fonte de renda dos patrões. Ocasionalmente essa renda necessita de um dispêndio para ser mantida, na forma de mercadorias. Mas, se os fregueses nunca mais reaparecerem na loja dos seus patrões, estes continuariam recebendo e usufruindo financeiramente de seus benefícios: só porque existe uma contrapartida entre patrão e freguês não quer dizer que se trata de uma relação mercantil. Em outras palavras, na minha visão não se compra ‘mercadoria’ do patrão por intermédio do cartão. Ao invés disto, obtém-se o acesso às mercadorias do patrão ao se transformar em freguês, e o cartão media essa relação.

3.3.2 Práticas do aviamento contemporâneo

Em larga medida, a prática em relação aos cartões se conforma àquela associada ao aviamento como descrito anteriormente. A diferença, neste caso, é que a contrapartida (em retorno ao acesso às mercadorias) não é feita pelo trabalho do freguês, mas sim por meio de seu benefício social. Para que o sistema funcione é necessário que

o patrão tenha acesso a esses recursos. No caso do bolsa família, por exemplo, ele ou ela necessitam acesso seja à conta fácil na Caixa Econômica Federal do freguês ou, alternativamente, o consentimento do dono de uma lotérica. No caso de aposentadoria, o patrão precisa do cartão (pelo que pude observar é sempre do Banco do Bradesco) e da senha do freguês.

BDN - BRADESCO DIA E NOITE
EXTRATO MESES ANTERIORES CONTA FACIL
TERM :036784
11:11 HRS
30/ABR/2016
AGENCIA 3/23

DATA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
29/01	SALDO ANTERIOR		578,31
01/02	SAQUE CC AUTOAT 5165483		<u>570,00</u>
	AG03723MAQ035165SEQ0648330011253		
01/02	SEB PRESTAMISTA 4356188		2,36
01/02	ENC LIM CREDITO 4356188		23,60
	SALDO EM 01/02		17,65
02/02	IOF UTIL LIMITE 4356188		0,46
	SALDO EM 02/02		18,11
10/02	PARC CRED PESS 5080041		181,89
	CONTR 241460271 PARC 031/036		
	SALDO EM 10/02		200,00

TAXA CHQ ESP.: 12,62% A.M., 316,71% A.A.
VCTO.: 20/06/2016
Demonstrativo para simples conferencia.

(Fonte: Foto de autoria própria. O saldo de [x] era de R\$ 578,31. A parte sublinhada é um saque de R\$ 570,00 feito em um caixa eletrônico por seu patrão, que em conjunto com várias cobranças de juro e pagamento de dívidas financeiras subsequentes deixa seu saldo em um déficit de R\$ 200,00).

Em seu nível mais elementar, o aviamento de cartões pode ser simplificado a essa prática: o freguês compra a mercadoria do patrão, e deixa seu cartão pagando sua dívida, semelhante ao aviamento ‘tradicional’, porém diferente no quesito de quem está ‘trabalhando’ para saldar a dívida. Mas, como virtualmente todo autor que escreveu sobre o aviamento já notou, são as práticas ‘auxiliares’ do aviamento que geram suas características mais notáveis: a manipulação dos preços, a trapaça tanto na contabilização da dívida quanto da produção (a frequente acusação de que seringueiros misturavam areia com borracha para aumentar o volume de sua produção), a constante ameaça de violência, o monopólio da compra e venda etc. Cumulativamente essas

práticas geram um sistema no qual o freguês se encontraria sempre em situação de dependência para com o seu patrão.

Primeiro, a manutenção da dívida. Pode-se observar na tabela que vários dos Madihadeni deixavam seus cartões com algum determinado patrão, mas hoje não o fazem ou deixam com outro. Isso talvez poderia ser visto como um avanço, exceto que mesmo durante o auge da economia da borracha, ocasionalmente fregueses ‘tiravam saldo’. O ‘refrão’ bibliográfico sempre foi ‘difícilmente o freguês conseguiria tirar saldo’ – não uma impossibilidade. De outro lado, também é ingênuo, como tentei assinalar anteriormente, considerar que obter um saldo equivale a romper a relação de dependência ou livrar-se do patrão. Talvez o exemplo mais dramático disso possa ser visto no caso dos antigos patrões do Ituxi (ver capítulo dois).

Não há uma garantia de que as manipulações que visam perpetuar a dívida não serão bem sucedidas *a priori*. E é importante notar que, quando elas falham, com frequência outra estratégia é revelada, tal como a violência. Quando [x] conseguiu pegar seu cartão de volta de P2, este o ameaçou de morte e continua afirmando que se algum dia o reencontrar irá atacá-lo fisicamente. Isso, por sua vez, levanta a questão de como [x] conseguiu pegar seu cartão de volta, e a resposta é: com o auxílio da FUNAI. São raríssimos os casos em que algum freguês consegue reaver seu cartão sem o auxílio de alguma organização governamental (no caso das comunidades indígenas, quase sempre a FUNAI). Os patrões invariavelmente afirmam que os fregueses ainda devem ou inventam outras explicações, por exemplo: na última vez que alguns dos Madihadeni tentaram reaver os cartões que deixaram com P7, esta afirmou que não podia devolver os cartões porque seu filho havia levado-os para Manaus.

Além disso, também é importante notar que as manipulações de preços continuam no aviamento de cartões. P11 é um dos poucos patrões que entregou um ‘talão’ para um de seus fregueses, [x]. A dívida inicialmente contabilizada foi de R\$ 28.296,00 (ver anexo 3, pp. 156-173). Uma comparação dos preços oferecidos por item com os preços cobrados por P11 em sua loja mostra que, em média, P11 cobrou preços 51% maiores sem ajustar por inflação e 71% maiores ajustando por inflação (ver anexo 3, pp. 167-173). No primeiro capítulo eu apresentei uma tabela que mostrava o aumento médio do preço das mercadorias na cadeia de aviamento, mas esses aumentos não são equivalentes entre si. Uma coisa é o aumento que cada intermediário oferece ao

próximo (até alcançar o seringueiro). O aumento dos preços no talão de [x] é uma comparação dos preços cobrados por P11 com sua própria loja, lembrando que é [x] que fez o deslocamento para comprar do seu patrão, e não o contrário. Como foi observado anteriormente, o preço é uma ficção cuja finalidade é a manutenção da dívida. Considerando a aposentadoria de [x], serão necessários mais dois anos para ele saldar sua presente dívida ($25.455,85/950,00=26,8$) mas esse número é otimista, porque em 21 meses (3/7/2014 até 29/4/2016) a dívida de [x] só diminuiu R\$ 2.840,15 (R\$ 135,25 por mês) de acordo com a contabilidade de P11 (ver anexo X, p. 167), a despeito de ele ter em sua posse o cartão de aposentadoria de [x], que rende R\$ 950,00 por mês. Nesse ritmo, [x] só quitará sua dívida em 188,2 meses (15,7 anos).

Ao longo desta dissertação, há recorrentes referências às trapaças dos patrões e considero importante notar que a posição assimétrica de poder do patrão face aos ‘seus’ fregueses lhe confere tremenda oportunidade de exercer sua criatividade. P7, por exemplo, cobra juros sobre as dívidas de seus fregueses. Ela cobrou de um freguês um mês de juros (R\$ 161,00), de outro R\$ 2.000 de juros e de um terceiro tentou cobrar R\$ 10.000 de juros antes de se satisfazer com R\$ 2.000. Os juros, nesse caso, não são decorrentes de uma taxa mensal, mas simplesmente um valor acrescentado ao preço total das mercadorias. P7 e seus irmãos são os únicos que exibem esse comportamento específico, mas mesmo que a forma como essa criatividade é exercida não seja padronizada ou possa parecer idiossincrática, ela ainda referencia um padrão de comportamento: a trapaça, a espoliação do “freguês”⁴⁰.

Outro fator que está relacionado à dívida, mas não depende *stricto sensu* dela, é a exclusividade. A exclusividade (o freguês não pode comprar de alguém que não é seu patrão) não é algo passivo: não há nenhuma garantia *a priori* de que o freguês irá permanecer leal ao seu patrão. Muito pelo contrário, essa exclusividade necessita de uma manutenção ativa. Claro que reter os cartões já auxilia muito nesse processo, mas por si só não é suficiente. Podemos observar isso na carta de P11 a um homem Madihadeni (fotos do documento original em anexo 7, pp. 180-181):

Lábrea 11 / Junho 2015

Prezado Senhor [x]

⁴⁰ Outro exemplo: Após a conclusão do processo de *impeachment* contra a então-presidenta Dilma Rousseff, P2 informou aos “seus” fregueses que a direita havia tomado o poder e suas aposentadorias haviam sido cortadas pela metade.

Quero informar que você comprou no dia 17/04/2014 no Supermercado Paes e no dia da compra você deu para sua conta (200,00) duzentos reais. Ficou de Regularizar seu cartão Bolsa Família Para mandar e eu confiei e você não honrou o compromisso, pesso caso você não pague com a máxima urgência eu Poderei chegar até ai Para nós se acertar mas espero como você comprou e eu lhe Atendi da melhor forma Possível quero que também que pague sua conta que já faz mais de 1 ANO e quatro Mês. Por isso Amigo quero que você entenda PARA evitar ABOrecimento.

Espero uma resposta urgente. Porque você veio aqui na cidade e nem compareceu aqui na loja.

Ai Mostra o seu desinteresse caso você não tenha o dinheiro compre a mercadoria que você comprou que eu recebo.

Sem mais

Deste que lhe Ajudou,

P11

Apesar de cobrar que o Madihadeni em questão quite sua dívida, o patrão diz que não ter dinheiro não é problema. O que realmente o incomoda é que seu freguês comprou em algum outro lugar (supermercado Paes) e não em sua loja, o que é um rompimento do pertencimento do freguês ao patrão. Mas o que isso também revela é a capacidade de monitorar o comportamento financeiro dos fregueses pelo patrão quando este tem acesso à conta do freguês por meio do seu cartão. Anteriormente, ainda neste capítulo notei que é importante enxergar a continuidade na mudança. P11 e seu pai P49 eram patrões do seringal Seriã. O abandono do seringal e o reinvestimento de seu capital em um comércio indica que não são mais seringalistas, mas de nenhuma forma indica que abandonaram o aviamento enquanto prática e, igualmente, enquanto forma de manter sua dominação e perpetuar a relação de pertencimento entre ambos. Repetindo a citação de Gilton Mendes:

O sistema de aviamento, em toda sua história de formação, marcou profundamente a vida econômica e social desses povos e comunidades: esculpiu um modelo muito particular de relação (assimétrica) entre credores e devedores, patrões e fregueses, presentes nos dias de hoje sob nova roupagem (Dos Santos 2011, p. 18).

Nada do que ocorre no aviamento está ‘dentro da lei’, mas há algumas práticas que são consideradas mais perniciosas do que outras. A mais malvista talvez seja a de alguns patrões fazerem empréstimos bancários em cima dos cartões de seus clientes, principalmente pelo mecanismo de crédito consignado. Padre Éder⁴¹, em 2014 coordenador da CPT da Prelazia de Lábrea, notou que muitos senhores e senhoras ribeirinhas vinham perguntar por que suas aposentadorias tinham caído pela metade, para depois descobrir que seus patrões fizeram empréstimos de cinco mil reais em cima de seus cartões. Por exemplo, [x] Apurinã, cacique da comunidade Vila da Paz, possui dívida bancária de R\$ 2.801,06 referente a quatro empréstimos feitos a partir de sua aposentadoria, pelo seu patrão, no período 2011-2015. Acima assinalei que, em muitos casos, o aviamento de cartões depende da permissividade de outras pessoas que não são nem patrões, nem fregueses. A multiplicidade de empréstimos feitos em cima de cartões de fregueses realizados por patrões evidencia isso mais dramaticamente. Empréstimos em cima de cartões são um bom negócio para bancos porque o dinheiro (oriundo do Estado) é garantido, não havendo risco de desemprego ou inadimplência. E, por mais que algumas instituições, como a FUNAI, ou organizações, como o CIMI e a CPT, tentem evidenciar a fraude, a dívida sempre é paga.

3.4 Mudança e Continuidade

Talvez a maior mudança, nos casos de comunidades como as dos Madihadeni, que não são regularmente visitadas por seus patrões, é que hoje o deslocamento é feito pelas comunidades. [x], motorista fluvial do CIMI e morador da região, expressou esse fenômeno da seguinte forma: “Eu entendo quando eram os regatão porque eles vinham até aqui. Mas eles [os Madihadeni] vão até lá [a cidade] pra ficar na mão dos outros”. Claro que é um erro tentar enxergar isso por uma ótica puramente econômica: assim como Oiara Bonilla (2011) já notou várias vezes em relação aos Paumari, o mundo dos brancos não é outro mundo, ele é apenas mais um desdobramento do cosmos a ser experimentado e vivenciado. Há prestígio e prazer em simplesmente se deslocar para a cidade, em viajar, em ver o mundo. Não estou de nenhuma forma tentando alegar que o comportamento exibido pelos Madihadeni seja ilógico ou irracional. Estou, simplesmente, tentando apontar que o aviamento não ser praticado da mesma forma como foi feito há cinquenta ou cem anos atrás não indica que deixou de existir. Só

⁴¹ Em 2012, Padre Éder foi ameaçado de morte e ficou foragido por denunciar o assassinato de seis assentados no sul de Lábrea e Canutama.

porque os patrões não viajam regularmente até as comunidades (o que muitos ainda fazem, especialmente aquelas envolvidas com castanha) não quer dizer que não continuem sendo patrões das comunidades.

É também importante notar, como assinali anteriormente, que as comunidades não são entes passivos. Muitas pessoas que têm seus cartões retidos tentam buscá-los de volta, e muitas organizações, como o CIMI e a CPT, e órgãos governamentais como a FUNAI, têm tentado combater o aviamento de cartões. Em 2009, por exemplo, a CPT fez um levantamento acerca dos cartões de comunidades perto de Pauini, descobrindo que um comerciante detinha, sozinho, quarenta cartões. Após uma série de denúncias uma operação foi conduzida por órgãos governamentais e os cartões foram devolvidos para os moradores. Um ano e meio depois, todos os cartões estavam novamente retidos. Por um lado, isso tende a evidenciar o ponto de Weinstein e Santos, sobre o aviamento ter criado um modelo de sociabilidade e atividade econômica na região. Mas também não se pode ignorar que essa re-retenção não é um processo passivo: a CPT descobriu que, após a operação, os comerciantes iam para as comunidades, cobravam dívidas anteriores e re-aviavam os seus fregueses.

Antigamente os ‘talões’ eram considerados uma das características do aviamento, mas estão tendendo a desaparecer, uma vez que podem facilmente ser instrumentalizados pelos fregueses. Os Madihadeni, hoje em dia, recebem um pedaço de papel, rabiscado com um número, ou lhes é dito um mês em que podem voltar, algo que dificilmente pode ser utilizado como um instrumento jurídico a fim de contestar a dívida ou problematizar, em foros legais, a relação de exploração, expropriação e, sobretudo, pertencimento.

Em minha última ida a campo estava surgindo mais uma adaptação dos patrões: estes cobravam dos seus fregueses que fizessem uma procuração para eles. Ao se tornarem procuradores dos ribeirinhos e indígenas, ganhavam um embasamento legal pelas suas atividades. Lembrando que, para os fregueses, a única forma de conseguirem os seus cartões de volta é acionando organizações governamentais, e, nesse sentido, as procurações aparentam ser uma nova estratégia desenvolvida pelos patrões para se ‘protegerem’. É impossível dizer o quão eficaz será essa nova estratégia, mas é importante ter em mente que a dinâmica continua.

4. Considerações Finais

Foi o marido de Jumahinia que deu origem aos que iriam ser brancos. Quando ainda não existiam pessoas⁴², diz-se que Ajimarihi as colocou no mundo. O mundo, em contraposição [aos brancos] existe por si só Ele existe assim mesmo, sem ninguém tê-lo criado. A terra também existe por si só. Ela possui caráter ancestral. Ela não acabará. O branco⁴³ porém, por mais que se apegue à terra e tenha ciúmes dela, morrerá de velhice. Deixará para trás seus ex-pertences. O branco, que pensa que nunca morrerá, insiste em ter ciúmes [querer ser dono] das coisas; um dia começará a sentir dores no coração, e quando então morrer, a terra continuará existindo [não se acabará]. A casa dele continuará existindo [não se acabará]. A casa dele continuará de pé depois da sua morte. A FUNAI por sua vez pensa: “Vamos controlar as coisas”, mas as coisas não se acabarão nunca. A beira do rio não se acabará.

A respeito do Suruwaha, então: os Suruwaha não têm dono. Nós somos seres humanos. Nós temos autonomia. Diferentemente disto, um queixada quando é criado como animal doméstico ganha sua comida do seu dono. Nós não somos animais domésticos. Somos pessoas. Em comparação a vocês somos baixinhos como crianças, mas não somos crianças. Podemos nos parecer fisicamente com crianças, mas somos conhecedores da mata. Conhecemos todos os animais de caça. Diferentemente de nós, um queixada transformado em animal de criação depende do seu dono. O dono dele o conduz nos caminhos em que anda. Nós, porém, não somos queixadas. Somos pessoas e não bichos. Não existem cordas para nós. Nós aqui não vivemos amarrados. Nós sabemos das coisas. Nós não somos de estatura alta, mas somos assim mesmo, podemos parecer crianças. Os brancos, porém pensam: “Eles são apenas crianças. Não os respeitaremos. Os Suruwaha são apenas uns baixinhos” (Kahubuhwa apud Azevedo 2011, p. 323-324).

⁴²Pessoa (*jadawa*) é um conceito de notória complexidade em cosmologias ameríndias. Na sociedade Suruwaha, pessoa não se refere a uma espécie biológica, mas sim à capacidade de ter relações intersubjetivas (Azevedo 2012). Os animais, que antes eram pessoas, hoje tem a forma que tem porque perderam esta capacidade, seja porque se objetificaram (como as baratas) seja porque objetificaram os outros (como as onças). “‘Humanidade’ e ‘capacidade de ser sujeito’ parece ser a condição não marcada, englobante no universo Suruwaha” (Azevedo 2011, p. 326). Nada disso, claro, destoa da teorização perspectivista mais ampla sobre povos ameríndios.

⁴³O termo utilizado por Kahubuhwa é *jara*, e como foi escrito no capítulo um, *jara* não se refere especificamente a brancos, mas sim a ‘fornecedores de mercadoria’ (Azevedo 2011, p. 324). Considero que “*jara*” não é tanto uma distinção étnica (nós-eles), mas sim um signo ético, algo que marca a postura de uma determinada pessoa (ou não-pessoa) em relação aos demais seres humanos.

Esse discurso, transcrito e traduzido por Adriana Huber Azevedo, foi dado por Kahubuhwa em 2008, quando a FUNAI tentou entrar em suas terras com o intuito de construir uma casa de apoio⁴⁴. Os Suruwaha consideraram isso uma tentativa da FUNAI de tornar-se ‘dona’ dos Suruwaha, e forçaram que a casa fosse construída fora de seu território. Importante entender, como Azevedo demonstra em sua tese de doutorado (2012), que “somos pessoas e não bichos” e “não existem cordas para nós” são frases que implicam uma a outra: de uma condição inicial englobante, na qual todos os agora-animais eram humanos/gente, ocorre um processo histórico-degenerativo em que estes perderam sua capacidade de ter relações intersubjetivas, ou porque objetificaram outros (predadores) ou porque se objetificaram (presas), e sua forma humana transforma-se em uma nova forma animal. Pode-se dizer, suponho, que a forma corporal se adapta a um novo conteúdo ético. Em outras palavras, na cosmologia Suruwaha a manutenção da humanidade depende, em parte, da rejeição da auto-objetificação, da submissão. Os Suruwaha e quaisquer outros povos capazes de manterem relações intersubjetivas não são os ‘melhores humanos’, são os últimos humanos.

Sendo assim, considero compreensível que, após sofrerem um massacre na década de 1920 (aprox.), os Suruwaha optaram pelo isolamento⁴⁵, que continuou até 1979⁴⁶. Essa estratégia, de efetivamente rejeitar todo o arranjo de relações sociais do Médio Purus, lhes conferiu a capacidade de preservar sua forma de sociabilidade sem ter de se submeter ao aviamento ou agressivamente combatê-lo. E isso leva ao ponto central desta dissertação: o aviamento está posto, ele existe, foi estabelecido no século XIX e vem se desenvolvendo até o atual momento, e o aviamento dos cartões expressa apenas mais um desdobramento desse processo. Todos os povos que habitam o Médio Purus, sejam eles ribeirinhos ou indígenas, desenvolveram, por necessidade, formas de lidar e dialogar com essa situação, e em muitos casos, a reproduzem no seu interior.

Importa observar, sobretudo, que fenômenos como a “regressão agrícola”, ou, mais geralmente, os modos de vida indígenas atuais, não são um evento evolucionário, mas o fruto de um conjunto de escolhas políticas (Rival 1998a), de decisões

⁴⁴Importante notar que a FUNAI tentou fazer isso sem consultar os Suruwaha antecipadamente.

⁴⁵Considero incorreto, porém, enxergar o isolamento como exclusivamente relativo a eventos externos. Como tenho tentado argumentar, o isolamento é fruto de uma postura ética que antecede os eventos históricos que levaram os Suruwaha a tomarem esta decisão e cabe notar, ainda, que os Suruwaha atribuem a causalidade do massacre que sofreram como consequência xamânica de deixarem sua raiva ‘escapar’.

⁴⁶Ano em que missionários do CIMI acidentalmente fizeram o ‘primeiro contato’ com os Suruwaha.

históricas de recusa à assimilação pelos brancos, escolhas e decisões que privilegiaram certos valores (p. ex., a autonomia) em detrimento de outros (p. ex., o acesso às mercadorias) (Viveiros de Castro 2002, p. 342).

Considero muito feliz a equação insinuada nessa passagem, de autonomia *versus* o acesso a mercadorias, uma vez que o acesso a mercadorias, no aviamento, é predicado em participar do jogo de relações sociais, de pertencer a um patrão. É interessante notar que, a partir do que talvez possa ser considerado um vocabulário conceitual compartilhado, diferentes povos chegam a diferentes conclusões, diferentes estratégias, de como lidar com esta situação. Por exemplo: Kahubuhwa utiliza a figura do animal doméstico repetidamente em seu discurso, tanto como imagem quanto como referência direta⁴⁷. De acordo com Oiara Bonilla, os Paumari tendem a se afirmar como animais domésticas (*igitha*) dos *karivá*⁴⁸ (patrões): “Ocupam então a posição fraca, *a priori*, da presa domesticável para escapar à devoração ou à exploração econômica com fraco rendimento relacional⁴⁹ ... o predador potencial ... é transformado, pelo deslocamento dos próprios Paumari, em patrão domesticador” (Bonilla 2005b, p. 58). Em outras palavras, o mesmo destino ou conceito (animal doméstico) oscila entre os polos extremos de destino desumanizador, que deve ser evitado a qualquer custo (um perigo de certa forma ontológico), de um lado, à posição *a priori* de diálogo com o predador-potencial, de outro, mas que, simultaneamente, pode ser instrumentalizada como forma de contra-predação.

Segundo Bonilla (Bonilla 2005a, p. 29-36), o ritual de *amamajo* é o “ritual central na formação da pessoa feminina” que começa com a primeira menstruação e segue várias etapas (reclusão, construção de uma casa cerimonial [moaba], banquete, pintura, banho etc.). A última etapa do ritual é a chegada dos predadores (*tapo'ija*), quando os homens trazem bonecos que simbolizam diversos predadores e os

⁴⁷Lembrando que isso não é uma metáfora. O que difere o animal doméstico (queixada neste exemplo) do humano é exatamente seu consentimento em ser objetificado. Sua forma corporal é apenas reflexo desta opção ética.

⁴⁸Como já foi notado anteriormente, *karivá* é o termo utilizado pelos Madihadeni para designar ‘brancos’ (mas se assemelha mais ao *jara* (fornecedor de mercadorias) Suruwaha).

⁴⁹Interessante notar como a exploração econômica, pelo menos para os Paumari, é equiparada a predação corporal. Diferente do canibalismo Tupinambá o canibalismo aqui não é uma incorporação mútua, mas sim unilateral, uma vez que os Paumari se consideram pacifistas (Bonilla 2005b). Submetendo-se ao aviamento subvertem-o por dentro, conseguindo horizontalizar sua hierarquia assim como ter melhor acesso a mercadorias.

representam frente às mulheres. Após um período de apresentação, intimidação e tentativas de coerção, as mulheres atacam os predadores, seguidas pelos homens, e os destroem. O último ser-predador é o *Jara/kariva* que declara (em português) sua intenção de casar-se com a moça. Quando os pais rejeitam a iniciativa, ele começa a negociar até finalmente ser destruído (Bonilla 2005a, p. 36). Como Bonilla nota, esse ritual tem como principal finalidade proteger a moça de futuros encontros com esses predadores.

Considero que os posicionamentos Suruwaha e Paumari (assim como descritos por Adriana Huber e Oiara Bonilla) são mais semelhantes do que podem parecer em primeira instância. Ambos concordam com a visão do patrão como predador ou predador potencial. Sua diferença principal, a meu ver, estaria na relação por excelência, ou tipo de relação característica, da humanidade. Para os Suruwaha ela é a intersubjetividade, para os Paumari ela seria a relação comercial: “minha hipótese consiste em pensar que a relação comercial é a relação por excelência, para os Paumari” (Bonilla 2005a, p. 48). Isso de nenhuma forma implica serem essas duas relações antagônicas ou incompatíveis entre si: o termo *pamoari* tem dois sentidos, primeiro o povo Paumari, segundo freguês (no sentido do aviamento, aquele que pertence a um patrão). Adicionando o prefixo possessivo (ka-) e o sufixo hi (*ka-pamoarihi*) ele vem a designar o potencial de humanidade/sociabilidade (sendo essa a “capacidade de viver em sociedade”) contida em todos os seres (animais/vegetais/objetos/sol/etc) do mundo (Bonilla 2005a, p. 19). Tudo é potencialmente humano à medida que potencialmente pode viver socialmente/coletivamente, engajado em relações comerciais. E, ao se submeterem ao patrão-predador, atualizam ou despertam essa sociabilidade potencial dentro dos seus predadores potenciais (Bonilla 2016)⁵⁰.

Isso não quer dizer, *a priori*, que houve uma reconfiguração cosmológica entre os Paumari (ou Suruwaha, ou Madihadeni etc.) com o estabelecimento do aviamento (nem implica não ter havido). Considero, porém, que tende a implicar o fato de essas sociedades terem encontrado formas de dialogar, em um plano filosófico, com ele, mesmo que esse diálogo consista em uma plena rejeição. E, talvez, a capacidade do aviamento de se perpetuar se encontre (pelo menos parcialmente) neste diálogo: à

⁵⁰ Pelo que eu saiba, Bonilla nunca usa esse termo, mas de certa forma essa contra-predação pode ser vista como uma forma dos Paumari de civilizar seus potenciais predadores.

medida que ele consegue estabelecer suas relações particulares como normativas, é difícil imaginar como ele não se perpetuaria.

4.1 Perspectivas de uma formação social e econômica pós-aviamento no Médio Purus

Desde pelo menos Euclides da Cunha, alguns autores que passaram pelo Rio Purus ou a Amazônia em geral ofereceram sugestões de como encerrar/abolir/destruir o aviamento. Alguns até tentaram colocá-las em prática, como pode ser visto nos capítulos um e dois (os estadunidenses na Segunda Guerra Mundial, as empresas estrangeiras durante o dito ‘boom’). Mas cem anos de intervenções (e nesta perspectiva a COOPMAS seria apenas a mais recente encarnação) tendem a refletir negativamente nestes esforços, apesar de seus vultuosos recursos financeiros. Sendo assim, considero perfeitamente plausível que o aviamento continue servindo como o modelo de sociedade no Médio Purus. Sempre mudando, desenvolvendo-se, adaptando, mas perpetuando-se.

De outro lado, é possível que haja uma lenta transição em andamento há décadas, em que, gradualmente, o aviamento esteja transicionando para um modo de produção capitalista. Como pode ser visto no capítulo três, a estratégia principal dos padrões tem sido reinvestir seus lucros em diversos comércios. Os cartões permitem que mantenham a relação patrão-freguês, central no aviamento, mas é completamente possível que ela se dilua no decorrer do tempo. ”Hoje ninguém deve nada pra ninguém” (Sautchuk 2008, p. 9) provavelmente nunca será uma realidade, no sentido estrito do termo, porque os bancos têm demonstrado pouco pudor com seus empréstimos, mas pode, talvez, indicar um futuro pós-aviamento. Neste caso, suponho que o aviamento poderia vir a ser classificado como uma forma de acumulação primitiva, não muito diferente do que Marx descreve no 24º capítulo do primeiro volume de *O Capital* (Marx 2008 [1867]) ou, considerando as relações de produção que configuram certos arranjos sociais, no “Manifesto Comunista” (Marx e Engels 1998 [1848]).

Existe a possibilidade de uma ruptura, em que o aviamento viria a ser substituído, de forma muito mais abrupta e violenta, pelo novo arranjo espacial conhecido como o agronegócio:

Tão entrando muito forte pelo Iquiri e parte do Querequeté [ambos afluentes do Rio Ituxi]. Quando vimos, passamos pela cachoeira, vimos que era pistoleiro mesmo. Eu troquei de camisa, botei uma camisa de universidade e disse que tava lá estudando passáro. Rifle com papo amarelo apontado. Mega estrutura, casa de alvenaria, antena de internet, galpão, o galpão com sacada de vidro, todo furado a bala. E dentro dava prá ver ossos humanos.

O cara que se apresentou, ele se apresentou como um ex-coronel do exercito. Funcionário do Dr. Ricardo. “Eu to com quarenta homens trabalhando, fazendo a retirada da madeira. Desses quarenta são vinte armados, fazendo a proteção dos outros vinte.”⁵¹

No meio do mato... estrutura de internet ... umas dezoito horas de motor quarenta [potência do motor] de Lábrea. No final do Ituxi, onde começa o Iquiri. Os castanheiros falam que onde tem os castanhais tá virando pasto, tão tacando fogo. E tão fazendo as hidroelétricas clandestina no Ituxi, o pessoal do Ivo Cassol,⁵² pra levar energia pras fazendas ao redor. A população já esta sofrendo com isso (X 2016).

O Caderno de Conflitos do Campo da CPT para o ano de 2015, que não é um exame compreensivo da violência rural, mas serve para ilustrar certas tendências, nota que houve 39% mais pessoas vitimadas em 2015 do que 2014, sendo que 94% dos assassinatos, 51% das tentativas de homicídio, 65% das ameaças de morte, 83% das prisões e 94% dos hectares em conflito se encontraram na região amazônica (CPT 2015, p. 7-8). O Médio Purus encontra-se longe de estar isento deste processo: somente em 2012 seis pessoas foram mortas no sul de Lábrea/Canutama (no que seria a fronteira entre os dois municípios) por se recusarem a vender suas terras a uma empresa do agronegócio⁵³.

Os castanhais sendo incendiados, ‘virando pasto’, é para mim simbolicamente importante, uma vez que a castanha é o produto mais rentável da região e de certa forma a *commodity* amazônica (pós-borracha) por excelência. Assim como considero possível que ocorra uma gradual transição do aviamento para algo mais parecido com ‘meios de produção capitalistas’, também é possível que ocorra uma ruptura, uma rápida substituição, no próprio arranjo espacial do Médio Purus. Voltando a Henri Lefebvre

⁵¹ Quando relatei essa história para Astrogildo, ele riu e disse que hoje o sistema era vinte trabalhando e armados.

⁵² Atual senador da República e ex-governador do estado de Rondônia.

⁵³ O padre que denunciou este evento foi ameaçado de morte e precisou ficar foragido.

(ver item 1.2), o agronegócio tem produzido um novo espaço social, assim como as potências Ibéricas o fizeram centenas de anos atrás, de forma racionalizada e teorizada, em violação do espaço pré-existente (Lefebvre 1974). Um espaço que não visa obedecer às relações normativizadas do aviamento nem as leis de estados-nação, nem dialogar com as formas de sociabilidade desenvolvidas pelos povos indígenas do Médio Purus, precisamente porque busca substituí-las.

No início do segundo capítulo referenciei o argumento de Weinstein em relação à incapacidade de empresas estrangeiras de controlarem diretamente a produção gumífera. Segundo a autora, isso era devido, principalmente, a estas não conseguirem desenvolver ou se apropriar de meios de coerção que conseguissem adequadamente controlar e fixar a mão de obra local (Weinstein 1983). E como argumentei durante todo o segundo capítulo, a coerção (atualizada ou como ameaça) é necessária para o aviamento, tanto em sua manutenção quanto expansão. Mas, como o trecho de entrevista acima busca elucidar, no agronegócio temos um agente cujo domínio da coerção vastamente supera o do que são capazes os patrões. Isso não implica a certeza de que o agronegócio substituirá o aviamento (e não só o aviamento, mas a Amazônia-em-si), mas acredito que ele detém essa capacidade.

À luz de recentes desenvolvimentos na Amazônia, parece especialmente importante frisar, de novo... [que esse estudo] não tem de nenhuma forma a intenção de ser um lamento pela “falha” da transição a um modo de produção capitalista durante a época da borracha. De certo, se a atual abordagem ao desenvolvimento amazônico – com sua atitude displicente e frequentemente devastadora a restrições ecológicas, sua disposição a deslocar habitantes tradicionais, e sua desconsideração pelos direitos de grupos indígenas – nos ensina qualquer coisa, é que o crescimento econômico dentro do contexto do capitalismo contemporâneo não promete muito para a Amazônia. Se os seringueiros que resistiram à mudança para preservar alguma autonomia e seus costumes tradicionais, ou os patrões que buscavam preservar seu sistema mercantil “arcaico”, podem de certa forma parecerem retrógrafos ou mal orientados, temos que ter em mente que a mudança descontrolada, em um ambiente tão frágil como a Amazônia, pode ser consideravelmente mais desastrosa do que a mera estagnação.

...se o presente percurso de eventos na Amazônia continuar inibido, podemos esperar o impacto, tanto em termos ecológicos quanto humanos, a ser muito maior, e mais angustiante, do que

qualquer coisa presenciada pela região durante o boom da borracha (Weinstein 1983, p.267-268).

Bibliografia

ALATAS, Syed Hussein. *The Myth of the Lazy Native: A Study of the Image of the Malays, Filipinos and Javanese from the 16th to the 20th Centuries and Its Function in the Ideology of Colonial Capitalism*. Londres: Frank Cass, 1977.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio, 1874.

AZEVEDO, Adriana Maria Huber. Elementos da cosmologia, territorialidade e noção de pessoa Suruwaha. In: Guenter Francisco Loebens, Lino João de Oliveira Neves (Org.). *Povos Indígenas Isolados na Amazônia: A luta pela sobrevivência*. Manaus: EDUA, 2011, pp. 297-356.

_____. *Pessoas falantes, espíritos cantores, almas-trovões: História, sociedade, xamanismo e rituais de auto-envenenamento entre os Suruwaha da Amazônia ocidental*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universität Bern: Berna, 2012.

BATES, Henry Walter. *O naturalista no rio Amazonas*. São Paulo: Ed Nacional, 1994.

BENCHIMOL, Samuel Isaac. *Amazônia, um pouco-ante e além-depois*. Manaus: U. Calderano, 1977.

BONILLA, Oiara Lydie. 'Be my boss!' Comments on South African and Amerindian forms of subjection. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. Vol. 19, no. 2, maio, 2013, pp. 246-247.

_____. Cosmologia e organização social dos Paumari do médio Purus (Amazonas). *Revista de Estudos e Pesquisas*. Vol. 2, n. 1, Brasília: FUNAI, 2005a, pp. 7-60.

_____. O bom patrão e o inimigo voraz: predação e comércio na cosmologia Paumari. *Mana*. Vol. 11, n. 1, abr., 2005b, pp. 41-66.

_____. Os Paumari dos rios Tapauá e Cuniuá. In: Gilton Mendes dos Santos (Org.). *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011, pp. 206-227.

_____. Parasitism and Subjection: Modes of Paumari and Predation. In: Marc Brightman, Carlos Fausto and Vanessa Grotti (Org.). *Ownership and Nurture: Studies in Native Amazonian Property Relationships*. New York: Berghahn, 2016.

BRASIL, Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. *O Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil*. Brasília: INCRA, 2001.

CARVALHO JUNIOR, Almir D. *Cultura e Mercado na Amazônia da Borracha*. In: Gilton Mendes dos Santos (Org.). *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011, pp. 51-72.

CODEAGE Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas. *Atlas Geoeconômico do Estado do Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

COSTA, Francisco de Assis. *Grande Capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Marcondes Lima da *et al.* *Muyraktã ou Muiraquitã, um talismã arqueológico em jade procedente da Amazônia: uma revisão histórica e considerações antropogeológicas*. *Acta Amazonica*. Vol. 32, n. 3, jul./set., 2002, pp. 467-490.

CORNWALL, Ricardo. *Os Jumas: a continuação da violenta redução dos Tupi*. Madalena, CE: R. Cornwall, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2015*. CPT Nacional/Brasil, 2015.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional, 1922.

DANIEL, Pe. João. *Tesouro Descoberto No Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.

DAOU, A. M. Instrumentos e sinais de civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. VI (suplemento), set. 2000, pp. 867-888.

DEAN, Warren. *Luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, n. 17, 1993, pp. 14-29.

FERRARÍNI, Sebastião A. *Canutama: Conquista e povoamento do Purus*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1980.

_____. *Lábrea: 1881 Ontem – Hoje 1981*. Manaus: Imprensa Oficial, 1981.

FLORIDO, Marcelo Pedro. *Os Deni do Cuniuá: um estudo do parentesco*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 2000 [1975].

HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas Líquidas, Comércio Sólido: Índios e Regatões na Amazônia (século XIX). *Revista de História*. São Paulo, n. 171, pp. 49-82, jul./dez., 2014.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOOP, Gordon e LINGENFELTER, Sherwood G. *Os Deni do Brasil occidental: Um estudo de organização sócio-política e desenvolvimento comunitário*. Dallas: Museu Internacional de Culturas, 1983.

KROEMER, Gunter. *Cuxiuara: o Purus dos indígenas: Ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do Médio Purus*. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. *A Caminho das Malocas Zuruahá*. São Paulo: Loyola, 1989.

LEAL, David Avelino. Cenários da fronteira: O rio Purus e o pensamento social na Amazônia. In: Gilton Mendes dos Santos (Org.). *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011, pp. 25-37.

LARAIA, Roque de Barros e MATTA, Roberto da. *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Malden: Blackwell Publishing, 1974.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1949.

LIMA, Leandro Mahalem de. *Presenças indígenas na Cabanagem: Proposta metodológica para a compreensão de suas participações diferenciadas*. In: *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. UNICAMP: Campinas, 2004. Disponível em: [http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD_XVII/ST_XXVI/Leandro Mahalem de Lima.pdf/](http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD_XVII/ST_XXVI/Leandro_Mahalem_de_Lima.pdf/) Acessado em: 01 de dezembro de 2015.

MAINE, Henry James Sumner. *Ancient Law: Its Connection with the Early History of Society, and Its Relation to Modern Ideas*. New York: Henry Holt & Co., 1906 [1861].

MARX, Karl. Acumulação primitiva. In: _____ *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1867], pp. 827-877.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. *Estudos Avançados* Vol 12, n. 34, set./dez. 1998 [1848], pp. 7-46.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. *O Império Comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia (1879-1989)*. Manaus: UFAM, 2010.

MONTEIRO, Débora Évelin Ferreira e FONSECA, Dante Ribeiro da. Extrativismo e agricultura: uma comparação entre a produção da borracha e o do café entre os anos de 1850 e 1930. *Revista Veredas Amazônicas*. Vol. 2, n. 2, jul./dez., 2012.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os Tempos do Equinócio: Oito Mil Anos de História na Amazônia*. Tese (Livre docência). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a civilização brasileira*. Vol. 11, 1979, pp. 101-140.

RODRIGUES, João Barbosa. *A necrópole de Mirakanguera*. Rio de Janeiro: Vellozia, 1892.

SANTOS, Gilton Mendes dos. *Introdução* In: _____. (Org.). *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011, pp. 17-20.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento Amazônico. *Série Antropologia*. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2008, pp. 5-17.

SCHIEL, Juliana. *Entre padrões e civilizadores: os Apurinã e a política indigenista no médio rio Purus na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SCHIEL, Juliana. *Tronco Velho: Histórias dos Apurinã*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SILVA, Antônio Carlos Galvão da. *O Seringal no município de Lábrea: O espaço vivido e a resistência de um tempo*. São Paulo: Scortecci, 2012.

SILVA, Antônio Carlos Galvão da e SILVA, Josué da Costa. *Seringueiros na Amazônia*. Manuscrito online. 2007. Disponível em: <http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20AntonioCarlosGalvaodaSilva.ED2V.pdf>. Acesso em: 01º de dezembro de 2016.

SOUZA, Con. Francisco Bernardino de. *Comissão do Madeira – Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

SPIX, Johann e MARTIUS, Karl Friedrich Philippe von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1976.

VIEIRA *et al.* *Um estudo a partir dos Postos Indígenas Marienê, Manauacá e Rio Gregório: os casos Jamamadi, Kulina e Paumari.* In: Gilton Mendes dos Santos (Org.). *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011, pp. 82-107.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

_____. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1904].

WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon Rubber Boom 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1983.

Textos disponíveis virtualmente (sítios):

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). *Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas (Relatório Final)*. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/simulacao/sum_executivo/pdf/relatorio_153.pdf . Acesso em 27 de janeiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 1872*. 1996. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm Acesso em: 1º de agosto de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 1º de agosto de 2014.

SANTINI, Daniel. *Ex-prefeito de Lábrea é responsabilizado por trabalho escravo infantil*. Reporter Brasil. 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalhoinfantil/ex-prefeito-de-labrea-e-responsabilizado-por-trabalho-escravo-infantil/>>. Acesso em: 1º de agosto de 2014.

Anexo 1 Regulamento de Otávio Reis

(Fonte: Benchimol 1977, p. 231-244).

SERINGAES DE OCTÁVIO REIS

Regulamento interno para 1934 e annos a seguir, até nova deliberação

Editôra Livraria Escolar de Porto de Oliveira e Cia.

Campos Sales, 105 - Pará

"Toda a nação tem as suas leis para por ellas reger-se, e se estas leis não são obedecidas por seus habitantes será uma nação em completa desorganização, onde não poderá haver garantias para os que nella vivem, nem para quem com ella mantiver negócios.

Succede o mesmo com toda a sociedade que tem os seus estatutos para por elles regerem-se os seus sócios, e se não se obedece a elles será uma sociedade desbaratada e sem duração. Até nas casas de famílias, para serem bem organizadas, teem que obedecer a uma ordem, sem a qual virá logo a desorganização, e dahi os resultantes desgostos de família, que infelizmente é o que mais acontece.

Como, pelo que vemos, tudo precisa de organização e ordem. Um Seringai, por exemplo, onde habitam centenas e centenas de almas, com diversos costumes, sexos diversos, e até nacionalidades diversas, não pôde deixar de ter o seu regulamento, pelo qual todos os seus habitantes possam orientar-se de seus deveres de accordo com as posições e trabalho de cada um.

Tenho convicção de que todos os que vivem em seringaes desejam uma vida tranquila de paz, amor, trabalho e justiça, e estou certo que, obedecendo fielmente a este regulamento, viverão bem e felizes. Precisamos notar que no seringal somos uma só família no cumprimento de nossos deveres, sem excepção de raça, crença religiosa, nacionalidade e posição. Somos todos iguaes e devemos trabalhar para um mesmo fim, que é o de vivermos bem, sem prejudicar aos outros, tendo por lema este princípio: respeitar aos outros porque respeita-se a si próprio.

Deveres dos gerentes encarregados dos depósitos:

(a) Tratar a todos, quer extractor, quer empregados subalternos, com delicadeza, não os maltratar com palavras offensivas, nem com outro qualquer meio que venha offendel-os.

(b) Zelar e vigiar tudo que lhe está entregue, não podendo desviar o seu tempo e actividade em assumptos alheios aos interesses da casa que dirige.

- (c) Procurar pela forma mais sensata diminuir as despesas para o aumento da receita, tendo em conta que do engrandecimento da casa vem o bem geral para todos que della dependem.
- (d) Dimittir e admittir empregados, quando preciso fôr, collocar e descollocar extractores, e para descollocar é preciso que o extractor por treis vezes tenha infringido o regulamento a que está sujeito, fazendo-o com justiça e imparcialidade, e não por qualquer vingança futil, ou para proteger a um terceiro.
- (e) Avisar aos 30 dias ao escriptório geral as occorrências dadas em seu departamento.
- (f) Não acceitar freguez de outro deposito, sem autorização do gerente daquelle, e facilitar tudo que estiver ao seu alcance em benefício do outro deposito, facilidades estas que não tragam prejuizo ao seu.
- (g) Attender com promptidão, na medida do possível, a necessidade do freguez, especialmente em caso de doença.
- (h) Trazer sempre em equilibrio a conta do freguez, quando não seja possível trazê-la com saldo a favor do mesmo, tendo em consideração que o freguez só é amigo e cumpridor dos seus deveres quando tem saldo.
- (i) Reparar com criterio o trabalho de seus empregados e se estes merecem a continuação do emprego. Não collocar ninguém por protecção, nem descollocar por odiosidade.
- (j) Fazer com que todos produzam e vivam satisfeitos, tanto empregados como extractores.
- (k) Consultar sempre que seja preciso o escriptorio central.
- (l) Fazer cumprir fielmente o regulamento gerar da casa ..

Deveres do guarda-livros ou encarregado da escripta

- (a) Trazer em dia a sua escripta
- (b) Orientar sempre ao gerente das condições financeiras de cada freguez, ou de qualquer outro assumpto que, a seu juizo, julgue necessário, tendo em consideração que é a segunda pessoa da casa, e como está ao par da conta de todos, tem capacidade mais que sufficiente para qualquer orientação.
- (c) Explicar com calma ao freguez qualquer duvida que poventura este tenha em suas contas, procurando mesmo não se aborrecer.
- (d) Fornecer guias com preços todas as vezes que remetter mercadorias para os centros, quer em comboio, quer por embarcação, e mensalmente fornecer os talões ou

factura geral das compras, durante o mez, e de dois em dois mezes fornecer contas correntes.

(e) Viver sempre em harmonia com o gerente, trocando idéas, e fazer tudo quanto esteja a seu alcance para o engrandecimento da casa.

(ia) Tratar bem a todos e com o devido respeito, sem excepção de classe.

(g) Zelar pelos interesses geraes da casa, porque do seu bem estar vem o bem estar de todos que estão ligados a ella.

{h) Cumprir e fazer cumprir fielmente este regulamento.

Deveres dos empregados de balcão

(a) Trazer sempre limpas e bem asseiadadas as mercadorias.

(b) Vigiar as mercadorias para que não haja falta, e que esta falta venha resultar em seu proprio prejuiso, tendo em conta que um empregado de balcão, relaxado, não póde satisfazer aos desejos da casa, muito menos aos seus propios interesses.

(c) Ser fiel nos pesos e medidas, e não impingir por bôa, ao freguez, mercadoria que saiba ser de inferior qualidade, tendo em conta que a casa não precisa do freguez somente por uma vez, e que o homem deve ser honesto para merecer a confiança geral. Ter muito cuidado em suas notas ao remettel-as ao escriptorio, para que não haja engano que venha trazer reclamação, tendo em conta que o productor perde dois ou treis dias para vir do centro reclamar uma caixa de fósforos que lhe saia por engano a mais na sua conta, deixando de produzir muitas vezes, por este pequeno engano, borracha que lhe daria para comprar uma lata, ficando por este facto mal visto tanto o empregado do balcão como o guarda-livros que forneceu a nota, e por muitos são ainda considerados de ladrões. Portanto é preciso a maxima attenção para não se enganar nem a favor nem contra a casa.

(d) Tratar sempre ao freguez com bom humor e seriedade, como se estivesse num balcão que elle não fosse forçado a comprar e precisasse atrahil-o com bôas maneiras e attentiosamente, e não se prevalecer nunca de ser a unica casa que tem para servir ao freguez, e por tal motivo não servil-o bem e com carinho.

(e) Ter em conta que o balcão é um Jogar de muita responsabilidade e uma escola que tem elevado muitos homens de bem ao auge da grandeza. Por conseguinte o meu desejo é que imiteis aos que teem sabido se fazer no balcão, e para imital-os basta somente o trato, a seriedade e todo o cuidado naquillo que está a seu cargo.

(f) Cumprir e fazer cumprir este regulamento para o seu bem e para o bem geral.

Deveres dos comboieiros

(a) Devem ter em consideração que o comboieiro é um homem de muita responsabilidade, porque tem a seus cuidados o interesse alheio. É o conductor do meio de transporte nos seringaes, e como tal precisa ser honesto e cuidadoso para que possa entregar o que recebe nas mesmas condições de conservamento que recebeu. Muitas das vezes o seu relaxamento pode ocasionar sérios prejuízos a terceiros, em razão do que deve ser cuidadoso, trabalhador e sobretudo honesto. Como vive sempre em contacto com as famílias deve ser também um homem respeitador para que tenham nelle inteira confiança. Respeitar para poder ser respeitado.

(b) Tratar bem os animaes, não espancai-os, não carregai-os de mais do que possam supportar para viajar folgadamente. Só leval-os para a viagem os necessários e que estejam em condições de viajar. Quando em viagem não devem dormir amarrados, e o comboieiro deve procurar alcançar sempre pontos de dormida, onde possam pernoitarem soltos. Não viajar mais de oito horas por dia, e viajar devagarinho para que o animal não se maltrate.

Quando na margem, deve dar ração pela manhã e à tarde. As rações obedecerão aos seguintes horários: das 5 às 7 horas da manhã, terminada a ração do costume laval-os, curar alguma enfermidade que tenham, aparar cascos, quando seja preciso, e soltal-os. Juntal-os novamente às 4 horas da tarde para dar-lhes nova ração, variada da ração que tiveram pela manhã. (Costuma-se dar canna à tarde).

(c) Estando em viagem deve dar ração ao animal pela manhã e laval-o à tarde.

(d) Tratar com zelo e limpeza os arreios e ter constantemente promptos tantos quantos sejam precisos a cada animal, arreios estes que lhe serão entregues em condições de viajar, recebendo-os contados, e, quando já estragados, trocal-os-á por outros, e não os tendo para a devida permuta, lhe serão debitados em conta.

(e) Receber na margem as mercadorias conferidas e entregai-as no centro nas mesmas condições que recebeu, sendo-lhe debitadas as que por falta de cuidado deixar de entregar.

(f) Dar sciencia ao gerente do ocorrido durante a viagem e de qualquer anormalidade que note nos centros entre freguezes.

Não contar historias infundadas, que disso venha trazer qualquer desgosto entre freguezes, ou a quem quer que seja.

(g) Ter em consideração de que não póde dispor de animaes a não ser para o serviço usual da casa. Mesmo em viagem e estando a tropa viajando descarregada, não póde fornecer animaes a quem quer que seja para montada ou para carga e sobrecarga. Esta falta será punida com a multa de cem mil reis que lhe será debitada em c/c. Não obstante, poderá fornecer animaes a qualquer pessoa que esteja doente e que precise transportar-se, mesmo que para isso seja preciso deixar cargas nos centros.

Deveres dos fiscais

(a) O fiscal do seringal, que pelo nome bem indica a confiança que merece, vivendo em continuo contacto com o productor, é preciso ser um homem sério e de bem, trabalhador e honesto, tratando a todos com imparcialidade em todos os seus actos para assim poder merecer a confiança que a casa lhe deposita.

(b) Tem o dever de fiscalizar todas as estradas e ver se estão trabalhadas de accordo com o regulamento de corte em vigor, e quando não estejam, chamar o dono da referida estrada mal trabalhada e ensinarlhe, se preciso fôr, a forma de trabalhar bem e de accordo com o regulamento, avisando à casa dessa anormalidade. Fazer o mesmo pela segunda vez e suspender o productor de seus trabalhos em C8IO de reincidência pela terceira vez, e neste caso deverá valoril.ar Os prejuisos causados para que sejam cobrados pela casa. Havendo qualquer duvida neste seu acto, irá alli o gerente do deposito que verificará a estrada em questão e fará valer ou não a multa aplicada.

(c) É dever do fiscal ensinar ao extractor a forma de corte e, quando seja preciso, ajudai-o a melhorar a estrada, caso esta tenha menos de 150 árvores para que se verifique o augmento do leite.

(d) Avisar ao deposito de qualquer anormalidade que note pelos centros, quer seja com extractores ou com empregados.

(e) Cumprir e fazer cumprir fielmente este regulamento, e com. especialidade o regulamento do corte, que deve com calma ensinar aos que não tenham ainda bastante pratica

Deveres dos empregados de campo e diaristas

(a) Obedecer o horário

(b) Fazer o serviço que lhe fôr designado, com vontade e capricho, tendo em consideração que tudo quanto se faz com má vontade não dá bom resultado, quer para quem o faz, quer para quem o manda fazer, e todo o homem bem intencionado deve procurar não prejudicar a quem quer que seja, quanto mais a quem lhe dá serviço, e que deste serviço resulta o seu bem estar

(c) Respeitar a seus companheiros e tratai-os bem para que não haja desgosto entre companheiros de trabalho.

(d) Fazer com a devida prudencia qualquer reclamação que se julgue com direito, quanto este lhe seja negado.

(e) Respeitar as ordens recebidas de seus chefes e procural-as executar, quando no mister de seu serviço.

(f) Respeitar e fazer respeitar este regulamento.

Deveres a que está sujeito o extractor

Todo o homem de bem tem os seus deveres a cumprir, e para bem geral de todos os que habitam os seringaes e dos que hão de vir, não podia eximir-se o extractor de uns certos deveres a que está sujeito.

- (a) Viver em harmonia com todos, respeitando para ser respeitado.
- (b) Obedecer estrictamente o regulamento do corte.
- (c) Trabalhar em borracha, cortando e colhendo as suas estradas 4 dias na semana, notando que este trabalho lhe proporciona o seu bem estar e agrada à casa, que é estabelecida para produzir borracha, contando tão somente com a sua cooperação que, falhando, falham também todos os cálculos e esperança que se tem numa certa producção, encarecendo desse modo a vida nos seringaes, consequencia prejudicial para si proprio e para quantos nelle habitam. Deve ter em consideração que quando vem para os seringaes e se colloca como extractor, é para produzir borracha. Se o seringueiro adoptasse trabalhar quatro dias por semana em borracha, empregando o restante dos dias noutro mister, seria um homem rico.
- (d) Fazer borracha fina e de bôa qualidade, e quando seja para ser transportada em animaes não deve ter mais de 50 latas de leite, nem menos de 45. É preciso ter em conta que se regeita a borracha que não fôr fina e de bôa qualidade, e que só pode sahir dos centros cortada a borracha que, a juiso do comboieiro, tiver mais de 6S kilos, e tendo também menos de 50 kg prejudica a casa na condução, e o dever do bom extractor é zelar pelos interesses da casa onde vive, porque do engrandecimento della depende o seu bem estar.
- (e) Fazer as suas transacções somente com o deposito onde trabalha para engrandecimento deste, e não o fazer com outro deposito, mesmo que seja da mesma firma, muito menos com pessoas extranhas à casa. Entretanto lhe é permitido, ao ir para os seringaes, levar para o seu uso tudo que julgue conveniente, excepto bebidas alcoolicas que é terminantemente prohibido nos seringaes.
- (f) Fazer com calma e bom humor qualquer reclamação para que lhe seja attendida, se for justa; esta pôde ser dirigida por escripto ou verbal, que tendo de ser attendida, será. Levar ao conhecimento da gerencia do deposito, onde trabalhar, qualquer queixa que tenha a fazer de duvidas entre companheiros, ou com qualquer empregado da casa, antes de tomar qualquer resolução, porque se lhe ouvirá com toda a attenção, e procurar-se-á resolver com o maior criterio e desapaixonadamente.
- (g) Trazer sempre limpas as suas estradas para que viva com prazer em seu trabalho que lhe proporciona o seu bem estar. Ter limpeza em sua casa, trazer sempre tudo bem limpo e asseiado, porque sem asseio não pôde haver saúde.

Trabalhar em estradas que não vio além de suas forças, para que viva sempre com vontade de trabalhar diariamente, tendo sempre em conta que só se pôde carregar a carga que não vai além de nossas forças.

O bom extractor não é aquelle que tira muito leite e sim aquelle que tem o seu trabalho methodisado em condições de ir vel-o sempre, para o que precisa de saúde e vontade.

(h) Não fazer negocio com a sua collocação, sem previo consentimento do deposito onde trabalhar.

(i) Pagar fielmente as suas dividas contrahidas no deposito onde trabalhar, porque isso não só lhe proporciona crédito e mais conceito, como garante a sua estadia no seringai por todo o tempo que lhe convenha nelle permanecer.

(j) Dirigir ao escriptorio central as suas reclamações por escripto, quando não forem attendidas no deposito onde trabalha, e que, a seu juiso, tenham deixado de ser por espírito de perseguição ou para proteger a terceiros.

Dou aqui o sisthema do corte para a extracção do leite da hevea ouro (seringueira), arvore-mãe. Mãe devemos chamar-lhe porque é a arvore amiga do homem. Com o seu leite alimentam-se milhares e milhares de familias que vivem da borracha. Proporciona tantas facilidades a seringueira, que quem se habitua a viver alimentado do seu leite não se acostuma mais a outro qualquer serviço, porque encontra-se feliz o seringueiro extrahindo o leite e vivendo em continuo contacto com as fertilidades da natureza. O homem que vive nos seringaes não conhece necessidades. Pena é que ainda haja quem não conheça o valor da seringueira; porém pouco valor damos ao ar que aspiramos de onde depende a nossa vida, ao sol que nos mantém, à água que bebemos, e a tudo maia deixado por Deus, para o bem estar do homem, não é de ignorar não darmos à seringueira o valor que ella merece. Há até homens illustres que dizem ser o Amazonas pobre, devido à seringueira. Verdadeira injustiça! Falta de reflexão! Pouco conhecimento para saber dar valor ao que merece, porque a seringueira é uma das maiores riquezas da floresta brasileira. Soubessem os homens do Amazonas explorar methodicamente e com intelligência a seringueira, o Amazonas seria o orgulho do Brasil e pasmaria o mundo inteiro. Portanto, devemos ter carinho para com a seringueira que nos proporciona tantos dias felizes e não sejaes ingratos, senhores extractores, para com a árvore bemdita que vos proporciona um trabalho remunerador, que ,vos livra do chicote do capataz, que faz do extractor senhor de si proprio, dono de sua casa, sabendo a que horas que come e que dorme, vivendo em contacto diario com a sua família, tendo o conceito de todos, merecendo a estima do patrio que trata o bom productur como um de seus melhores· amigos. Pensem e reflectam que não há outro mister que favoreça ao homem inculto tantas vantagens - digo inculto porque para cortar seringa não precisa ser formado em cousa alguma, basta somente ter character e vergonha para ser um bom seringueiro.

As experiências feitas nos seringaes do mundo civilisado, onde se explora methodicamente a seringueira, deram como melhor fórma de cóрте o sistema "faca", tanto por ter mais abundância de leite como pela conservação da árvore.

O perspicaz governo boliviano, no intuito ele conservar as riquezas ele seu paiz, votou uma lei salvadora da seringueira, obrigando o cóрте pela "faca" em todos os seringaes

bolivianos, punindo os infractores. (Conheço uma firma que foi multada em dez mil bolivianos -quarenta contos de nossa moeda naquelle tempo).

Como em tudo que se deseja melhorar, afastando-se do sistema rotineiro, há maldizentes, não podia deixar de haver obstaculos na referida lei. Houve grifos, protestos, paralização de fabrico, o diabo a quatro, porém o governo, consciente de sua acção, manteve cada vez mais rigorosa a sua lei, e hoje todos bemdizem esse acto altamente intteligente e de salvação dos seringaes, que actualmente se encontram mais abundantes de leite que nos tempos do assassino machadinho.

Pena é que o Brasil não tenha lei igual que proteja os seus seringaes extensissirmos e ferteis, e quasi que abandonados.

O Snr. José Claudio de Mesquita (hoje falecido) inesquecível protector da seringueira, que foi o inventor do córte pelo sistema "faca", e o proprio confeccionador da "faca" de cortar seringa, não encontrou lei governamental que o amparasse, nem auxilio de espécie alguma. Serviu a sua invenção para os inglezes e hollandezes, e para nós foi um grande mal, porque se elles tivessem continuado a cortar com o machadinho, não haveria no Oriente nem mais uma seringueira viva, enquanto que u nossas ainda iriam resistindo pela fertilidade da terra.

Mas, seja como fôr, não podemos deixar de reconhecer na intelligência lúcida do Snr. Comendador José Claudio de Mesquita a sua bôa intenção de defender as riquezas do Amazonas. Infelizmente, este nome é hoje esquecido como o de muitos inventores de valor.

Sendo, como está provado, o córte pela "faca" o unico de todas as vantagens, tanto na abundancia de leite como sobretudo na conservação da árvore, não podia eu deixar de adoptá-lo nos meus seringaes e nos de minha administração, convicto de uma medida de benéficas finalidades.

Assim é que menciono aqui algumas instrucções que orientarão ao extractor a maneira de trabalhar, e, estou certo que o seringueiro intelligente reconhecerá ser a melhor forma até hoje sem igual. Porém, como todo o trabalho feito com vontade e intelligência traz novos conhecimentos, ao ponto de muitas vezes nos ensinar o meio mais facil e rendoso de fazel-o, espero receber de meus extractores suggestões a respeito, que, depois de estudadas, poderão ser adoptadas.

Altura da arreação: -1,60 -7 palmos mais ou menos

Largura da arreação e raspagem: -17 centímetros de largura e outro tanto de comprimento, notando-se que a raspagem deve ser bem leve, de forma a não maltratar a árvore. Há seringaes em que não se raspa, limpa-se apenas a madeira em vez de raspagem. Recomenda-se não parar de cortar a seringueira estando raspada, perdendo também o extractor o tempo que gastou na raspagem, e a seringueira aquella parte raspada que não produziu. Há extractores que começam raspando uma chave e terminam com dois palmos. Preciza evitar esta anormalidade, tendo o máximo cuidado de

não alarguecer a raspagem na proporção que vai baixando a arreação. Deve procurar trazer sempre a mesma largura com que principiou.

Comprimento do corte: -17 centímetros -uma chave mais ou menos

Distância de um corte a outro: - ½ centímetro, mais ou menos.

Distância das arreações: - o espaço de uma arreação a outra, em volta da árvore, deve ser de 60 centímetros ou 3 palmos, mais ou menos.

O productor é obrigado a adoptar este sistema acima explicado, salvo se apresentar sugestões de melhores resultados, sem damnificar a seringueira que, neste caso, serão estudadas e, se aprovadas, acceitas para o regulamento geral.

Deveres da casa com o pessoal extractor

- (a) Fornecer 3 estradas e elementos, quando seja preciso, para que o extractor possa produzir.
- (b) Ajudai-o gratuitamente, quando entre a collocar-se, no preparo de sua casa, limpeza de estradas, etc., para que o freguez não comece atrasado, em condições de não poder pagar com brevidade.
- (c) Tratal-o em caso de doença, ou facilitar-lhe elementos para tal fim, se for necessario.
- (d) Entregar em sua casa as mercadorias e trazer os respectivos productos, fazendo isso nos dias marcados de entrada de combóio para a linha de cada freguez.
- (e) Pagar pontualmente os saldos ao proprio extractor ou á família deste.
- (f) Fornecer-lhe mensalmente as facturas e c/correntes de 2 em 2 mezes.
- (g) Atender as suas reclamações, quando sejam justas.
- (h) Dispensal-o dos seus serviços nos seringaes, quando por treis vezes tenham infringido o regulamento em vigor.
- (i) Respeital-o e fazer com que os outros o respeitem.

Um momento de conversa com o meu pessoal:

- (a) Todos voces que habitam os meus seringaes sabem que teem em mim um amigo. Não é verdade? Vou lhes dizer o motivo.

Para que sejam tambem meus amigos e da casa onde vivem, tomem em consideração de que quem trabalha numa casa onde imperam o respeito e o espírito de justiça, como na minha, só pode viver tranquilo, assim proceda bem.

(b) Sabem muito bem quanto procuro interessar-me, por tudo que está ligado a sorte de vocês. Não é verdade? Vou lhes dar as razões:

Compreendo que zelar pelo bem estar de todos vocês, vem reflectir directamente em meu próprio benefício. Dar-lhes-ei um exemplo: Suponhamos que eu tivesse viajando pelos seringales, sem levar rancho, e fosse dar na casa de um de vocês, onde encontrasse tudo farto, e me fosse proporcionada alimentação boa, estaria eu de certo, feliz. E de onde provinham estes meus momentos de satisfação? Da sua própria felicidade, do seu trabalho honesto e productivo, do seu esforço para viver bem.

(c) Todos vocês sabem que os não abandono na doença, mesmo que não tenham saldo. E sabem porque? Não é por caridade, porque quem vive em seringal não precisa de caridade, quando trabalha com o fim de viver independente. Faça-o porque o homem doente nada produz, é um inútil, e para que possa produzir os mando tratar.

(d) Sabem que recebem os seus saldos quando querem. Não é verdade? Faço isto com regularidade para manter o meu credito perante vocês, que com essa confiança trabalham com gosto e sem receio. Agora desejo que todos vocês me imitem e não deixem de pagar-me, quando me devam, porque disso dependem o credito de vocês em minha casa e a confiança que me possam inspirar.

(e) Todos vocês sabem que conversam conmigo em completa liberdade, como se estivessem fallando a um seu colega. Explicar-lhes-ei o motivo: Considero que todo o homem que trabalha honestamente, seja qual for a sua profissão, é merecedor de meu inteiro acatamento e respeito assim proceda bem

(f) Sabem vocês que tenho um movimento de transporte organizado, e que recebem as suas mercadorias em suas proprias casas e em datas certas, seja de verão ou inverno. Não obstante essas mercadorias serem conduzidas por agua, em lancha, e por terra, em costa de animaes, vocês a recebem em perfeito estado de conservação, e ainda lhes dou o direito de devolverem-n'as se não estiverem em condições. Sabem quanto isso me custa, e o prejuizo que me causam se o combóio regressa sem o producto correspondente? Devo dizerlhes para que vocês façam uma idéia, e procurem evitar que isso aconteça.

Para trazer a mercadoria de Manaos até a casa de vocês, e em perfeito estado, custa-me muita força de vontade e sobretudo muito dinheiro. E se ainda o combóio chega em suas casas e não encontra o producto para o devido pagamento, os prejuizos certos são esta: Percas de tempo e gastos do combóio que fez a viagem para entrar e sair carregado; igualmente a lancha que levou a carga e tambem voltou vazia fez a mesma despeza como se tivesse vindo carregada. O meu compromisso na praça tambem não foi attendido, porque falhou a quantidade de borracha com que eu contava de meus freguezes, e este eu considero o maior prejuizos, tanto para mim como para vocês proprios, que deixam de ser servidos a contento na outra viagem da lancha, simplesmente porque se descuidaram de trabalhar sufficiente para o compromisso de

voces, e depois se queixam que a casa lhes serve mal. Digam com franqueza de quem é a culpa?

Se voces tivessem o cuidado de nunca faltar com a borracha que podem produzir, dada a fertilidade de leite nos seringaes, podia-se francamente contar com 250 kilos mensaes de cada homem. Agora, digam-me voces se produzissem todos, mesmo 200 killos mensaes cada um, em que condições de fartura não viveriam? ! E tudo haveria de sobra nos seringaes. Eis a razio por que digo que do nosso esforço depende a nossa situação melhor. Portanto, tenham animo e trabalhem com a firme vontade de nunca sofrer necessidade.

Tenho observado sempre, quando viajo pelos centros dos seringaes. que há casas de seringueiros que são uma verdadeira riqueza, e outras que são uma lastimavel vergonha. E por que isso? Porque aquelles são caprichosos e trabalham.. com cuidado, ao passo que estes são relaxados e pouco trabalham.

Regulamento Geral

Todos os habitantes destes seringaes teem por dever:

- (a) Respeitem-se mutuamente
- (b) Trabalhar para se manter decentemente, porque, sendo os seringaes um nucleo de trabalho, para onde se vai com a vontade exclusiva de ganhar dinheiro e consequentemente melhorar as suas condições de Vida, só se póde adquirir o desejado com um trabalho firme e honroso.
- (c) Dirigir ao escriptorlo central por escripto as suas reclamações quando não tenham sido attendidas pelo deposito onde trabalha, e que, a seu ver, julgue ter razio, e estejam de accordo com o regulamento em vigor.
- (d) Pagar as suas dívidas pontualmente, quer contrahidas no deposito onde trabalha ou onde quer que seja, porque o homem que se nega de pagar o que deve não é um homem de bem.
- (e) Ter confiança em si proprio, porque aquelle que perde a confiança de sua pessoa e só espera pela acção dos demais, é um homem perdido e inútil.
- (f) Cumprir fielmente todos os seus deveres para poder ser respeitado e benquisto.

Pagamentos de Saldos

Os saldos são pagos pontualmente, quando o freguês deseja retirar-se, sisthema que vem sendo adoptado com regularidade.

Retiradas de Pessoal

Quando sejam gerente, guarda-livros ou comboieiros, aviso antecipado de 90 dias. Outro qualquer empregado, 30 dias. Salvo doença. Quando seja extractor de borracha,

nos mezes de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril. Salvo doença que o impossibilite de continuar. Quando o extractor pede estradas para trabalhar, deve occupal-as pelo menos até o termino do fabrico, razio pela qual as retiradas destes são em datas certas.

Compra de borracha e castanha

A borracha paga« 70% dos preços de Manaos, com tara de 10%.

É rejeitada a que não for fina e de bôa qualidade, que então só pôde ser acceita mediante convênio especial.

Condições

O seringai é cedido gratuitamente, com as condições do extractor obedecer fielmente o regulamento de corte e trazer sempre bem preparada e limpa a casa onde habita, e limpas as estradas em que trabalha. Com utensílios alugados ao deposito, é obrigado a entregar na sua casa a mesma quantidade que recebe, juntos, limpos e contados.

É permitido a colheita de castanha nos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março até o dia 15, tempo em que a casa mandará receber a que ainda não tenha sido recebida, e pagar pelo preço combinado e condições ajustadas, fazendo ver que deve ser bem limpa, reservando-se a casa o direito de recusar a que apresentar mau aspecto de limpeza e conservação.

Transferencia ou mudança de collocação

As transferencias de collocação só podem ser nos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março, e as mudanças a não serem feitas nesses mezes só pôdem ser permittidas no mez de Setembro.

O transporte é tambem feito gratuitamente do deposito á casa do extractor e vice-versa.

Crise mundial

A crise que, com os seus terríficos effeitos, tem avassallado o mundo inteiro, e está universalmente conhecida, não podia deixar de influir também no preço da borracha.

Sendo nós nos seringaes acostumados a trabalhar pouco e ganhar muito, nos aureos tempos, fomos imprevidentes em não reservarmos um pouco do muito que ganhámos com que pudessemos atravessar a phaze aguda da crise, sem que fossemos forçados a alterar aquelles nossos costumes.

Mas a crise que não attende supplicas, maximé quando estas supplicas são immerecidas, porque muito se esbanjava superfluamente, na enganosa crença de que o alto preço da borracha seria eterno, veio, mistér seja confessar, em bôa hora corrigir aquelles nossos prejudiciaes costumes.

Em vão foram estas tentativas, e hoje quasi todos voltam aos seringaes, convencidos de que alli é onde se vive mais fartamente.

Felizmente posso dizer, sem nenhum vislumbre de exagero, que nos meus seringaes e nos de minha dependencia, graças ao esforço de seus habitantes, foi onde a crise menos attingiu. Nota-se mesmo que todos vivem felizes e sem difficuldades.

Nesta minha ultima viagem, percorrendo os depositos, vi, com agradavel surpresa, reuniões de crentes com os seus cultos regulares, catholicos em festa, dansando alegremente, e todos bem decentemente vestidos. Em todas as barracas por onde passei, notei com satisfação abundancia em tudo, e em todas ellas me offereciam refeições, e onde acceitei tive ovos, galinha, carne de caça, feijão verde, etc., e tudo mais que se possa desejar para uma boa refeição. Não ouvi siquer a menor reclamação de mal passadio.

Já se vê, pois, que não é só com borracha cara que se póde viver nos seringaes com regular conforto e independentemente, realizando-se, desse modo, a profecia dos meus constantes conselhos: NA CASA QUE SE TRABALHA COM ORDEM E VONTADE NÃO HÁ MISERIA.

Assim é que a crise veio nos dar uma proveitosa lição de economia e trabalho, mostrando que na região em que vivemos, rica de borracha, castanha, caça, terra fertilissima e muito salubre, só precisamos de saúde e vontade para o trabalho para vivermos verdadeiramente felizes.

Trabalho

É de maxima importancia considerarmos a nossa emoção de prazer ao findarmós um trabalho honesto, e feito com vontade, ainda que afanoso. Concluida a obra da qual sabemos o resultado certo em dias n(o mui remotos, e que deste resultado irão auferir proventos os entes que nos são caros, sentimos naquelle momento o nosso coração transbordar de satisfação.

Acontece o mesmo com o seringueiro, que depois da defumação diaria, tendo deixado todos os seus utensílios no devido apresto para o labor do dia seguinte, vê a sua borracha, envaidecido, satisfeito, como que maior e mais pesada do que a quantidade que ella realmente contém. Só isso é sufficiente para dar ao seu espírito infatigavel nova disposição para o trabalho que se completa com o prazer de terminal-o à tarde, ou mesmo já depois das Ave-Marias.

Não sucede assim com o nosso estado de alma, depois de urna festa. Aborrecidos, pernoitados, tudo nos parece triste e enfadonho, e dos fugazes momentos de alegria nos ficou apenas o tédio.

Entre estes dois contrastes devemos preferir o primeiro - o trabalho com o quâl a natureza foi generosa nas suas leis, designando-o para o homem que d'elle obterá os melhores triumphos na sua missão sublime.

OCTÁVIO REIS.

Anexo 2 Tabela dos Cartões Madihadeni (Cunivádenii)

Nome	Sexo	Comunidade	Discriminação	Deixa Cartão	Valor	Patrão	Cidade	Dívida
MD100	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 536.00	P3	Lábrea	
MD101	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 242.00	P7	Tapauá	
MD102	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 178.00	P3	Lábrea	
MD103	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 155.00	P7	Tapauá	
MD104	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 105.00	P7	Tapauá	
MD105	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 457.00	P7	Tapauá	R\$ 5,190.00
MD106	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 280.40	P6	Tapauá	R\$ 2,500.00
MD107	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 340.00	P8	Tapauá	
MD108	F	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 491.50	P8	Tapauá	
MD109	M	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 950.00	P11	Lábrea	R\$ 25,455.85
MD110	F	Cidadezinha	Bolsa Família	NÃO	R\$ 463.00	x	n/a	n/a
MD111	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 204.00	P8	Tapauá	R\$ 1,428.00
MD112	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 236.00	P11	Lábrea	
MD113	F	Cidadezinha	Bolsa Família	NÃO	R\$ 172.00	x	n/a	n/a
MD114	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 140.00	P7	Tapauá	
MD115	M	Cidadezinha	Aposentadoria	NÃO	R\$ 900.00	x	n/a	n/a
MD116	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 350.00	P8	Tapauá	R\$ 460.00
MD117	M	Cidadezinha	Professor	SIM	R\$	P7	Tapauá	R\$

					1,232.00			6,419.50
MD118	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 252.00	P7	Tapauá	R\$ 6,419.50
MD119	M	Cidadezinha	AIS	NÃO	R\$ 1,015.00	x	n/a	n/a
MD120	F	Cidadezinha	Bolsa Família	NÃO	R\$ 233.00	x	n/a	n/a
MD121	F	Cidadezinha	Bolsa Família	NÃO	R\$ 119.00	x	n/a	n/a
MD122	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 154.00	P7	Tapauá	
MD123	F	Cidadezinha	Bolsa Família	NÃO	R\$ 154.00	x	n/a	n/a
MD124	M	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 800.00	P3	Lábrea	R\$ 800.00
MD125	M	Cidadezinha	Professor	NÃO	R\$ 1,000.00	x	n/a	n/a
MD126	F	Cidadezinha	Seguro Deficiência	NÃO	R\$ 1,000.00	x	n/a	n/a
MD127	F	Cidadezinha	Bolsa Família	NÃO	R\$ 150.00	x	n/a	n/a
MD128	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 354.00	P2	Tapauá	R\$ 2,000.00
MD129	F	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 370.00	P5	?	R\$ 1,580.00
MD130	F	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 400.00	P3	Lábrea	R\$ 2,000.00
MD131	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 150.00	P7	Tapauá	
MD132	F	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 981.07	P7	Tapauá	R\$ 2,000.00
MD82	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 150.00	P9	Lábrea	R\$ 360.40
MD83	M	Cidadezinha	Professor	SIM	R\$ 1,300.00	P7	Tapauá	R\$ 8,000.00
MD84	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 400.00	P7	Tapauá	R\$ 3,000.00
MD85	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 280.00	P8	Tapauá	R\$ 4,000.00
MD86	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 130.00	P7	Tapauá	

MD87	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 224.00	P11	Lábrea	R\$ 1,300.00
MD88	M	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 880.00	P2	Tapauá	R\$ 2,430.00
MD89	M	Cidadezinha	Aposentadoria	NÃO	R\$ 880.00	x	n/a	n/a
MD90	F	Cidadezinha	Aposentadoria	NÃO	R\$ 570.00	x	n/a	n/a
MD91	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 404.00	P3	Lábrea	R\$ 2,828.00
MD92	M	Cidadezinha	Aposentadoria	NÃO	R\$ 600.00	x	n/a	n/a
MD93	F	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 500.00	P3	Lábrea	R\$ 1,736.00
MD94	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 182.00	P3	Lábrea	R\$ 1,700.00
MD95	F	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 600.00	P3	Lábrea	
MD96	M	Cidadezinha	Aposentadoria	NÃO	R\$ 750.60	x	n/a	n/a
MD97	F	Cidadezinha	Aposentadoria	SIM	R\$ 750.60	P3	Lábrea	R\$ 2,251.80
MD98	F	Cidadezinha	Bolsa Família	SIM	R\$ 400.00	P7	Tapauá	
MD99	M	Cidadezinha	Motorista Fluvial	NÃO	R\$ 1,106.00	x	n/a	n/a
MD70	F	Kiriri	Aposentadoria	NÃO	R\$ 880.00	x	n/a	n/a
MD71	M	Kiriri	Aposentadoria	SIM	R\$ 946.32	P1	Canutama	R\$ 4,200.00
MD72	F	Kiriri	Aposentadoria	SIM	R\$ 724.00	P1	Canutama	R\$ 4,200.00
MD73	F	Kiriri	Bolsa Família	NÃO	R\$ 161.00	x	n/a	n/a
MD74	F	Kiriri	Bolsa Família	SIM	R\$ 300.00	P7	Tapauá	
MD75	M	Kiriri	Aposentadoria	NÃO	R\$ 1,000.00	x	n/a	n/a
MD76	F	Kiriri	Aposentadoria	NÃO	R\$ 1,000.00	x	n/a	n/a
MD77	M	Kiriri	Professor	NÃO	R\$ 1,100.00	x	n/a	n/a

MD78	F	Kiriri	Bolsa Família	NÃO	R\$ 202.00	x	n/a	n/a
MD79	F	Kiriri	Bolsa Família	SIM	R\$ 364.00	P12	Lábrea	R\$ 1,547.00
MD80	F	Kiriri	Bolsa Família	SIM	R\$ 150.00	P7	Tapauá	
MD81	F	Kiriri	Bolsa Família	SIM	R\$ 229.00	P7	Tapauá	R\$ 687.00
MD133	M	Limoeiro	AIS	NÃO	R\$ 1,010.00	x	n/a	n/a
MD134	F	Limoeiro	Bolsa Família	NÃO	R\$ 140.00	x	n/a	n/a
MD135	M	Limoeiro	Aposentadoria	NÃO	R\$ 880.00	x	n/a	n/a
MD136	F	Limoeiro	Aposentadoria	NÃO	R\$ 880.00	x	n/a	n/a
MD137	M	Limoeiro	Aposentadoria	NÃO	R\$ 690.00	x	n/a	n/a
MD138	F	Limoeiro	Aposentadoria	NÃO	R\$ 690.00	x	n/a	n/a
MD139	F	Limoeiro	Bolsa Família	NÃO	R\$ 229.00	x	n/a	n/a
MD140	F	Limoeiro	Bolsa Família	SIM	R\$ 442.00	P10	Canutama	R\$ 1,022.00
MD141	F	Limoeiro	Bolsa Família	SIM	R\$ 375.00	P15	Lábrea	
MD142	F	Limoeiro	Bolsa Família	SIM	R\$ 150.00	P10	Canutama	R\$ 600.00
MD143	F	Limoeiro	Bolsa Família	SIM	R\$ 350.00	P15	Lábrea	
MD144	F	Limoeiro	Bolsa Família	SIM	R\$ 365.00	P15	Lábrea	
MD145	F	Limoeiro	Bolsa Família	NÃO	R\$ 175.00	x	n/a	n/a
MD146	F	Limoeiro	Bolsa Família	SIM	R\$ 707.00	P10	Canutama	R\$ 2,500.00
MD147	F	Limoeiro	Bolsa Família	NÃO	R\$ 250.00	x	n/a	n/a
MD148	F	Limoeiro	Bolsa Família	SIM	R\$ 256.00	P10	Canutama	R\$ 1,280.00
MD149	F	Limoeiro	Aposentadoria	NÃO	R\$ 872.00	x	n/a	n/a

MD150	M	Limoeiro	Professor	NÃO	R\$ 1,222.00	x	n/a	n/a
MD151	M	Limoeiro	Professor	NÃO	R\$ 1,232.00	x	n/a	n/a
MD152	M	Limoeiro	Aposentadoria	SIM	R\$ 800.00	P15	Lábrea	
MD153	F	Limoeiro	Aposentadoria	SIM	R\$ 800.00	P15	Lábrea	
MD154	F	Limoeiro	Bolsa Família	SIM	R\$ 262.00	P10	Canutama	800.00
MD155	F	Limoeiro	Bolsa Família	NÃO	R\$ 200.00	x	n/a	n/a
MD156	F	Limoeiro	Bolsa Família	SIM	R\$ 250.00	P10	Canutama	800.00
MD157	F	Limoeiro	Bolsa Família	NÃO	R\$ 350.00	x	n/a	n/a
MD40	F	Marrecão	Aposentadoria	SIM	R\$ 930.00	P8	Tapauá	R\$ 3,000.00
MD46	F	Marrecão	Bolsa Família	NÃO	R\$ 164.00	x	n/a	n/a
MD47	F	Marrecão	Aposentadoria	NÃO	R\$ 950.00	x	n/a	n/a
MD48	M	Marrecão	Aposentadoria	NÃO	R\$ 1,060.00	x	n/a	n/a
MD49	F	Marrecão	Bolsa Família	NÃO	R\$ 316.00	x	n/a	n/a
MD50	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 400.00	P8	Tapauá	
MD51	F	Marrecão	Bolsa Família	NÃO	R\$ 217.00	x	n/a	n/a
MD52	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 180.00	P11	Lábrea	R\$ 2,392.00
MD53	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 210.00	P11	Lábrea	R\$ 1,183.50
MD54	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 370.00	P8	Tapauá	R\$ 6,000.00
MD55	F	Marrecão	Bolsa Família	NÃO	R\$ 35.00	x	n/a	n/a
MD56	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 260.00	P10	Canutama	R\$ 800.00
MD57	M	Marrecão	Aposentadoria	NÃO	R\$ 800.00	x	n/a	n/a

MD58	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 182.00	P12	Lábrea	R\$ 500.00
MD59	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 210.00	P8	Tapauá	R\$ 3,780.00
MD60	F	Marrecão	Bolsa Família	NÃO	R\$ 496.00	x	n/a	n/a
MD61	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 225.00	P11	Lábrea	R\$ 1,575.00
MD62	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 102.00	P11	Lábrea	R\$ 813.75
MD63	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 90.00	P11	Lábrea	R\$ 1,020.00
MD64	M	Marrecão	Professor	SIM	R\$ 1,200.00	P2	Tapauá	R\$ 1,000.00
MD65	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 278.00	P7	Tapauá	R\$ 780.00
MD66	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 490.00	P12	Lábrea	R\$ 1,000.00
MD67	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 252.00	P11	Lábrea	R\$ 3,000.00
MD68	F	Marrecão	Seguro Deficiência	SIM	R\$ 800.00	P12	Lábrea	R\$ 1,800.00
MD69	F	Marrecão	Bolsa Família	SIM	R\$ 189.00	P11	Lábrea	R\$ 1,323.00
MD8	M	Marrecão	Motorista Fluvial	NÃO	R\$ 1,100.00	x	n/a	n/a
MD9	F	Marrecão	Aposentadoria	NÃO	R\$ 800.00	x	n/a	n/a
MD10	M	Samauma	AIS	NÃO	R\$ 980.00	x	n/a	n/a
MD11	F	Samauma	Bolsa Família	NÃO	R\$ 400.00	x	n/a	n/a
MD12	F	Samauma	Aposentadoria	SIM	R\$ 600.00	P10	Canutama	R\$ 3,000.00
MD13	M	Samauma	Professor	SIM	R\$ 1,336.00	P2	Tapauá	
MD20	F	Samauma	Bolsa Família	SIM	R\$ 147.00	P10	Canutama	R\$ 700.00
MD14	F	Shikuriha	Bolsa Família	NÃO	R\$ 160.00	x	n/a	n/a
MD15	M	Shikuriha	Professor	SIM	R\$ 1,000.00	P2	Tapauá	R\$ 3,000.00

MD16	F	Shikuriha	Bolsa Família	NÃO	R\$ 320.00	x	n/a	n/a
MD17	F	Shikuriha	Bolsa Família	SIM	R\$ 400.00	P7	Tapauá	R\$ 1,000.00
MD18	M	Shikuriha	AIS	NÃO	R\$ 1,000.00	x	n/a	n/a
MD19	F	Shikuriha	Bolsa Família	SIM	R\$ 160.00	P10	Canutama	R\$ 480.00
MD21	F	Shikuriha	Bolsa Família	SIM	R\$ 300.00	P10	Canutama	
MD5	F	Shikuriha	Bolsa Família	SIM	R\$ 110.00	Descos	Canutama	
MD6	M	Shikuriha	Seguro Deficiência	NÃO	R\$ 820.00	x	n/a	n/a
MD22	F	Viagem	Bolsa Família	SIM	R\$ 390.00	P2	Tapauá	
MD23	F	Viagem	Bolsa Família	SIM	R\$ 287.00	P2	Tapauá	
MD31	M	Viagem	Professor	SIM	R\$ 1,200.00	P2	Tapauá	
MD32	F	Viagem	Bolsa Família	SIM	R\$ 147.00	P11	Lábrea	R\$ 1,336.00
MD33	M	Viagem	AIS	SIM	R\$ 1,300.65	P13	Lábrea	R\$ 780.00
MD34	F	Viagem	Bolsa Família	SIM	R\$ 220.00	P2	Tapauá	R\$ 1,020.00
MD35	F	Viagem	Aposentadoria	SIM	R\$ 965.00	P2	Tapauá	R\$ 2,000.00
MD36	M	Viagem	Professor	SIM	R\$ 640.00	P2	Tapauá	R\$ 1,030.00
MD37	F	Viagem	Bolsa Família	SIM	R\$ 430.00	P2	Tapauá	R\$ 840.00
MD38	F	Viagem	Bolsa Família	SIM	R\$ 154.00	P10	Canutama	R\$ 565.00
MD39	F	Viagem	Aposentadoria	NÃO	R\$ 800.00	x	n/a	n/a
MD41	F	Viagem	Bolsa Família	SIM	R\$ 161.00	P7	Tapauá	R\$ 644.00
MD42	F	Viagem	Bolsa Família	SIM	R\$ 418.00	P4	Lábrea	R\$ 4,600.00
MD43	F	Viagem	Bolsa Família	SIM	R\$ 412.00	P2	Tapauá	

MD44	F	Viagem	Bolsa Família	NÃO	R\$ 105.00	x	n/a	n/a
MD45	F	Viagem	Aposentadoria	SIM	R\$ 662.90	P12	Lábrea	R\$ 2,000.00
MD1	M	Volta Grande	Professor	SIM	R\$ 1,270.00	P14	Lábrea	R\$ 7,620.00
MD2	F	Volta Grande	Bolsa Família	SIM	R\$ 270.00	P10	Canutama	R\$ 600.00
MD24	F	Volta Grande	Bolsa Família	NÃO	R\$ 350.00	x	n/a	n/a
MD25	F	Volta Grande	Bolsa Família	NÃO	R\$ 150.00	x	n/a	n/a
MD26	M	Volta Grande	AIS	NÃO	R\$ 1,117.00	x	n/a	n/a
MD27	F	Volta Grande	Bolsa Família	SIM	R\$ 327.00	P10	Canutama	R\$ 900.00
MD28	M	Volta Grande	Professor	NÃO	R\$ 1,100.00	x	n/a	n/a
MD29	F	Volta Grande	Bolsa Família	SIM	R\$ 170.00	P2	Tapauá	
MD3	F	Volta Grande	Aposentadoria	SIM	R\$ 575.00	P10	Canutama	R\$ 2,300.00
MD30	F	Volta Grande	Bolsa Família	SIM	R\$ 150.00	P10	Canutama	R\$ 3,000.00
MD4	F	Volta Grande	Bolsa Família	NÃO	R\$ 464.00	x	n/a	n/a
MD7	F	Volta Grande	Bolsa Família	SIM	R\$ 417.00	P10	Canutama	R\$ 1,251.00

Tabela de Elaboração Própria

Anexo 3 Comparação de Preços

11/09/2014

Nº 01

1	Tesoura	20,00
1	Colar	60,00
4	Malhadeira	400,00
4	Limpa-tubo	100,00
2	Bota sete léguas	100,00
4	Kgs corda trançada	600,00
2	terçado	140,00
2	Brinco	100,00
1	Extensor	350,00
5	Vestido	500,00
6	Camisa	900,00
2	Baldal	250,00
1	Bacia	100,00
2	Caneço	90,00
2	Cucurula	200,00
1	Panela	100,00
1	Bateria X	600,00
2	Vaso Plástico	80,00
2	fardo Amaz X	300,00
2	ex sabão Sabão X	300,00
2	ex sabão em Po X	350,00
1	fardo Café X	150,00
1	alça sabonete X	48,00
3	lata tinta X	300,00
1	fardo Laranja Refri X	100,00
1	lento	200,00
1	ventilador	300,00
70	metro fio	2800,00
2	caixa cococa	6,52300

credeal

no 2

		652300
		7000
35	ficela	3000
6	lsmatte	2000
1	Baton	20,00
3	Puseira	80,00
4	Estado	20,00
3	ficela	75,00
5	gracato	20,00
4	Puseira	60,00
5	ficela	80,00
5	Puseira	60,00
2	ficela	80,00
1	Bimco	45,00
1	ficela	35,00
5	lscu tmba	50,00
4	Pl Maldn	200,00
2	chuveiro	40,00
4	Pacote faldn	
1	Sombriku	300,00
3	ex Relbu X	180,00
2	Bacia Alumínio X	200,00
4	ficela X	40,00
5	ficela P X	40,00
2	salonete Protex X	7,00
1	Rola linha trançada X	100,00
2	curro linha fibra X	80,00
5	Curro linha X	400,00
1	Corneta X	30,00
1	duzia linha costura X	150,00
	Compra Roupa X	8,185,00
3	Pl faldn	3000
2	duzia escola X	200,00
2	Santidatu X	30,00
2	linda Acuar X	200,00

tradeal

Sulameriana 1687000

12	União Brasil	60000
3	Peca dastica	4500
1	União Pabera	10000
50	espolita	10000
10	Cartucho	12000
1	Kgs Chumbo	4000
1	Sandália	3500
3	Papero gr.	24000
1	Cucarda	4500
3	Balde.	30000
1	Caneco	6000
1	Concha g.	6000
1	Sandália	2000
	Compra Paqueta	235000
2	Arco semra	18000
1	Kgs Talco	10000
1	Saboneteira	800
1	APito	1000
1	Sandália	2000
7	lata Sardinha	3500
2	ex bacia	18000
2	ex bacia	2151800
	total	2151800

12/04/2014.

1	Caderno	800
1	Bateria 150Ah	150000
24/04/2014	compra	249600
		2552200
	Transporte out. Talca	132000
		2684200
5/05/2014	divididos	51000
		2633200

no 4

Transponte	2633200
3/06/2014 dinheiro	50400
0024	2582800
26/06/2014 4 Peda elastic	10,00
03 P/Balachu	78,00
03 P/Balachu gostoso	1500
1 mlho Pipocas	1300
03 Kgs Acucar	750
02 P/B extra	1900
03 Kgs Acucar	900
05 P/B tung	750
0020 2 lanternas 80 cada	16000
0020 2 lanternas 40,00	4000
0020 2 lanternas P	2800
0020 4 sacas de bombons	400
0021 11 metros corda	450
0023 3 lata gardenha	1350
0024 1 lanternas	5000
0025 Conjunto	12000
0026 Conjunto	12000
0027 Bolsa termica	20000
0028 1 Par Brim	300
0029 1 Kgs Tabaco extra forte	100,00
Compras	23005
1 Cx Duretoxi	300
1 P/B cafe 2 Mandeta	500
0030 18 Kgs Acucar	400
0031 3 P/B seco	700
0032 1 Kgs Pente / sandalo	
0033 2 dinheiro	2500
0034 18 Em cavente	
0035 2 esdado	
0036 3 lata conserva	
0037 3 P/B seco	
	2774

no 5.

9/07/2014

Transporte 2743150

2 kgs Acucar 800

4 Pelha 1200

1 Extensao 30.00

1 Alicante 30.00

1 Tomate 330

2 chuché fenda 4000

2 Vidro Perfum 12000

2 Contorno 2000

2 Prestobabun 600

2 Pct Bolacha 1000

1 lata manteiga 400

2 P. Café 1500

2 Cartela ovos 4500

2 Ex. Suco g. 4500

2 H. Queijo 700

2 P. Bolacha 900

1 Guaraná 650

3 P. Biscoito 750

1 Guaraná g. 10.00

3 P. Suco g. 450

~~11/07/2014 Compra 32800~~

2819230

4 Lempada 8800

4 Bocal 1600

dinheiro Hacer 5000

2834600

3/07/2014 dinheiro 15000

28296.00

no 8
10 1706

2014/2015		
	Transport	2895540
3/10/2014	din baru Redaksi out	51000
		2843840
4/12/2014	din baru Redaksi	86000
		2757840
5/01/2015	din baru Redaksi	50000
		2707840
4/02/2015	din baru Redaksi	57000
		2650840
12/02/2015	1 cashimbo	15000
	din baru 4000	6000
17/02/2015	2 kgs Accuan	8000
	1 Pkt cafe	7000
	2 Perfume	3000
	1 din baru baru	25500
	din baru baru	3000
	3 sabun	6000
	2 PPI Berudha	1200
	1 frango	2865
	2 kgs Accuan	6000
	1 Pk cafe	6000
	1 liter oleo	6000
	2 cartela oleo	4000
	2 kgs Accuan	6000
	1 Pk cafe	6000
	1 frango	3080
	din baru baru	1000
	2000 tulis Postu	4000
	122185 lesuwa dente	8000
	credeal	2713685

	1707	
	Transporte	2829600
15 H	ceceia	4500
8 H	Papá g	4800
8 H	Bolacha	6400
6 H	Bolacha doce g	3200
4	lata margarina x	1200
8	lata sardinha x	2400
5	lata carne x	3750
8 H	macanão x	4000
6 H	leite g	6000
2	lata galebada x	1000
3 H	bombons frutas	3000
5 H	Sal	500
8 H	Sabão pó x	3200
5 H	Sabão base x	3000
2	lâmpada	2400
8 H	Tugo	4000
1	espuma	400
3 H	Prego	3600
2	mela fofos	4600
1	bonuda 8000 x	8000
4	lata óleo x	2400
	Contas x	49890
1	ex sumo	2200
	Legumes rechei	64500
1 H	tabaco	8000
		3025540
8/08/2014	dimbeu Recibido	50000
		2975540
6/9/2014	dimbeu	80000
		2895540
	credeal	

Nº. 8.

2820	Transporte	24.963,85
04/8/2015	diversos Rec.	57000
2820		24.293,85
0029102/2015		
002	calça	3000
002	camisa	1800
002	tenis	3000
003	Burhunteira	2000
001	gel cabelo	1000
001	Pracheta	2000
001	talco	1000
0012	frango	6000
0014	PI. suco	600
001	Meia	4000
001	sacola	800
001	caderno	650
001	caneta	200
001	escova dente	400
001	Salonete	300
001	Tenis	15000
0014	calça ^{Mulher} Confida	85000
001	Refrigerante	600
001	luta seduzing	6000
0012	cartão	4000
001	PI Rosquinha	800
109/2015	1 Peça fixa X	40000
38EPP,3	Lampada 150Watt X	18000
3	Lampada 60. X	1200
38EPP,9	Bocal X	3600
0012	calça D/PX	2500
		26.698,35

17-9

TransPorte de outra faha	27,138,85
3/03/2015 dinheiro	- 56,500
	26,571,85
4/03/2015 Peantela ovos	4000
2 * Açúcar	600
4 Pirulito	600
1 litro óleo	600
4 PCT Bolacha	2400
1 litro margarina	400
2 PI café	1200
1 qta café	6000
1 Sandália Hav	1200
1 tenis wood	14000
PI Bolacha	2400
2 Kgs Amey	1200
2 PI macumã	800
3 PI café	1800
1 litro óleo	600
1 Solonete	400
1 Solonete	400
1 Tenis	13000
2 Kgs Açúcar	600
	27,113,85
06/04/2015 dinheiro	- 56000
	2,655,385
06/05/2015	- 56000
	2,599,385
3/06/2015	- 57000
	2,542,385
3/07/2015 dinheiro Rec	56000
	2486385

credenci

17º 10.

01/03/2013.

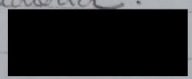
TransPats

26,698,35

x 1	Famil x		1000
x 10	kgS Salão x		7000
x 10	Pct sabão em pó x		5000
x 6	Salonete x		1800
x 10	kgS Açúcar x		3000
x 10	Pct café x		6000
x 1	machado x		8000
x 10	Pct Leite x		7000
x 11	Lata Bulhantina x		4000
x 3	ex grampo x		3000
x 1	Tenis x		15000
x 3	Condutor x		6000
x 8	Lata Sardinha Dupla x		3600
x 2	faca x		2500
x 5	escova Dente x		2000
x 4	Pl suco x		600
x 6	kgS Bugal x		7500
x 2	Lta Tinta q x		15000
x 2	Papelão x		4000
x 2	limpa x		1500
x 3	kgS chumbo x		3000
x 2½	metro Plástico x		4000
x 1	ex Termica x		20000
x 1	ex Termica m.		10000
x 4	Tenis		15000
x 4	Prestaluba		2000
x 1	gbr Termica		6000
x 2	Pincel Atômico		600
	Dinheiros 6000		10000
			<u>28,529,3</u>

2 Rede		28529,35
		<u>120,00</u>
03/09/2015	dinheiro Recabi	28649,35
		<u>565,00</u>
08/10/2015	dinheiro Rec.	28084,35
		<u>950,00</u>
04/11/2015	dinheiro Rec	27134,35
		<u>570,00</u>
03/12/2015	dinheiro Rec	26564,35
		<u>950,00</u>
		25614,35

Eu tenho ciência que Compro e Recabi
 A mercadoria



Item	Unidade	Preço in loco 2016 (Controle)	Preço Nota 11/09/14	Var.	Preço Nota 12/04/14	Var.	Preço Nota 26/06/14	Var.
Extensão	Unid.	15	35	133%				
Malhadeira	Unid.	80	100	25%				
Limatão	Unid.	20	25	25%				
Bota	Par	40	50	25%				
Corda	Kg.	10						
Tersado	Unid.	25	70	180%				
Linha de fibra	Carretel	6	20	233%				
Machado	Unid.	50						
Alicate	Unid.	30						
Durepoxi	Unid.	8.5						
Pilha	Caixa (24)	40						
Tinta	Lata	45	100	122%				
Cadeado	Unid.	16	20	25%				
Fardo de arroz	30 Kg.	100	150	50%				
Sabão Cotia	Caixa (10)	100	150	50%				
Fardo de café	5 Kg.	100	150	50%				
Bolacha	5 kg.	80			180	125%		
Sardinha	Lata	3			5	67%	4.5	50%
Fardo de açúcar	30 Kg.	100	100	0%			90	-10%
Ovos	Cartela (30)	14						
Tabaco	Kg.	80					100	25%
Garrafa Térmica	Unid.	40						
Bolsa térmica	Unid.	100					200	100%

Bacia	Unid.	60	100	67%			
Caçarola	Unid.	80	100	25%	45	-44%	
Panela	Unid.	40					
Lâmpada	Unid.	15					
Pólvora	Unid.	80			100	25%	
Espoleta	Centena	100			200	100%	
Cartuchos	Caixa (25)	150			300	100%	
Chumbo	Kg.	22.5			40	78%	

Item	Preço in loco 2016 (Controle)	Preço Nota 09/07/14	Var.	Preço Nota 06/09/14	Var.	Preço Nota 17/02/15	Var.
Extensão	15	30	100%				
Malhadeira	80						
Limatão	20						
Bota	40						
Corda	10						
Tersado	25						
Linha de fibra	6						
Machado	50						
Alicate	30	30	0%				
Durepoxi	8.5						
Pilha	40	72	80%				
Tinta	45						
Cadeado	16						
Fardo de arroz	100						
Sabão Cotia	100						
Fardo de café	100						
Bolacha	80						
Sardinha	3			3	0%		
Fardo de açúcar	100	120	20%	90	-10%	120	20%
Ovos	14	22.5	61%			20	43%
Tabaco	80					80	0%
Garrafa Térmica	40						
Bolsa térmica	100						
Bacia	60						
Caçarola	80						
Panela	40						
Lâmpada	15	22	47%			22	47%
Pólvora	80						
Espoleta	100						
Cartuchos	150						

Chumbo	22.5						
--------	------	--	--	--	--	--	--

Item	Preço in loco 2016 (Controle)	Preço Nota 03/07/15	Var.	Preço Nota 01/09/15	Var.
Extensão	15				
Malhadeira	80				
Limatão	20				
Bota	40				
Corda	10				
Tersado	25				
Linha de fibra	6				
Machado	50			80	60%
Alicate	30				
Durepoxi	8.5				
Pilha	40				
Tinta	45			75	67%
Cadeado	16				
Fardo de arroz	100	180	80%		
Sabão Cotia	100				
Fardo de café	100				
Bolacha	80				
Sardinha	3			6	100%
Fardo de açúcar	100	90	-10%	90	-10%
Ovos	14	20	43%		
Tabaco	80				
Garrafa Térmica	40	60	50%	60	50%
Bolsa térmica	100				
Bacia	60				
Caçarola	80				
Panela	40				
Lâmpada	15				
Pólvora	80				

Espoleta	100				
Cartuchos	150				
Chumbo	22.5			30	33%

Tabela de Elaboração Conjunta

Anexo 4 Isolados do Rio Ituxi

P15 juntou eles tudinho e disse que era para meter fogo na aldeia lá. Ai eles subiram tudinho. Ai eles montaram acampamento e observaram a aldeia à noite. Perceberam onde guardavam os arcos e as flechas. Na outra noite foram e cortaram as cordas dos arcos e tocaram fogo na aldeia. Ai os índios iam saindo, e eles atirando, matando os índios tudinho.

Eles diz que sobreviveu um bocado, mais mesmo as mulheres com criança, à noite, eles não gostavam de atirar nelas.

Eu acho que esses que fugiram são os Karipuna que moram no rio Jaciparaná em Rondônia, se você olhar o único caminho que dava para eles varar de lá era pra lá. Quando eu tava na CASAI em Porto Velho eu encontrei um Karipuna e eu perguntei para ele, e ele falou que eles moravam desse lado do Madeira e depois foi que atravessaram. (Senhor Apurinã, 2016)

Quando perguntei para esse informante como ele sabia esses detalhes, descobri que um dos ex-fregueses de P15 que conhecia, participou tanto desta expedição quanto do massacre dos Juma⁵⁴. Verificando no livro de Ricardo Cornwall (2003)⁵⁵ sobre os Juma, de fato esta mesma pessoa é identificada por ele.

Se os isolados do Rio Ituxi são hoje os Karipuna de Rondônia eu não posso afirmar com precisão. De acordo com a Sesai o grupo de Rondônia numera 55 pessoas (em 2014). O grupo linguístico Karipuna é Tupi-Kawahib, que é o mesmo dos Juma e dos Uru-Eu-Wau-Wau (que também estão hoje localizados em Rondônia). Mas essas são informações demasiadamente gerais para se fazer tal afirmação.

⁵⁴Infelizmente eu não consegui até o presente momento entrevistá-lo especificamente sobre esses acontecimentos.

⁵⁵ Número da página retido por motivos de segurança.

Anexo 5 Transcrição de Entrevista com senhor Madihadeni

(Madihadeni): Eu fui assim ó, eu, quando eu era criança, assim um meninozinho bem um, ah, cinco ano por ai né, eu era lá no, no Maravilha eu, trabalhava onde primeiro, nos tinha um, nos tava lá morrando numa aldeia muito longe. Nos tinha um branco, que viajou pra lá, nome dele até Chico Severo. É. Ai eu já cheio de ferida – eu não conheci meu pai não conheci minha mãe. Quando meu pai morreu era pequeno ainda. Mamãe eu ainda, não não, não mamei nem no peito da minha mãe.

Ai fui conhecendo, ai meu, meu tio que me criou, acabou de me criar, e [?] faltava muito, aquele tempo roça né? Ai correram por medo do branco, mas muito trabalham pro branco pra comprar farinha. Ai correu, toparam o branco no, no rio Cuniuá. Ai eu, ai eu corri, ai meu tio ofereceu pro branco: “Branco” o nome dele era... da, do gente era até Branca “Branca, tu não quer esse meu sobrinho? Pra tu criar, pra trabalhar pra ti quanto ficar grande?”

Ai eu veio, me entregaram e me veio na, na mão da karivá né? Ai fui criado assim. Quando ela veio pra mim. Ela me dava banho com sabão, fica no sol pra secar pra matar ferida né, ai eu fiquei no sol, mas depois eu fui crescendo, crescendo ela me deu, depois, tinha tudo né, me deu roupa, pra vestir, tinha rede, melhor muito minha vida ne? Ai quando me formei, já grande, quando dava pra me dar conta de mim, marido dela morreu, que, ai, eu passei pra mão do comerciante, minha madrinha, eu chamava até de minha madrinha, “Minha madrinha eu vou embora.” “Pra que meu filho tu vai embora?” Digo “eu vou embora... muito madiha querendo brigar comigo.” Quando a gente mais novo mais bonito né? Com ciúme ai, eu vou embora. Ai eu fui embora com karivá, entrei no mundo por ai. Ai “meu filho não vai, não não.” “Eu vou, eu vou-me embora, não tem jeito não.”

Ai eu fui, pra cima, ai tinha meu tio [x], “meu sobrinho volta pra cá” digo “não, não vou não. Vou embora.” Ai era nós dois, eu e [x], os Deni. Ai eu fui embora, com P51, o comerciante. Ai eu fui viajando, fui pra Manaus, voltava pra cá pro interior, vendendo coisa. E deixava o barco dele qualquer canto. Mas não, “no meu, se... cariú mexer aqui você... não entrega nada pra vender.” Eu digo “Tabom”. Cara chegava lá, “me vende as coisa do Batista que ele é o meu patrão.” “Eu digo não, vendo não. Não tenho ordem de entregar nem uma agulha. Entrego não.” Ficava com raiva de mim. Eu digo “pode chorar, pode até matar mas eu não entrego.”

Ai foi assim, vivendo pra cima pra baixo, a gente cobrando. Ia pra Manaus de novo. Foi... muitos anos eu andei, sete anos, parece, que eu conto né. Que contou, sete anos, sete anos viajando com ele. Ai, quando viajei que veio ai, os Deni já tavam tudo no Marrekão ai. Ai eu... tinha meu cunho chamado [x], cunhado, “ta bom de tu ir pra aldeia de novo. Tem muito Deni pra tudo casa com, procura um par tu casar, o branco não é teu pai não. Teus parentes já morreu, teu, teu pai.” Chegar lá, eu tava bebendo, nesse tempo eu não bebia não mas eu bebi porque eles me deram né? Os Deni, tudo animado com eles lá, eu, ai eu comecei a beber, pronto fiquei bêbedo. Esses dia, me sentiram, pra eu ir embora pra aldeia.

Ai, eu disse assim pro P51, “P51” chegou assim, foi assim pra popa eu acompanhei ele “P51 eu vou embora.” Disse “porque rapaz?” Digo “Meu companheiro ta me chamando par aldeia dele e... pra casar com ele, casar com parente dele lá. O sobrinho, a irmã não sei o que. Ai eu, eu vou embora.” “Ah é? Ah, quiser ai vai. Quiser ir, não importa não. Você ta aqui comigo até o dia que você quiser. Você ta porque... até, não é meu filho não. Quiser ir pode ir, arruma tuas coisas. Pode ir.” Mas o, o P52 que é o irmão dele ta querendo da porrada no P51 por causa de mim. “Poque tu deixou [x]” ele chamava o irmão dele só [x] né? “Porque tu deixou?” A mulher dele era viúva, a mulher do P52 era, os irmão. Dois irmão. A mulher do Arivã “ah [x] não vai embora que eu gosto tanto de você. Como nosso filho.” Eu digo “eu, eu vou embora. Não tem jeito-” eu tava meio bebido mesmo, ai, arrumei minhas coisas, deu dois maleta, três maleta cheia de roupa ai me deu mais um bocado de rancho. Me deu uma espingarda, um gravador outro radio, me deram um radio eu digo “rapaz eu não quero não. Pode ficar.” Porque, sempre não vou ter bote nem gasolina, vai faltar muito, ai empresta de novo. E ficou.

Ai ficaram lá e eu venho embora com Chico Severo e sobrinho, mas, e dai, mas contando de novo do começo. AI eu fui pro, pra cidade quando eu tava em Manaus com ele eu viajava, e fui pra Humaitá, Santarém, Taquatiara que eles chamavam [Roberson?] né? Até prá lá, aquelas cidades pequenas eu andava. Com, com eles, o Arivã e o... que tinha o comandante pra, “rapaz vai buscar o fulano, o coisa lá.” Ai eu fui até Taquatiara de motor, de balsa. Santarém eu fui. Humaitá eu fui, também, deixos aqueles [canudo?] grande de balsa. E assim vivi no mundo ai depois, eu vim embora pra ir... casar, a irmã dele, quando cheguei eu pedi a irmã do meu cunhado ai, to com ele até agora. Com ela agora.

[...]

(Gabriel): Abuni, deixa eu perguntar, o P51, ele tinha um patarahu em Manaus?

(Madihadeni): Tinha, ele tinha, casa dele... um bem rico.

(Gabriel): Sabe qual era o nome do patarahu dele em Manaus?

(Madihadeni): Não, não sei não. Eles comprava, da loja, das loja mesmo, P51 era muito rico, rico demais. Eles tinha até avião. Pousava no... onde quisesse, pousava no... onde tinha, os freguês dele morava, acertava o negócio e ia embora. [...] Pousava n'agua. Ele mais o irmão dele. [...] Era do P52, era dele mesmo. Eles pagaram, pagaram, pelo deles mesmo. Esse P51, mulher do P51, mandou o pistoleiro matar P51, para ela ficar com as coisas dele. O, outro namorado dela, que ela namorava com outro pistoleiro, né? "Você mata ele que vou ficar contigo." Parece que ela gosta mais de outro que ele, marido dela, é muito rico. Eles tinham oito motor de força, de quinhentos, de quatrocentos, de mil, de arrastar madeira dai do Purus pra Manaus. Ai ela mandou matar o marido dela ai, mataram lá em Manaus mesmo. Esse P52 ficou P52, porque era dois irmão. Rico. Rico, rico, rico, rico, ai o pessoal tava perseguindo para matar P52, ai P52 pousava tudo canto, não dava tempo, pra lá, Manaus, outro canto, Pauini, ai, pro pessoal não, ele tava correndo com medo, não tem sossego, porque era rico, rico, rico. Os dois irmãos eram mais rico daqui desse rio.

[...]

Vendia fabrica Manaus e compravam mercadoria em Manaus. Ai em Manaus, metia em caixa tudo, mandava pra Brasília por ai. De navio. Depois de fazer coisa. As caixa mandava de navio para fazer... por ai, qualquer coisa, mas depois os cara botava muita mistura, botava barro, botava areia, botava esse negócio, pra ver se pesava, pra ver se vender mais. Mas depois, o pessoal foram cortando ai acabava esse negócio de sorva. E foi assim, é, é.

Anexo 6 Copaíba

Durante a última década tem ocorrido um aumento no preço do óleo de copaíba. Isso, por sua vez, tem levado a um aumento dos programas destinados à capacitação das comunidades na extração desse óleo no Médio Purus por organizações como o CIMI e a OPAN. Em grande parte isso se dá porque se o processo de extração for mal feito, a árvore é morta.

De acordo com Astrogildo, a incipiente produção de copaíba no Médio Purus gira ao redor de dois mil litros por mês, mas há na região apenas uma compradora: uma empresa alemã que compra 500 quilos de copaíba a 28-30 reais ao quilo. Os outros 1500 quilos são levados até Manaus ou Porto Velho, onde são revendidos para exportadoras. A COOPMAS tem um convênio com a empresa alemã que permite à cooperativa cuidar do aspecto logístico de comprar e enviar os quinhentos litros mensais em troca de uma taxa administrativa de 5% sobre o valor.

Já os outros 1500 litros da produção ficam com os patrões que pagam, em média, 20-22 reais ao litro. Uma das consequências do aumento do preço da copaíba tem sido o ressurgimento de antigos patrões em comunidades que haviam ‘abandonado’. Por exemplo: um antigo patrão de muitos Madihadeni, apareceu em 2015 no Cuniuá em busca de copaíba. Se a queda do preço da borracha levou ao abandono dos seringais pelos patrões, para usar o termo de Juliana Schiel (Schiel 2004, p. 96), o aumento do preço da copaíba pode estar levando ao seu ressurgimento.

Anexo 7 Imagens

Lábrea 11/ junho 2015

Prezado Senhor [REDACTED]
Quero informar que você
comprou no dia 17/04/2014
no Supermercado Paes
e hodia da compra você
Deu PARA sua conta
(200,00) duzentos Reais
Ficou de Regularizar seu
Cartão Bolsa Família PARA
mandar e eu confiei
e você não honrou o
compromisso, PESSO caso
você não pague
com a máxima urgencia
eu poderei chegar até air
PARA nós se Acertar
mais espero como você
comprou e eu lhe Atendi
da melhor forma possível
quero que também
que pague sua conta que

Já faz mais de 1 ANO e
quatro Mês.

Por ^{isso} Amigo quero que
Você entenda

Para evitar Aborrecimento

Espero uma Resposta
urgente

Porque você veio Aqui
na cidade e não Compareceu
aqui na loja

Aí Mostra o seu desinteresse
caso Você não
tenha o dinheiro
Compre a mercadoria
que Você me Comprou.
que eu Recebo.

Sem mais
deste que lhe Ajuda

VALOR 252 / 252 / 252 / 252
252 / 252 /

12 formulare operadores matematicas

6449.50 de lei

1	feverero	2016	252	dia 25/02/2016
2	marco	2016	252	
3	abril	2016	252	410
4	maia	2016	252	
5	JUNHO	2016	252	
6	JULHO	2016	252	
7	AGOSTO	2016	252	1.764
1	janero	2016	1.232	
2	feverero	2016	1.232	
3	marco	2016	1.232	
4	abril	2016	1.232	
5	maia	2016	1.232	
6	Junho	2016	1.232	
7	Julho	2016	1.232	8.624



27/04/2016.

total da sua
conta.

2.336.00 ✓